

# REVISTA

## DA ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS



/99

2/1990

VOLUME 34 — NATAL/RN, NOVEMBRO 1990 — NÚMERO 22





**REVISTA DA  
ACADEMIA  
NORTE-RIO-  
GRANDENSE  
DE LETRAS**

**NÚMERO 22  
VOLUME 34**

**NOVEMBRO 1990**

**NATAL-RIO GRANDE DO NORTE**



## **Academia Norte-Rio-Grandense de Letras**

### **Diretoria atual**

Presidente: Diógenes da Cunha Lima

Vice-Presidente: Paulo Macedo

1.º Secretário: Veríssimo de Melo

2.º Secretário: Luis Rabelo

Diretor da Revista: João Wilson Mendes Melo

Tesoureiro: Enélio Petrovich

Diretor da Biblioteca – Jurandir Navarro

Comissão de Contas: Sanderson Negreiros, Américo de Oliveira Costa e Maria Eugênia Montenegro.

Comissão de Sindicância: Otto de Brito Guerra, Alvamar Furtado de Mendonça e José Melquiades de Macedo.



A Academia Norte Rio Grandense de Letras agradece ao Governo do Estado, na pessoa do Governador Geraldo Melo, a colaboração recebida para a edição deste e dos três números anteriores desta Revista, para o que foi decisiva, também, a participação do jornalista João Ururahy, chefe da Casa Civil.

**Membros da  
Academia Norte-Rio-Grandense de Letras  
em Setembro de 1989**

<b>Cadeira N.º</b>	<b>Patrono</b>	<b>Sucessor atual</b>
01 –	Padre Miguelinho	Raimundo Nonato da Silva
02 –	Nisia Floresta	Grácio Barbalho
03 –	Cons. Brito Guerra	Otto de Brito Guerra
04 –	Lourival Açucena	Enélio Lima Petrovich
05 –	Moreira Brandão	Ascendino de Almeida (falecido)
06 –	Luis Carlos Wanderley	Gumercindo Saraiva (falecido)
07 –	Ferreira Nobre	Nestor dos Santos Lima
08 –	Isabel Gondim	Nilson Patriota
09 –	Almino Afonso	Dorian Gray Caldas
10 –	Elias Souto	Paulo Macedo
11 –	Padre João Maria	Miguel Seabra Fagundes
12 –	Amaro Cavalcanti	Veríssimo de Melo
13 –	Luis Fernandes	Luis da Câmara Cascudo (falecido)
14 –	Joaquim Fagundes	Raul Fernandes
15 –	Pedro Velho	Umberto Peregrino
16 –	Segundo Wanderley	Maria Eugênia Montenegro
17 –	Ribeiro Dantas	Aluisio Alves (eleito)
18 –	Augusto Severo	Dom Nivaldo Monte
19 –	Ferreira Itajubá	Nilo Pereira
20 –	Auta de Souza	Mário Moacyr Porto
21 –	Antônio Marinho	Luis de Carvalho Rabelo
22 –	Leão Fernandes	Pe. Jorge O'Grady de Paiva
23 –	Antônio Glicério	Jayne dos G. Wanderley (falecido)
24 –	Gotardo Neto	Antônio Soares Filho
25 –	Ponciano Barbosa	João Wilson Mendes Melo
26 –	Manoel Dantas	Diógenes da Cunha Lima
27 –	Aurélio Pinheiro	Américo de Oliveira Costa
28 –	Padre João Manoel	Jurandyr Navarro
29 –	Armando Seabra	Itamar de Sousa (eleito)
30 –	Augusto Franklin	Manoel Rodrigues de Melo
31 –	Padre Brito Guerra	José Melquíades
32 –	Francisco Fausto	João Batista Cascudo Rodrigues
33 –	Tonheca Dantas	Oswaldo de Sousa
34 –	José da Penha	Alvamar Furtado de Mendonça
35 –	Juvenal Antunes	Gilberto Avelino
36 –	Benício Filho	Olavo Medeiros
37 –	Jorge Fernandes	Newton Navarro
38 –	Luiz Antonio	Vingt Un Rosado
39 –	Damasceno Bezerra	Raimundo Nonato Fernandes
40 –	Afonso Bezerra	Sanderson Negreiros



## SUMÁRIO

Número 22, Volume 34 .....	07
I – Pensamento Acadêmico sobre vários temas .....	09
Sobre “Indicações para aprofundar a tropicologia” Veríssimo de Melo .....	11
Título de Cidadão de Natal – Agradecimento do homenageado – Otto Guerra .....	17
Cântico Apocalíptico – Maria Eugênia .....	21
As Letras e a Academia – Nestor dos Santos Lima .....	24
II – Acadêmicos falam sobre personalidades das Letras e da Política .....	31
Gilberto Freyre: Aventuras e Rotinas – Sanderson Negreiros .....	33
José Augusto Bezerra de Medeiros – Inteligência e ação a serviço da democracia – João Wilson Mendes Melo .....	39
O poeta Antônio Antídio de Azevedo – Também pesquisador e biógrafo – Discurso de Grácio Barbalho .....	43
Antônio Pinto de Medeiros – M. Rodrigues de Melo .....	48
III – Nossos Poetas .....	51
Sonetos de Luiz Rabelo .....	53
IV – Posse de Acadêmicos .....	61
Discurso de Posse do Acadêmico Miguel Seabra .....	63
Saudação do Acadêmico Mário Moacyr Porto, na posse do Acadêmico Seabra Fagundes .....	71
Discurso de Posse de Olavo de Medeiros Filho .....	78
Saudação ao Acadêmico Olavo de Medeiros Filho – Por Enélio Lima Petrovich .....	89
V – Necrológicos e Declaração de Vagas .....	97
Discurso do Acadêmico Jurandyr Navarro, no Necrológico do Acadêmico Esmeraldo Siqueira .....	99
VI – O Pensamento de Amigos da Academia .....	103
O Brasil visto por dois Prussianos – João Batista Pinheiro Cabral .....	105



## **NÚMERO 22, VOLUME 34**

A tarefa de divulgação das produções literárias dos seus quarenta componentes, tem sido cumprida por esta Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras.

Escutado, dizer das dificuldades exclusivamente financeiras para cada edição, pois a matéria para o seu conteúdo não se faz esperar e daria para uma continuidade bem maior de publicações.

Nossos intelectuais produzem, pela imaginação criadora e pela cultura, no silêncio e na humildade da província e se projetam, sem medo e sem complexo, no cenário nacional. São conhecidos os seus grandes nomes, aqui e no país inteiro.

Se assim é no âmbito da Academia, fora dela na imprensa e na cátedra, os valores humanos se multiplicam e se imanam.

E daqui, desta oficina, construída pelos pioneiros e seus continuadores que, por esse reconhecimento e constante proclamação são tidos como imortais, têm-se a visão global de todos que contribuem para a vida literária e cultural do Rio Grande do Norte.

Os trinta e quatro volumes dos vinte e dois números desta Revista, são um pouco da contribuição da Academia, que se vêem somar às múltiplas edições de livros, de todos os gêneros da produção literária e científica, no território de nossa comum atuação.

Natal, de 1990  
A Direção da Revista.



# I

# **PENSAMENTO ACADÊMICO SOBRE VÁRIOS TEMAS**



# SOBRE "INDICAÇÕES PARA APROFUNDAR A TROPICOLOGIA"

VERÍSSIMO DE MELO (\*)

A propósito da inteligente e instigante conferência do Embaixador Nestor dos Santos Lima, neste V Encontro Regional de Tropicologia - ocorreu-nos, durante a sua leitura prévia, a idéia de esboçar possível classificação dos escritores em geral. Espécie de tipologia dos intelectuais que se dedicam a escrever. Não sabemos se já existe essa classificação. No dinamismo dessa atividade gráfica, cada dia estão surgindo novos protótipos da imensa fauna universal.

A realidade é que há escritores que escrevem. E o que é extraordinário: escrevem bem, plástica e musicalmente. Gilberto Freyre, nosso saudoso Mestre, é modelo irrepreensível e consagrado dessa categoria de escola. Um Nilo Pereira, também, na simplicidade do seu estilo jornalístico, é outro belo exemplo a considerar. Não esquecer que "as coisas simples - como dizia João Ribeiro - contém as outras todas e está exatamente nisso a razão de serem difíceis".

Mas, há outros e muitos outros tipos de escritores. Há o **escritor oral**, por exemplo, aquele que, escrevendo, está em verdade conversando, transpondo para o papel a sua forma coloquial de expressar-se. Cremos que Nestor dos Santos Lima, por vários motivos, é um **escritor oral** - o que afirmamos sem quaisquer laivos de ironia. Sobretudo por conhecê-lo muito de perto, na nossa quotidianidade que vem da juventude e se prolonga há mais de cinquenta anos. Nestor sempre adorou **falajar** - para usarmos neologismo luso. É de sua índole. Do seu temperamento um tanto polêmico e às vezes até quixotesco - no bom sentido.

Mas, há outros e muitos outros tipos de escritores. Como o **escritor inédito**:- aquele que anunciou durante anos seus livros e que jamais vieram a lume - certamente por motivo de forças ocultas e desconhecidas... Tipo de escritor - o inédito - que até se aproxima de outro tipo mais extremado: o **escritor póstumo**. Há também o **escritor pletórico** - geralmente um

cidadão que escreve sobre todos os problemas e em nada se fixa com propriedade e sabedoria. O nosso grande Ortega y Gasset, ao definir o que era um livro - o que se aplica também a uma conferência - nos dizia magistralmente: "...um livro é o que um homem faz quando tem um estilo e vê um problema. Sem um e sem outro não há livro. Isento de estilo, um livro é um borrão. Isento de problema papel impresso. O problema é a víscera cordial do livro".

Quantos escritores no Brasil ou em qualquer parte do mundo já observaram a advertência de Ortega y Gasset? Por isso há tanto borrão por aí - livros isentos de estilo - ou tanto papel impresso - livros sem qualquer problema concreto a focalizar, analisar, interpretar.

Não gostaríamos de concluir esta caricatura da tipologia dos escritores sem aludir a mais um espécime: o **escritor ágrafo**. Simplesmente, por exemplo, é aquele que tem horror a escrever. Nunca responde cartas. Ou porque não têm tempo. Ou não têm disposição para escrever. Ou não gostam mesmo do ofício. Ascenso Ferreira, grande e querido poeta, terminava algumas cartas que nos escreveu com esta exclamação:

- Ai! que preguiça!

Era um primitivo genial. **Ágrafo**, que chegou a produzir belíssimos poemas. Há uma fotografia dele histórica, modelo fantástico de cena tropicologicamente nordestina: deitado numa rede, cochilando...Maravilha!

- - -

Mas, deixemos os escritores em paz e nos fixemos apenas num deles, real e autêntico, cuja conferência acabamos de ouvir neste plenário com encantamento: Nestor dos Santos Lima.

Creemos que a breve leitura do seu "curriculum vitae" muito pouco diz verdadeiramente desta figura humana excepcional. Gostaríamos de aduzir, por isso, leves considerações sobre ele, que acreditamos dirão mais do que a leitura do seu curriculum.

Nestor foi nosso colega de turma, no ginásio, o velho Ateneu Norte-Rio-Grandense. Foi sempre o melhor aluno da classe. Porque estudava seriamente. Entretanto - e isso é que é importante - ele jamais deixou de participar das nossas vadiagens. Jogava futebol, tomava banho no rio Potengi, tocava violão "quadrado" nas nossas brincadeiras. Outros colegas, que conhecemos posteriormente, também primeiros alunos de turmas, fugiam de nós - os vadios - como o diabo da cruz...

Diplomata de carreira - pensarão os senhores - ele já se preparava, afanosamente, desde a juventude para conquistar o seu cargo no Itamaraty. Lêdo engano. Nunca pensou em ingressar na carreira diplomática. Foi um acaso que o levou à diplomacia. Formado em direito - como todos os da nossa geração - na tradicional Faculdade de Direito do Recife, ele vivia em Natal ensinando inglês e latim - imaginem! - no ginásio, antes que conseguisse o emprego de promotor, magistrado ou se decidisse a enfrentar a advocacia na província. Professor em férias, deliberou ir ao Rio de Janeiro, tomar um banho de civilização. Certa tarde, deletreando pela avenida Rio Branco, encontrou, casualmente - eis a circunstância de que falava o sábio Ortega y Gasset - o nosso colega de turma Alcântara Barbosa. Abraços, risos, indagações sobre o que estavam fazendo. Alcântara informou:

- Preparo-me para um concurso no Instituto Rio Branco. Vou entrar para a diplomacia brasileira. Por que você, Nestor, não faz também esse concurso?

Faltavam quinze dias para encerrarem-se as inscrições. No dia seguinte, de posse do programa do concurso, Nestor passou a estudar aquelas matérias de que estava mais desatualizado. Certo que ele já possuía um “**background**” de conhecimentos conquistados no Ateneu, sobretudo no estudo do francês e do inglês. Resultado: Nestor foi aprovado com notas distintas no concurso e o nosso amigo Alcântara Barbosa, infelizmente, reprovado...

Foi a circunstância daquele encontro na avenida Rio Branco que determinou a sua invejável carreira diplomática. Aí começa o seu périplo por mares e terras de quatro continentes: Iugoslávia, México, Dinamarca, Egito, Japão, Venezuela, e já na categoria de Embaixador, Suriname e República Dominicana. Foram trinta e sete anos de exílio profissional. Mas, durante esse tempo no estrangeiro, Nestor jamais se limitou às atividades da burocracia diplomática. Com a aguda curiosidade de saber as coisas, que é uma das suas características intelectuais, continuou sempre lendo e estudando nas áreas de suas predileções literárias e científicas.

Escreveu e publicou dois livros marcantes em sua obra: “A TERCEIRA AMÉRICA” e “LA INAGEN DEL BRASIL EN LAS CARTAS DE BOLÍVAR”. Tem vários inéditos, inclusive um deles sobre problemas do homem nos trópicos - delicioso, por sinal - intitulado “ESQUEÇA A PRIMAVERA, IRMÃO” (x).

O primeiro, “A TERCEIRA AMÉRICA”, (Freitas Bastos, Rio, 1967), já está traduzido para o espanhol, Ediciones de Taller, 1984, Santo Domingo, República Dominicana. Ali acentua a individualidade continental do Brasil, bem como semelhança e diferença fundamentais da América portuguesa em relação às Américas espanhola e anglo-saxão. A monografia sobre Bolívar, publicada inicialmente pela Revista da Sociedad Bolivariana V. 34, nº 114, 1977; e Revista dos Professores del Ministério de la Educación, 1975, Caracas, Venezuela, já tem tradução brasileira, Edição Banco do Brasil/Bloch Editores, Caracas, 1978.

Regressando ao Brasil, aposentado, Nestor dos Santos Lima fez questão de residir não em Brasília ou Rio de Janeiro - como é dos usos e costumes entre diplomatas - mas, na sua terra duplamente Natal. Mora hoje à beira do mar, na praia de Yemanjá, apesar dos protestos, vez por outra, da exma. sra. Embaixatriz Aracy.

Este é o homem Nestor dos Santos Lima. Por dispor de bastante tempo, resolveu dedicar-se a uma tarefa que o envolve com a sociedade natalense, noite e dia, tendo já conquistado desafetos inúmeros graças às suas campanhas em defesa da ecologia. É um dos pioneiros no Brasil desses estudos e luta gloriosa em favor da natureza.

Homem tranquilo, estudioso, cordial - e por que não dizer? - algumas vezes, polêmico, porém, sempre bem educado. Um **gentleman** feição brasileira. Humanista que acredita na cultura e aperfeiçoamento das pessoas e

dos povos - até dos brasileiros. Estudioso que crer na grandeza deste país e luta pelo encaminhamento dos nossos problemas de base. Em suma, um otimista lúcido que, com inteligência e garra, prega mudanças radicais no comportamento e nos nossos padrões de povo subdesenvolvido e alienado da nossa realidade tropical.

— — —

Na sua conferência "INDICAÇÕES PARA APROFUNDAR A TROPICOLOGIA" - Nestor dos Santos Lima ressalta, de início, duas figuras humanas cimeiras que desapareceram nos últimos anos: Luís da Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. Na obra dos dois eminentes escritores e cientistas sociais estão as fontes de inspiração e sugestões inumeráveis para o conhecimento da formação cultural brasileira e a tropicologia, já agora como ciência do homem situado.

O conferencista vê no Movimento Regionalista do Recife o começo da visão gilbertiana em torno da problemática tropicológica. Aqui, pedimos venha para discordar da colocação, uma vez que os artigos de Gilberto Freyre, publicados no "Diário de Pernambuco" no período de 1918-1926, reunidos depois no livro "TEMPO DE APRENDIZ" (Edição da IBRASA/MEC, São Paulo, 1979) já antecipavam suas posições e defesa do Brasil tropical. Através de palestra que realizamos na Academia Pernambucana de Letras, em 20 de março de 1980, publicada depois na Revista do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, vol. V, número especial, Recife, 1981 - já chamávamos a atenção para esses artigos pioneiros de Gilberto Freyre. O Movimento Regionalista do Recife seria mais a consolidação daquelas idéias - digamos, a sua institucionalização - lançadas que foram de forma esparsa nos artigos de 1918-1926. Ali, Gilberto Freyre, entre muitas outras revelações, dirigia apelo pela conservação nos países tropicais, como o Brasil, dos valores da arquitetura brasileira, da cozinha africana e regional, da doçaria tradicional, dos jogos e brinquedos folclóricos, dos abalcoados e janelas mouriscas de Olinda e Recife, externando sua repulsa contra os motivos, temas ou modelos europeus na estatuária, na pintura, na literatura de ficção. Como ainda exaltava os arcaísmos, os ambientes tradicionais como o Pátio de São Pedro, no Recife, a valorização da cidade de Salvador afro-brasileira, mais característica de uma cultura nacional do que o Rio de Janeiro e São Paulo; a defesa do Rio Capibaribe, etc. etc.

Atente-se, ainda, para outro fato: em artigo que escrevemos para assinalar o cinquentenário do grande livro "CASA GRANDE & SENZALA" - publicado no "Correio das Artes", João Pessoa, 24.7.1983 - frisávamos a relevância daqueles artigos como antecipadores e fontes do próprio livro monumental do Mestre de Apípicos. Discordamos até - que ousadia! - do mais notável intérprete brasileiro de sua obra, que é Edson Nery da Fonseca, quando este apontava apenas três textos antigos de Gilberto Freyre como antecedentes remotos do livro "CASA GRANDE & SENZALA": o discurso "Adeus ao Colégio"; a dissertação de mestrado na Columbia University e o "Livro do Nordeste". Eis textualmente o que escrevíamos na época: "Que nos perdõe Edson Nery da Fonseca pelo atrevimento. Mas, "Casa Grande & Senzala"

já estava dando pontadas - como o filho no ventre da mãe - naqueles artigos da mocidade de Gilberto Freyre, anunciando o nascimento de rebento extraordinariamente importante. Como já indicava - noutras pontadas - o notável pensador do nosso tempo, o antropólogo-filósofo mais recente, autor de obras como "ALÉM DO APENAS MODERNO" (1973) e "INSURGÊNCIAS E RESSURGÊNCIAS ATUAIS" (1983). "Em carta que atenciosamente, nos dirigiu no dia 18 de julho de 1983, Edson Nery da Fonseca frisava em determinado trecho: "Você tem razão ao apontar os artigos e ensaios reunidos em "TEMPO DE APRENDIZ" como precursores de "CASA GRANDE & SENZALA". Meu critério, entretanto, foi o de indicar trabalhos mais concentrados. Em "TEMPO DE APRENDIZ", concluía Edson Nery da Fonseca - "as pontadas" de "CASA GRANDE E SENZALA" estão dispersas".

Mais adiante, na sua conferência, Nestor dos Santos Lima louva a criação do Seminário de Tropicologia, lembrando, inclusive, a experiência da implantação do mesmo Seminário na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, durante o reitorado do prof. Diógenes da Cunha Lima. Permitimo-nos referir - modestamente - que tivemos a honra de coordenar aquele Seminário de Tropicologia em Natal, por sugestão direta do antropólogo Gilberto Freyre ao Reitor da UFRN. Quanto à sugestão do nome do Embaixador Nestor dos Santos Lima para proferir ali uma conferência - bela conferência, aliás - a iniciativa partiu de nós - o que só lembramos porque o fato nos honra sobremaneira. Infelizmente não teve continuidade aquele Seminário noutras administrações universitárias. Já o "folheto extremamente mal feito" a que se refere o Embaixador - esse, graças a Deus, não foi da nossa responsabilidade. As amargas, não !...

Mas, em que sentido se deve entender o que chama Nestor dos Santos Lima o "aprofundamento da Tropicologia"? Diz ele próprio: "Quero deixar claro que não pretendo que os posicionamentos da Tropicologia requeiram ainda ser aprofundados." Pelo que lemos e percebemos do texto em questão, pensamos que o Embaixador Nestor dos Santos Lima sugere verdadeiramente o exercício de uma Tropicologia Aplicada. Ou como ele próprio o diz: "...aprofundar a presença do pensamento tropicológico dentro da realidade dos Estados do trópico brasileiro."

Nesse ponto, convenhamos que é extremamente oportuna a sugestão do conferencista. Estão os Estados brasileiros elaborando as suas novas Constituições de acordo com os parâmetros delineados pela nova Constituição Federal de 1988. Seria, de fato, a hora certa para os legisladores - pelo menos aqueles que se situam dentro do Brasil tropical - ajustarem seus pontos de vista à realidade de tudo quanto se tem proclamado aqui de valioso e útil sobre a tropicologia como ciência.

Se entendemos perfeitamente as colocações do Embaixador Nestor dos Santos Lima naquele sentido - cremos que ele prega uma consolidação urgente da experiência contida nos anais do Seminário de Tropicologia, a fim de que os conhecimentos possam chegar às mãos dos legisladores que se inserem no Brasil tropical. Esta é sugestão da mais alta significação, que acreditamos será tomada na devida consideração pela ilustre Coordenadora deste V Encontro Regional de Tropicologia, profa. Maria do Carmo Tavares de Miranda.

Enumera, por fim, o Embaixador os tópicos essenciais da nossa vida

social e cultural que requerem mudanças profundas, para preparar o nosso país -como ele proclama - às "aventuras do mundo pós industrial do século XXI".

A nós nos parece perfeitamente viável e oportuníssima a sugestão do Embaixador Nestor dos Santos Lima - no que ele chama de "aprofundar a tropicologia", isto é, a implementação de uma tropicologia aplicada - já agora extraída dos anais do Seminário e plenamente em ação. Urge fomentar as idéias pioneiras de Gilberto Freyre, instrumentalizando as assembléias legislativas estaduais do norte e nordeste, especialmente, para as noções fundamentais que nos distinguem daquele outro Brasil localizado nas áreas semi-temperadas. Não há outro caminho para a integração e revalorização da identidade social e cultural do brasileiro situado no trópico.

(x) - Comentário do autor no Seminário de Tropicologia, da Fundação "Joaquim Nabuco", do Recife - a propósito da palestra ali pronunciada pelo Embaixador Nestor dos Santos Lima.

(x) - "Esqueça a Primavera; Irmãos!" já foi publicado pela Fundação "José Augusto". Maio de 1990, Natal.

# **TÍTULO DE CIDADÃO DE NATAL**

## **AGRADECIMENTO DO HOMENAGEADO**

**OTTO GUERRA**

Recebi, com justificada euforia, a comunicação alvissareira de haver esta Egrégia Câmara Municipal aprovado o Decreto Legislativo nº 277/90, de autoria do vereador Antônio Edilson Godeiro, concedendo-me o título de cidadão natalense. Tão honrosa outorga me foi conferida “pelos relevantes serviços à nossa Cidade”, assim leio no ofício, subscrito pelo sr. Presidente desta Casa, vereador Cid Marques Fonseca. Cabe-me, antes de mais nada, agradecer efusivamente iniciativa tão nobre e estimulante.

Dentre os muitos papeis do arquivo de meu pai, encontrei o canhoto da passagem expedida a 10 de junho de 1918 pela agência da Companhia Nacional de Navegação Costeira em Mossoró, cidade onde ele fora Juiz de Direito e onde eu nasci. Trata-se da viagem de mudança de sua família para Natal, porquanto ele se empossara no cargo de desembargador do nosso Tribunal de Justiça.

Eramos, ao todo, dez passageiros. Embarcamos a 10 de junho de 1918 no vapor ITAPUHY, surto no ancoradouro interno do porto de Areia Branca. Eu era tão criança que minha passagem correspondeu à fração de 1/4 do preço fixado para adultos.

O ITA chegou a Natal no dia seguinte, 11 de junho, lançando âncora nas águas tranquilas do Potengi. E como não existia cais de atracação, descemos de bordo para um bote a remo, que nos trouxe até o cais da Avenida Tavares de Lira.

Desde esse dia até hoje (e lá se vão 72 anos) o meu domicílio tem sido esta aprazível e diletta cidade, cuja situação geográfica lhe dá importância evidente. Cronista do século XVI denominou-a chave do Brasil, referendo-se ao Rio Grande do Norte. Cais da Europa, Trampolim da Vitória, Capital Espacial são outras qualificações que lhe deram.

Resisti às tentações de mudança para o Sul, inclusive ao convite de d. Jaime Câmara para fixar-me no Rio de Janeiro e dirigir um jornal católico, ou então quando, aprovado em concurso de títulos para Procurador do Ministé-

rio do Trabalho junto à Delegacia do Estado de São Paulo e nomeado pelo Presidente da República, fui convocado para a posse, que não tomei.

Em Natal, concluí o meu 1º ciclo de estudos, todo o 2º ciclo, no velho Ateneu Norte-Rio-Grandense. No ano de 1936, casei-me em Natal, onde nasceram e se batisaram todos os meus filhos e nesta cidade estão sepultados meus pais e seis irmãos meus.

Exerci em diversos colégios natalenses o magistério secundário, ajudando a fundar várias unidades do ensino superior, das quais fui professor, atuando também para a fundação da Universidade, que devemos sobretudo a Onofre Lopes. Estou agora mesmo falando do prédio em que funcionou a Escola de Serviço Social, onde fui professor durante 25 anos.

Fui chefe de serviços estaduais, federais e autárquicos. Com Ulisses de Góes à frente, dediquei-me, com outros companheiros, ao movimento Cooperativista. Dirigi o diário católico A ORDEM, de Natal, e participei da fundação da Emissora de Educação Rural, pioneira, no Brasil, da alfabetização e politização pelo rádio, integrando, com o bispo Eugênio Sales e o então Monsenhor Nivaldo Monte, por exigência da lei, a sociedade que a constituiu. Participei do movimento, igualmente pioneiro, de sindicalização rural e ajudei a fundar o Circulo Operário, cujas sementes foram lançadas no Rio Grande do Sul pelo padre Leopoldo Brentano. Na juventude, participei com entusiasmo da vida esportiva da cidade.

Escrevi uma infinidade de artigos para jornais e revistas, atividade ainda hoje não encerrada. Tenho pronunciado centenas de palestras e conferências, participado de mesas-redondas e sou convocado, vez por outra, para entrevistas em jornais, rádio e televisão Publiquei livros.

Dediquei a vida inteira a obras sociais, católicas e leigas, elaborando inúmeros estatutos de entidades. Participei do movimento mariano, sob a chefia de Ulisses de Góes; da Ação Católica, da qual fui presidente; do Movimento Familiar Cristão, que dirigimos anos seguidos, minha esposa e eu; do Cursilho de Cristandade.

Advoguei remediados, pobres e desassistidos, estes em maior número. Tive a honra de ser um dos fundadores da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e participo do Conselho Estadual de Cultura.

Meu domicílio eleitoral, sempre foi Natal.

Fui candidato a senador, em 1954 e embora derrotado, obtive maioria de votos em alguns municípios, inclusive do eleitorado natalense, o qual me deu vantagem expressiva sobre políticos prestigiosos e experimentados, como sejam Dinarte Mariz, Georgino Avelino e José Augusto Varela, fato que muito me desvaneceu e me fez credor do povo natalense.

Testemunhei, enfim, nesta Cidade, acontecimentos de muito relevância, nomeadamente a revolução de 1930, a intentona de 1935, que chegou a instalar na cidade um governo comunista, as vicissitudes e os sobressaltos decorrentes da 2a. Guerra Mundial, quando vivemos largo tempo em **black out**, e o movimento de 1964, quando defendi estudantes e professores.

Feita esta resenha, parece oportuno analisar o papel do Município na vida brasileira e a missão específica das Câmaras Municipais.

Com o devido respeito, ousou divergir do insigne Pontes de Miranda na sua afirmativa de que "o município de hoje existe porque a lei quer. Só a retórica dos juristas, repetidores de velhos comentadores anglo saxões, pode

pretender que o Município seja realidade viva” (Comentários à Constituição de 1946, vol. I p. 478, Livraria Boffoni, Rio de Janeiro, 1947).

Mas tanto o acatado jurista não é rígido neste seu juízo que, pouco adiante, no mesmo livro, chega a declarar: “Ainda hoje, qualquer programa político que não seja o de dar o máximo poder possível aos Municípios, fazendo-os, com a União, as duas verdadeiras estruturas da vida constitucional do Brasil, pois que são as duas únicas realidades criadoras de riqueza, de agregação e de energia, não tocará sequer, o problema estrutural do Brasil” (op. cit. p. 484).

Acertadamente, a vigente Constituição brasileira deu ao Município atenção maior do que as anteriores, integrando-o na orgânica jurídico-administrativa da Federação, isto é, na União e no Estado-Membro. É que o Município, já proclamara o clássico Pimenta Bueno, analista arguto da Constituição do Império, constitui “o primeiro foco e elemento do laço social, da agregação nacional e cuja vida muito influi na vida nacional”... a primeira pátria em que o cidadão toma parte nos negócios públicos” (José Antônio Pimenta Bueno, Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império, p. 316 – Senado Federal, Brasília, 1978).

Ponto central do maior acatamento da nossa Constituição à vida municipal autônoma, dinâmica, democrática e participativa, está na determinação de que tenha cada Município a sua Lei Orgânica própria, o que vale dizer a sua própria Constituição, promulgada pela respectiva Câmara Municipal. Um documento em que ficam explicitadas as funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal, as atribuições e prerrogativas do Executivo, bem assim as suas responsabilidades, a política de desenvolvimento urbano, com o Plano Diretor, a audiência e participação da sociedade civil no processo legislativo e administrativo, a fiscalização das contas, mediante controle externo e interno, a inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, a organização dos serviços públicos de interesse local, programas cooperativos de educação, saúde, assistência pública, saneamento básico, moradia, cooperação das associações representativas, condições para a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, normas relativas à cultura, meio ambiente, desporto, lazer, deficientes, crianças, adolescente, idoso, turismo. Neste sentido merece aplausos a Lei Orgânica do Município de Natal.

A Constituição do Rio Grande do Norte, no seu artigo 24, estipula que os Municípios exercem, no seu peculiar interesse, todas as competências não reservadas à União ou ao Estado.

Quanto às Câmaras Municipais, vale indagar do seu papel e responsabilidades. Elas constituem elemento imprescindível para o desenvolvimento do sadio Municipalismo, juntamente, é claro, com o Poder Executivo, buscando ambos uma sociedade muito mais justa, fraterna e solidária, na realização do bem comum.

No passado, tiveram as Câmaras Municipais atuação marcante na vida política brasileira e não apenas local. O historiador Rocha Pombo e o nosso Luís da Câmara Cascudo acentuaram a destacada posição do Senado da Câmara de Natal, ao tempo da Colônia, cioso de sua autonomia. Ele não vacilava em dirigir-se diretamente ao Rei de Portugal, por cima do Capitão-Mor e do Vice-Rei, na defesa intransigente dos direitos da sua Cidade, da Capitania

do Rio Grande e da sua população. Relatam os dois mestres episódios eloquentes dessa desasombrada atuação, para o que contavam com o apoio do povo, chegando a denunciar abusos dos governantes e a protestar contra a absurda subordinação da nossa Capitania ao governo de Pernambuco, que somente terminou por sinal em 1817.

Em nossos dias, há condições para que as Câmaras Municipais, cumprindo sua missão específica, tão necessária, desenvolvam o seu trabalho patriótico, na luta pelo bem-estar do povo. Não num trabalho de alto para baixo, mas sobretudo auscultando a própria comunidade e suscitando, sem populismo nem demagogia, o progresso harmônico do seu Município, alcançando, inclusive, as camadas mais humildes.

Na verdade, dizem os mestres, o povo é capaz e criativo, porém precisa organizar-se. Têm as Câmaras Municipais a missão de interpretar, de canalizar, de tornar efetivas as legítimas aspirações de quantos desejam uma Cidade e um Município capazes de enfrentar e resolver seus problemas, que são inúmeros.

Discurso proferido na Câmara Municipal de Natal, que outorgou ao professor Otto Guerra o título de cidadão natalense, no dia 28 de junho de 1990.

## **CÂNTICO APOCALÍPTICO**

Ouvi um cântico mavioso na floresta, como o farfalhar de muitas árvores e o vergastar de muitos ventos.

No bosque da Árvore da Vida, os pássaros, de plumas brancas como a neve, acompanhavam a orquestra de sons, com trinados tristes, como se chorassem todas as dores do Universo.

Insetos mil habitavam nas folhas mortas e guardavam segredos incompreensíveis da natureza.

Os animais se confraternizavam mansamente, como se a paz daquele lugar alterasse os seus instintos, porém, os homens cavalgavam fogosos corséis, de crinas fartas e sedosas que se arrastavam até o chão. Seus corações se mostravam à flor da pele, abaixo deles, viam-se as palavras: AMOR-ÓDIO-VIDA-MORTE. Eles cavalgavam rumo ao horizonte.

Nas nuvens, anjos resplendentes, de asas longas e alvas, entoavam cânticos celestes. Eles advertiam os seres viventes com frases luminosas:

O SENHOR NÃO DORME!  
O TEU DIA CHEGARÁ !  
O JUÍZO É ETERNO!

Ao longe, a LUZ que ninguém conseguia alcançar. Seus raios formavam um leque gigantesco, abrangendo todos os lugares. Nas varetas de luz, os dizeres em letras de ouro:

EU SOU O ALFA E O ÔNEGA!  
O PRINCÍPIO E O FIM!  
ONTEM, HOJE, SEMPRE!

Maria Eugênia (Açu-Rn).

### **TARDES CREPUSCULARES**

É hora do passeio crepuscular. Subo o Morro do Broca e ali me aboleto na rede armada na cabana, no pico do morro.

Gosto das minhas tardes solitárias, dos meus monólogos com os seres e as cousas ao redor. Espalho livros pelo chão. Escolho Cecília Meireles e leio seus versos até me cansar da música e do som dos seus poemas.

Levanto-me e passeio ao redor, pisando malissas e repito o refrão da infância: “malissa, tua mãe morreu, fecha a porta. “Em se fechando a plantinha viva, é o que as crianças nunca puderam compreender. Vou colhendo flores silvestres, minúsculas e delicadas em seus ramos verdes. Recordo-me de vozes amigas a me advertirem: “cuidado, o Broca é o coito das raposas! “Oras, raposas! Elas só existem nas fábulas e histórias infantis! Avanço os passos. O horizonte é uma linha de fogo, com estrias douradas, em leques de luz. Cena cósmica no palco célico, carnaubais distantes, aos milhares, em leques se abanando ao soprar suave dos ventos. Lá em baixo, a lagoa ressequida, com os campos verdes de trigo nascendo.

Há revoada de pássaros, felizes voando, lado a lado, à procura dos ninhos. Ouve-se, ao longe, um cicar de insetos e coachar de jias e caçotes às margens da lagoa.

O céu, num alcochoado de nuvens, se basta na sua grandiosidade. Vesper desponta no seu leito eterno.

Diante da tarde que vai morrendo, fico em completo êxtase contemplativo. Deus, o Grande Arquiteto, o Pai do Universo, criador dos céus, da terra, do mar! Dono de todas as cousas! E o homem a querer competir com a sua grandiosidade, o homem na lua, o homem no espaço e, agora, rumo a Marte!

Deveria seguir o exemplo dos animais, que vivem lado a lado, respeitando-se mutuamente. Cada fruto no seu galho, cada flor no seu ramo, crianças brincando de roda, as nuvens aos milhares, abraçadas, o sol, o “socialista do universo”, na sua rota de milênios, a aquecer, sem discriminações, os seres, as cousas, como um deus de fogo!

Um grito ao longe adverte-me que devo voltar. É a hora das serpentes e das raposas saírem de suas tocas. Raposas! Lesto, cruza a estrada um tatu-bola rumo ao seu esconderijo. Há um repouso tranquilo no ar.

Leve como pluma, vou descendo o morro com os ouvidos cheios dos sons maviosos da natureza. É quase noite. É mais uma tarde que dorme.

Maria Eugênia (Açu-Rn).

## **SER OU NÃO SER**

No envólucro do Não Ser, a primeira batalha na definição da vida. O mais destre vencerá na vertiginosa competição. O Vencedor, sem jamais compreender o tributo que terá que pagar na gloriosa batalha, aloja-se no recôndito do Não Ser e envolve-se em mantos insondáveis. O calor o mantém vivo e o obriga a evoluir-se, obedecendo às leis da genética.

No seu mundo primitivo, o tempo de formação atingiria a horas inatingíveis em suas imperceptíveis percepções.

Devagarinho, toma vulto e a vida inconsciente, processa-se com impetuosidade determinada.

Nas trevas se abriga. É ali o seu forte. Uma força propulsora impele-o à luz. Quando a luz se descortina aos seus olhos, ainda apertados de abismos,

grita e chora. SOU. Diria se falasse. EXISTO. Que de mundos antagônicos da pátria do Não Ser, ao mundo do Existir! Trevas e luz, duas forças que o mantém vivo. Começa a pagar o galardão da vitória da vida com a lágrima primeira. Por que a lágrima e não o sorriso? Por que? Não sabe, não sabe porque veio, não pediu para ver a luz. Que força poderosa o obriga à integrar-se à vida? Uma nebulosa o envolve e o faz dormir, semi-inconsciente, nos extremos dos dois mundos. Leis fisiológicas se põem a funcionar. Uma avalanche de emoções aloja-se em seu pequenino ser...

Na sequência dos dias percebe o novo mundo. Alimenta-se, chora e adormece. Na paz transcendente do mundo dos sonhos, renova-se. A nuvem que dantes o envolvia, aos poucos vai se transformando em visões coloridas. Suas pequeninas mãos obedecem a um reflexo. A seu lado, um rosto sempre irradiando amor, carinho, ternura, decalca em seu âmago, sentimentos nobres de duas almas que se amam e se conhecem. Seus olhos translúcidos são lagos de paz, acompanhando sempre esse alguém que o aconchega ao seio, o alimenta e o protege. Sorri. no primeiro sorriso, as almas que se encontram, no afeto unicelular indissolúvel, inquebrantável. Há alegria no cosmo em que vive. No sorriso, o bálsamo que amortece o sofrimento. Estende os bracinhos e percebe um suave calor penetrando em sua epiderme delicada. Há uma tranquilidade mútua nos dois seres que se abraçam.

De uma zona indeterminada algo obriga-o a evoluir-se. Balbucia ternura, emite sons. Diz a primeira emoção: Mamãe. É o universo todo a irradiar amor, numa efusão de sentimentos receptíveis. Ali, a razão do seu viver.

Nos primeiros passos, a primeira vitória no mundo da luz. Doravante terá que dispender de forças para se firmar nos caminhos da longa jornada. Cedo começa a alisar bancos, a folhear livros, a competir. Há uma etapa de uma longa primavera, onde o céu é da cor dos sonhos e do amor. Ouvirá estrelas, sonhará. Que lindos sonhos inconsequentes!

Depois virão os tropeços. Ama, sofre, luta, perde e ganha. O amor, o sentimento por excelência, coloca-o no campo das disputas. Dá-se também. Um dia se vê personificado noutro ser e transmite-lhe as características genéticas do corpo e do espírito. Viverá num torvelinho de angústias e anseios, de lutas e alegrias. Tropeça, cai. Alguém dar-lhe-á as mãos ou se levantará sozinho. Diferenças sociais marcam o seu destino. Segue o seu rumo conforme os desígnios traçados no envólucro do Não Ser.

Continua a sequência das horas e dos anos. Longa a estrada a trilhar, longos os caminhos, cheios de pedras uns, outros planos ou de montes a subir. Cansado está. É vertiginosa a carreira do descer.

Sua mente é agora um labirinto cinzento. Não mais se encontra. Uma orquestra de risos e de lágrimas ainda em seus ouvidos moucos. No sofrimento uma voz oculta o adverte de que sua jornada terminou. No entanto, prefere Ser a Não Ser.

Lágrimas regam-lhe as faces enrugadas. As mãos trêmulas procuram outras mãos. Nada mais adianta. Sozinho terá que se encontrar com o Poder Absoluto, o Deus das Trevas e da luz. A última lágrima - suco da dor - se esconde na decrepitude da face. Ondas de silêncio o envolvem. Volta ao mundo solitário das nebulosas e a paz o abrange.

MARIA EUGÊNIA - AÇU - RN

# AS LETRAS E A ACADEMIA

NESTOR DOS SANTOS LIMA

## AS LETRAS

Diferentemente dos outros animais, nossos irmãos nesta aventura ecológica da vida na biosfera terrestre, foram os homens os únicos a se preocuparem com a memória de nossa experiência como espécie, registrando-a para as gerações subsequentes desde que descobriram o meio de fazê-lo, isto é, a letra, o alfabeto e suas infinitas combinações.

Ciências de poucos, dos escribas, o escrever e o ler foram e continuam a ser atividades de elites, cada vez mais amplas, mas sempre com um caráter restrito, posto que se necessita uma longa iniciação e aprendizado que limita os números dos que a elas têm acesso. Não é por outra causa, isto é, o interesse das elites monopolizadoras dessas atividades, que os alfabetos podem ser complexos e de difícil apreensão como as escrituras orientais, arábicas, persas, urdu e outras que desafiam a curiosidade dos homens do ocidente desde as fronteiras das culturas eslavas (Polônia) para o oeste, espaço onde passa a reinar a simplicidade do alfabeto romano de que nos servimos para expressar nossa língua portuguesa.

Conhecer o alfabeto romano é ter uma porta de entrada para todas as línguas modernas do ocidente europeu e das Américas, mediante uma simples rearrumação dos poucos símbolos que formam o nosso alfabeto, as vinte e cinco letras inventadas pelos romanos. Mesmo assim, permanece o caráter elitista da arte de escrever e de ler negada a extensíssimas massas das populações do ocidente, particularmente os latino-americanos, e dentre esses o brasileiro.

As razões são muitas para esta altura do devenir histórico quando em outros países menores e maiores, desde Cuba, Japão até a União Soviética tenha sido demonstrado que é possível a alfabetização rápida de um país, quando o Governo o deseja e mobiliza a seu serviço as forças vivas de uma nação, como se fez no Japão, a partir de 1867, e na União Soviética logo após a revolução de 1917, fracassada em outros aspectos.....E, porquê nós, passados quase 500 anos da chegada a estas plagas dos representantes da

cultura portuguesa, armados de cruces e alfabeto, ainda não mostramos disposição para fazer um similar esforço na direção que o fizeram os ditos países acima citados?

Parece que os portugueses não tinham a vontade de passar para os povos aqui encontrados a experiência cultural já acumulada pela nação lusitana, desde que foram registradas nos códices da poesia portuguesa e espanhola as primeiras canções de amor e de amigo da lírica galega. Mais do que isso, por ausência do que estou chamando de "uma ética de cultura" cujo primeiro postulado deveria ser o de fazer participar todos os homens indiferentemente de sua cor ou raça, da experiência cultural acumulada pelos que já a possuem. A cultura portuguesa era sobretudo elitista, reservada aos segmentos privilegiados que a usavam como arma na dominação dos estratos sociais que não acederiam a esse instrumento, mesmo passados séculos, para maior glória da Coroa, "per saecula saeculorum".

E assim chegamos aos dias de hoje, no ano da graça de 1990, há apenas dez anos de completarmos cinco séculos, 500 anos, desde o encontro de culturas europeias e americanas nas praias da Bahia, nas costas do México e nas planuras de Cuzco, e nossas populações continuam "grosso modo" a serem formadas por maiorias analfabetas de menores e de adultos. Estas constituem um passivo evidente às nossas pretensões de desenvolvimento econômico e cultural, quicá de sofisticação cultural em que já vicejam as nossas minorias abastadas, as nossas elites corrompidas pelo dinheiro fácil e as nossas academias adormecidas no cultivo das letras, castradas do seu impacto social, comprovado em mais de seis mil anos de servirem para iluminar as perspectivas e as visões de mundo das elites ativas e dos líderes que abundam na história dos homens urbanos. Sem buscarem influir na realidade, essas minorias letradas de hoje se assentam com tranquilidade na tampa dos caldeirões ferventes que são as cidades modernas e as grandes capitais do mundo em desenvolvimento, que vão da América do Sul, Central e Norte, passando pelas enormes concentrações africanas até as metrópoles da Ásia tropical, como Jakarta, Manila e Bankok.

Parece que não estamos notando a similitude entre a queda de Roma, no quinto século depois de Cristo e o momento histórico atual em que grandes cidades estão sendo sitiadas por maiorias de miseráveis, de bárbaros nacionais, como no Brasil, ou por concentrações de imigrantes ou bárbaros de outras culturas e nacionalidades como as que se acumulam em Paris e em outras capitais da Europa Ocidental, assediadas, de agora em diante mais do que nunca, pelas ondas de imigrantes da África do Norte, que ainda por cima trazem consigo o peso de sua filiação religiosa a um Islam re'ivivo dos Aiatollahs do Iran e outros atualmente em preparação.

Lembremo-nos de que no V século A.C., Roma caiu sob o assédio dos bárbaros. Estamos a ver outros assédios e outras quedas a partir do momento histórico em que vivemos. Entretanto, os intelectuais dos países subdesenvolvidos como o Brasil, sem qualquer angústia, continuam a manter suas academias de elogio mútuo, como que flutuando sobre a agitação de suas sociedade perturbadas e em ebulição pelo crescente contraste entre os que têm cultura e as grandes maiorias que a tem muito pouca ou quase nada, posto que nem sequer chegam ao nível da letra, instrumento pela qual o

homem guardou a memória de tudo o quanto aprendeu em sua histórica carreira de pelo menos dez mil anos até hoje.

Nesta pisada, chegamos ao Rio Grande do Norte, pequeno estado de 50.000 kms 2 na costa leste do Brasil, em cuja capital vivem cerca de 700 mil homens e mulheres, dos quais a metade é analfabeta. Que fazem as academias e os clubes culturais da cidade? Não sei. Mas quero concentrar-me particularmente sobre a Academia Norteriograndense de Letras, na qual fui solenemente empossado no ano da graça de 1987, no dia 23 de abril, dois anos após o meu regresso ao Brasil, às plagas natalenses, como velho funcionário federal em reforma remunerada, vindo das praias ensolaradas de uma ilha das Caraibas, chamada Hispaniola por um Colombo deslumbrado pelas belezas tropicais.

## A ACADEMIA

Tudo começou há muito tempo, embora o mestre Otto Guerra diga que a nossa Academia foi fundada em 14 de novembro de 1936 e instalada um ano depois, em 15 de maio de 1937, conforme a vontade dos seus fundadores ilustres, entre os quais o meu homônimo tio Nestor dos Santos Lima, todos conduzidos pela personalidade fulgurante de Luiz da Câmara Cascudo. A ideia da academia amarra-se à iniciativa de Platão, no ano de 387, ainda Cristo não havia nascido, de comprar uma propriedade num lugar chamado "AKADEMEIA", nos subúrbios ao noroeste de Atenas, dedicando-a ao cultivo das musas. No ano de 529 da era cristã, cessam os vestígios dela, nos textos históricos.

Na última versão dos estatutos da nossa Academia, a finalidade dela não é o culto das musas, como a de Platão, mas "a cultura da língua, da literatura, ciências e artes, notadamente a história, sociologia, folclore, crítica, poesia, ficção e comunicações sociais de um modo geral". Não há, nesse estatuto, uma só menção aos problemas da comunidade norte-rio-grandense, nada transparece que essa sociedade de cultura esteja inserida num Estado atrasado, com a população quase toda analfabeta, vivendo em níveis de renda lamentavelmente baixos, sem saúde, sem assistência, simplesmente um poço de problemas sociais. mas era 1936, às vésperas do golpe de 1937 de Getúlio Vargas, com que, como ditador e depois presidente, Vargas iria sacudir o Brasil da pasmeira do regime republicano iniciado em 1889, conduzi-lo através da borrasca da segunda guerra mundial, apagar-se do poder em 1945 e retomar as rédeas em 1950 até seu rumoroso suicídio em 24 de agosto de 1954.

Assim nascia a academia ou melhor, renascia a academia platônica no seio de uma população indiferente e escassa, totalmente ignorante dos altos objetivos a que se propunha o nóvel órgão. E sem maiores iniciativas do que o cultivo entre seus membros, a academia prosperou, encontrou uma sede, conseguiu onde construir-se um belo edifício, graças ao trabalho e a dedicação de alguns dos seus membros, particularmente Manoel Rodrigues de Melo. Enquanto isso, vão morrendo os ecos das palavras de Cascudo que serviam de voz e tema para as tertúlias entre seus admiradores. E o silêncio foi-se apoderando do grande prédio da rua Mipibu, enquanto se avoluma no Brasil de 1990 o perigo do crescimento constante das massas de analfabetos

que exigem participação na sociedade. Esta por sua vez, vai restringindo cada vez mais as possibilidades de protagonismo para essas massas de povo desqualificado, sem educação, que os meios de comunicação social incitam a aspirar a níveis cada vez mais altos de consumo sem a contrapartida de levar ao mesmo tempo a capacidade de cada um de atingir padrões de produtividade compatíveis.

Em 1990, Natal tem quase vinte vezes mais gente do que quando foi fundada a academia nas vésperas da segunda guerra mundial. E a população natalense aspira por uma democracia igualitária, sem privilégios de quaisquer sortes, diferente da espécie atual que desde a Constituição Imperial de 1824 vem-se-lhe oferecendo, com certo grau de liberdade mas sem justiça nem educação, trazendo-nos aos dias atuais com todos os conflitos que essa contradição arma onde quer que se verifique.

É importante que nos detenhamos neste ponto, para compreendemos porque a “Akademeia” de Platão se podia dedicar às musas, indiferente à sociedade grega que a cercava, formada de patrícios, livres de trabalho, e a massa de escravos trazidos do Oriente Médio e da Ásia para servir e ocupar-se das tarefas da produção enquanto os patrícios se divertiam em especulações filosóficas, muitas delas ainda válidas nos dias que correm. A “Akademeia” era a torre de marfim dos intelectuais da Grécia pré-cristã. Ninguém reclamava dos seus membros qualquer contribuição em favor da sociedade escravocrata e estagnada que a sustentava. Nos anos iniciais do VI século A.D. já não se ouvia falar nem da “Akademeia” nem dos seus membros. Só muito depois, através de textos árabes, o mundo ocidental retomaria conhecimento com a antiguidade clássica.

Mas o modelo platônico de academia permaneceu fixado na imaginação dos intelectuais que muitos séculos depois, em 1937, retomariam a ideia e o modelo e o implantariam neste canto de um nordeste ardente de problemas de sobrevivência e incendiado por aspirações impossíveis de satisfazer sem o caminho árduo da educação e da cultura. Aqui não seria possível a paz dos passeios de Platão sob as oliveiras plantadas pelos escravos. A estagnação cultural nordestina está prestes a exigir, de quem tem cultura em abundância, uma nova atitude, diferente da dos discípulos de Platão a ser inspirada por uma nova ética da cultura que se vem mostrando absolutamente necessária no mundo inteiro, onde quer que se reproduzam as contradições aparentes nas cidades nordestinas do nosso país, para não falar nas outras, onde, as contradições são, pelo menos, menos violentas. E qual seria essa conduta inspirada por uma espécie de ética da cultura que poderia ser, de um momento para outro, a linha de ação da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras?

### **Uma ética de cultura para a Academia**

Na época de Platão, como séculos depois, durante os 400 anos de escravidão no Brasil, o “status quo” estagnado não suscitava nem sequer cócegas na tranquilidade dos intelectuais platônicos nem dos brasileiros do Império e da primeira república antes de 1930. Os choques de 1930, 1937, 1954 e 1964 sacudiram a estrutura social do país que subitamente acordou e apareceu com toda sua pujança na campanha de Tancredo Neves de 1985 quando pela primeira vez as reivindicações por liberdade, cultura, protagonismo econômico

educação, saúde e democracia com justiça e liberdade ficaram aparente nos rostos das massas de mais um milhão de brasileiros de pé em praça pública. Depois, quase entregamos o poder no Brasil ao voto da incultura, da aspiração cega e demagógica, alimentada de sonhos já quase desmoralizados em todo o mundo. O risco continua porque a densidade cultural do povo do país raramente supera o nível primário. A nova constituição, apavorada, reflete no seu artigo 60 das disposições transitórias o impacto dessa visão apocalíptica nas mentes dos constituintes de 1988:

“Nos dez primeiros anos da Promulgação da Constituição, o Poder Público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, cinquenta por cento dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição, para **ELIMINAR O ANALFABETISMO e UNIVERSALIZAR O ENSINO FUNDAMENTAL**”.

Este artigo deseja dizer, que o país tem urgência de alfabetizar sua população por um monte de razões das quais algumas quero ressaltar desde já usando uma metáfora que me parece válida para popularizar a necessidade de tomarmos ao pé da letra o que diz o artigo acima citado. A alfabetização é o **passaporte para a cidadania**; o curso fundamental é o **passaporte** para a modernidade. Porque, um analfabeto não é cidadão coisa nenhuma. É um pobre ser, cego para o rastro do homem na história. É um sub-homem. E sem educação fundamental o homem não pode ter acesso à tradição da humanidade que conservamos com auxílio das letras, nas bibliotecas. Pode-se entrar na modernidade com quase a metade do nosso povo analfabeto e com dois terços sem educação fundamental completa? Não vai esse passivo humano fraudar os nossos esforços coletivos para introduzirmos o Brasil no mundo moderno?

A moderna tecnologia industrial, para não falarmos nas tecnologias de ponta, requer gente e mais gente. Mas não, seguramente, analfabetos. E qual é o contingente de gente que mais cresce em números no Brasil de hoje já que os imigrantes escasseiam e até regressam aos seus países de origem, como se vê com os japoneses do Paraná? A indústria, preocupada com os conflitos laborais, cogita de introduzir os “robôs” pretextando que não substituirão o homem na fábrica. Verdade parcial. Nos países avançados, a indústria levará os operários substituídos pelos “robôs” para as novas fábricas de fazer “robôs”. Mas, se o “robô é importado, o homem perde o emprego e o patrão paga ao exterior o preço do “robô”. E o trabalhador brasileiro estará roubado de seu emprego.

Diante do apelo da Constituição de 1988, que pretende fazer no Brasil, em dez anos o que os japoneses planejaram e executaram em 100, a partir da reforma Meiji em 1867, — isso tudo “COM A MOBILIZAÇÃO DE TODOS OS SETORES ORGANIZADOS DA SOCIEDADE” acredito impossível que a nossa Academia continue em sua paz platônica, sem verificar em que contexto nos encontramos. Só há uma saída honrosa: o engajamento da Academia na tarefa de estimular o combate ao analfabetismo, pela denúncia, pela prática, pela abertura dos seus salões aos analfabetos, atraídos pela mobilização dos seus ilustres membros que não poderão ficar mais indiferentes aos grandes temas da nacionalidade sob pena de vir a submergir na crescente ignorância nacional que nos vem bater às portas. “Tempus fugit”.

## MEMORANDUM: TEMPUS FUGIT

A sabedoria latina deste provérbio não poderia ser mais atual do que no presente tema. Estava ainda sendo escrito este trabalho quando estoura na televisão (3.08.90) a notícia de que no próximo dia 8 de setembro seria lançado um movimento de alfabetização nacional para o qual estariam sendo convocados todos os setores organizados da sociedade brasileira segundo a palavra do Ministro da Educação. As academias de letras, mais do que quaisquer outros órgãos serão chamadas para o combate a cegueira cultural de parte da população do Brasil, obviamente no interesse, a longo prazo, dos intelectuais, dos acadêmicos, dos produtores de cultura potiguares, que se queixam amargamente do desinteresse do público pelas suas iniciativas.

Por exemplo, nós, os acadêmicos, convocamos frequentemente o público para atos culturais, lançamentos de livros, discursos, necrológios, recepção de novos acadêmicos, mas nos limitamos aos representantes oficiais, às nossas relações familiares e aos nossos amigos pessoais e pessoas ligadas à cultura, no meio das quais se infiltram, felizmente, os apreciadores de "cocktails" e os curiosos que gostam de contato superficial com os homens de cultura da nossa terra. O resultado está aí. Um público restrito, para um salão superdimensionado para as necessidades locais.

As lamentáveis tiragens das edições dos livros no Brasil, quando não são "best sellers" traduzidos ou de autores consagrados nacionalmente, apenas refletem a reduzida magnitude do público capaz de ler. Não há porque se lastimar. Há que agir, tomar consciência de que não há edições de grandes tiragens em países de maiorias analfabetos. Levou 70 anos a União Soviética, através de um doloroso processo revolucionário, para chegar às suas estupendas edições de mais de 200.000 exemplares. O Japão levou 100 anos após a reforma Meiji para chegar às formidáveis edições de jornais e livros de hoje. Pequenos países, a Dinamarca e a Holanda, apesar de suas populações limitadas, 7 milhões a primeira e 13 milhões a segunda, e de suas respectivas línguas intratáveis, têm um vasto movimento editorial porque nesses países não há analfabetos, há muito.

O interesse da Academia de Letras está do lado da universalização da alfabetização no nosso país. País semi-alfabetizado, de vocação democrática, no Brasil não mais se pode admitir a neutralidade diante o combate á ignorância. Não somos gregos no meio de escravos. Como cidadãos responsáveis, os acadêmicos tem que dar uma resposta a esta sociedade que nos nutriu, formou, pagou e abriu-nos as portas da Academia, agora que o Brasil inteiro se lança na cruzada libertadora da alfabetização de nossas massas.

Que fazer, senhores membros da Academia Nortteriograndense de Letras? tras?



## **II**

# **ACADÊMICOS FALAM SOBRE PERSONALIDADES DAS LETRAS E DA POLÍTICA**



# **DISCURSO DE GILBERTO FREIRE: AVENTURA E ROTINA**

**SANDERSON NEGREIROS**

Ouvimos, certa noite, em intenso e profundo sertão de uma pequena cidade, a meio de uma festa de padroeira, o acorde de uma frase encantatória de um cego de feira, dizendo-nos: “Menino, só existe um caminho. O resto são veredas”. Nesta outra noite, perfilada pela presença de Gilberto Freyre, chegamos à conclusão de que o mestre de Apipucos é um caminho, um método, como quis outro Gilberto, mais arrebatado, que era Gilberto Amado, mas tão inúmeras, diversificadas e populosas são as veredas para a compreensão do fenómeno cultural gilbertiano, que força é se parar, extenuado, e se repetir Ruy Barbosa às portas da Bahia: “Não sei como começar”. Logo de Gilberto Freyre, o menos retórico e o mais anti-Ruy possível...

Tudo começou, para uma inicial abordagem metodológica, com a frase, que se prolonga, ainda hoje, como um início sinfónico, na abertura de Casa Grande e Senzala: Em 1930, aconteceu-me a aventura do exílio. Aí começa também a biografia espiritual de um ser, tocado pela angústia unamuniana de compreender, no caso, compreender e reescrever o Brasil. Até então, éramos um celeiro infatigável de atitudes de pensamento, marcado tão somente pela disposição parnasiana de olhar o fenómeno vital: a nação que requeria um estudo de sua verdadeira identidade, da génese, quase milagre, que fez do país um exemplo planetário, onde se congregam tantas contradições, mas riquíssimos em sua exemplaridade de convergências antropológicas, sociais, humanas, políticas e culturais. Mas, antes da aventura do exílio, Gilberto Freyre havia sido uma presença perceptiva, nos grandes centros universitários dos Estados Unidos e da Europa, do que se fazia, em matéria de estudo e pesquisa sociológicas, para, quando do seu retorno, acontecer essa sintonia descobridora, de rumos absolutamente inaugurais, a partir do estudo da formação patriarcal, no Nordeste brasileiro, entre 1600 a 1800.

Depois de tantos anos de leitura e releitura de Gilberto Freyre e de procurar conhecer e situar os grandes depoimentos sobre sua obra — que vai de uma hagiografia às vezes militante, o “*flos sanctorum*”, de quase exaltada admiração, até o martirologio romano de uma oposição que se radicaliza —, ainda procuramos encontrar, agora, a vereda de que falamos inicialmente: é preciso se estudar o que existe de tensão no equilíbrio dos contrários — expressão modelada na filosofia grega — entre seu modo de ser uma individualidade e a sua obra, o mundo vasto mundo de Drummond, que se realiza, sobretudo, pela força de aparentes contradições. Uma contradição dialética, biograficamente apontável, e especulativamente demonstrável. *Aventura e Rotina*, além de ser o título do talvez seu livro preferido, é muito indicativo do homem provinciano e universal que coabitam nele.

Gilberto Freyre, é um ser plural, com uma metodologia que difícil seria enquadrá-la em parâmetros científicos, ou defini-la em compartimentos estanques. De início, em tudo que diz e escreve, sente-se o frêmito da necessidade de compreender, aquele estágio de auto-conhecimento que só realiza na compreensão do mundo e do semelhante, que tanto marcou a velhice olímpica de um Goethe — muito mais: uma consciente e desassombrada oposição ao que se poderia chamar, em termos de legado na nossa filosofia ocidental, de lógica aristotélica, marcada por um compasso binário, avaliando-se, aí, que ele chega ao que, em filosofia zenbudista, é a saída desse aprisionamento de logicidade que tanto tem derrotado a imaginação do nosso homem ocidental. Falamos, diante da necessidade de abordagem da obra e maneira existencial de Gilberto, na sua realização através do chamado equilíbrio dos contrários, mas mesmo, aí, ainda residiria o esparrilho aristotético. Sente-se, em Gilberto, que ele só se realiza através da contradição, mas saindo, logo, para um reequilíbrio vital e especulativo, às vezes de maneira inesperada, outras tantas, dentro do método de seu querido Unamuno, de maneira angustiadamente nova. Até que alcance, o que nele seria a síntese, a claridade vitalista de seu também muito caro Ortega y Gasset. O apolíneo e o dionisíaco, que não contrastam sua personalidade, mas realçam seu modo de ser original.

E exemplificamos: ninguém pode mais aparecer preocupado com o próprio Eu, do que Gilberto, mas ninguém é capaz de ser mais generoso com o outro — a descoberta do Outro, de que falava Gustavo Corção —, ninguém mais afeito às grandes amizades, à preocupação, quase solitária, pelos que o rodeiam, ou mesmo dele se encontrem afastado. Em sua vida, há traços revolucionários, não só quando teve a coragem de escrever, em sua obra, sobre temas eternamente proibidos, mas pela posição política que tomou em 1945 contra o Estado Novo, quando repetia, em praça pública, parafraseando o grande mestre de Salamanca: “Não me doem os braços. Não me dói o corpo. Dói-me a Espanha”. No caso, Pernambuco, mas também sua posição, que se diria conservadora, nos últimos decênios, faz com que tenha sido, talvez o primeiro, no Brasil, em nome de seu prestígio incontestável, a lançar publicamente Tancredo Neves como candidato à Presidência da República, reingressando, assim, um novo liberalismo, à maneira de um Afonso Arinos e de um Miguel Reale. Mas, mesmo na sua fase conservadora, mas anti-totalitária, ele causava dor de cabeça aos seus críticos, quando se declarava um anarquista, de um anarquismo que ele bebeu nas águas lustrais de um Sorel. Tradicionalismo, regionalismo e hispanismo poderiam ser, segundo José Guilher-

me Merquior, as balizas em que se compartimenta quase tudo que ele tem feito e escrito até hoje. Hispanismo, contudo, que também foge ao figurino, ou àquilo que Eugênio D'ors chamou de "la santa continuidad", expressão tanto do agrado do nosso querido Câmara Cascudo.

Afonso Arinos, um dos que tentaram uma abordagem gilbertiana "avant la lettre", diz que Casa Grande e Senzala lembra muito os Ensaios de Montaigne, como que havendo afinidade eletivas inquestionáveis, para chegar a uma conclusão: Montaigne elegeu a morte como um dos seus temas prediletos. O que contraria Gilberto, que tem no seu ser-para-o-mundo, de Heidegger, uma oposição permanente no ser-para-a-morte. E Gilberto não pára, já agora descobrindo, em incessante angústia de mandar seu recado, temas novos, como os da medicina, para alargamento enriquecido de sua reflexão, que traz a memória de tudo. Até a criação da sua teoria do tempo tríplice — a junção do passado, presente e futuro, em um só tempo — vai remanescer à teoria intuicionista de Bergson, que ele trouxe para o Brasil, nos idos de 20, como novidade filosófica. E, nesse capítulo, foi ele quem primeiro nos falou de um Chesterton, de um Maritain, dos poetas imagistas como Yeats — por ele tão definitivamente compreendido —, depois de ter compassado uma visão cultural, que ele trazia naquela época, que vai de "Ulisses" de James Joyce até o regionalismo de uma Maurras, sem ranço do reacionarismo monárquico de uma nova Idade Média.

Quando, no Castelo de Cézirre, na França, realizou-se um seminário em torno de "Casa Grande e Senzala", houve célebre polémica entre Roger Bastide, o admirável Roger Bastide do "Brasil, País de Contrastes", com Gurvitch, o maior sociólogo do Direito do nosso tempo, quando este último falava na *microsociologia gilbertiana*, para Roland Barthes dizer, depois, que a França precisava urgentemente de um Gilberto Freyre e a cultura francesa de um livro como "Casa Grande e Senzala". Mas, na *microsociologia de Gilberto* é que está o "leit motiv", a pedra do santo graal, de tudo: são os temas que fazem e perfazem a vida do nosso cotidiano, que sempre predominantemente interessaram a Gilberto. E se sabe do grande escândalo, quando, quase menino ainda, mas formado em universidade dos EUA, chegou ele de volta a Recife; e, em vez de celebrar os grandes motivos teóricos da sociologia, Gilberto foi fazer a sociologia das coisas desprezíveis, consideradas então pela cultura oficial, que consagrava o estilo eloquente de um Ruy, ou, em termos de regionalismo, um folclorismo caricato, uma romantização fora da realidade, que tenha raízes no arquetípico indígena de Alencar e ia até as portas da Semana de Arte Moderna, no classicismo profuso do inesgotável Coelho Neto, o último dos helenos. Depois de "Os Sertões", de Euclides da Cunha, no alvorecer do século, tivemos uma abstenção gloriosa pelos temas essencialmente brasileiros. Olavo Bilac chegou a gravar, ele, eleito o deus pagão do parnasianismo apenas produtor de formas, uma palavra: "parisismo, que seria a necessidade de o homem de espírito, no Brasil, pelo menos uma vez por ano ir à Meca, isto é, a Paris. E se sabe que o Barão do Rio Branco teve um susto formidável, quando Euclides da Cunha, pela mão de influência política de um amigo, disse: "Não senhor. Não quero uma bolsa de estudo em Paris. Quero participar dessa comissão que vai até o alto Purus, na Amazonas, fazer um trabalho de pesquisa". Sim, porque os jovens da Corte só procuravam

Rio Branco para conseguir bolsas de estudo em Paris.

E, por falar em Euclides da Cunha, o torturado Euclides, genial até em seus defeitos — de estilo barroco, exagerado, grandiloquente, mas belo nisso tudo —, foi em Gilberto Freyre que encontrou o ensaio de compreensão mais profundo e empático, embora o autor da Casa Grande e Senzala, se nos parece — e os deuses não exagerem nosso impressionismo — que fez de sua obra, para o homem do litoral brasileiro, do massapê, o que Euclides epicamente levantara em torno do nosso sertanejo, nos sertões do Conselheiro e de Canudos.

Gilberto, finalmente, é sociólogo, antropólogo, cientista social? Ele mesmo já explicou, mil vezes, que não. Mas também não se auto-definiu de maneira histórica, porque nunca poderia fazê-lo; ou o que faz é simplesmente afirmar-se um escritor. Mas já se fez poesia da prosa de Gilberto; e os críticos procuraram um gilbertiano estilo diferente, que tanto encantava outro torturado pela forma, como Guimarães Rosa. Um estilo coloquial, de feito e efeito às vezes estritamente poético, mesmo e, principalmente, na abordagem de assuntos ásperos e pouco amenos da ciência. Um estilo que deve a uma formação da leitura de clássicos portugueses, mas evidentemente inspirado no fluir de uma cosmovisão imagista dos poetas ingleses, tudo isso dosado no arrastar de uma fala que trai a conversa irreprimível do terraço de casa-grande — estilo que faz com que já chamassem sua obra de “histoire-fleuve” na ressonância do “roman-fleuve”; uma proustiana presença de frases longas, intercaladas de travessões, mas, de repente, capazes de uma síntese, que não estava nos cálculos de nossa leitura, com três palavras exatas formando um período expressivo. Aí mais uma vez o que chamamos de aparente contradição gilbertiana.

É um homem que devassou nosso passado brasileiro, mas permanece nos seus gloriosos 84 anos, profundamente preocupado com o futuro, pelo que será ou não compreendido, e a quem tanto pesa, certamente, a oposição que se levantou, puramente ideológica, à sua obra, não procurando ver, no equilíbrio dos contrários, aquilo, por exemplo, que representa “Casa Grande e Senzala” como livro fundador, e que foi tão bem entendido por um Darcy Ribeiro.

Afonso Arinos fala do que representou para Montaigne a presença do amigo, citando, como não podia deixar de fazê-lo, La Boétie. E nada melhor do que relevar, no capítulo das grandes amizades, o que Gilberto Freyre representou para a vida de um José Lins do Rego. E Afonso Arinos, na comparação de Montaigne com Gilberto, lembra que, como em Paris, há uma Avenida Montaigne, dado continuidade à Avenida La Boétie, se prefeito fosse do Rio de Janeiro — acrescenta o autor de “A Alma do Tempo” —, inauguraria, após a Avenida Gilberto Freyre, a Avenida José Lins do Rego. E não sem muita emoção que relemos, há pouco, o ensaio de 1941 de José Lins sobre Gilberto — que irmão, que companheiro, que mestre, que amigo! E sem esquecer o que representa, com força da amizade, um Rodrigo de Melo Franco, um Manuel Bandeira, um Cícero Dias, como presenças tutelares de compreensão pelo que Gilberto fazia e criava, de maneira pioneira, desatando dúvidas, incertezas, dádivas e, até, dúvidas!

Na frase de Augusto Comte, de que cada vez mais os mortos estão a guiar os vivos, lembramos, a esta hora, um ensaio de profunda e circulante

simpatia — e Gilberto foi quem primeiro nos falou em empatia — e força poética, de Mauro Mota, ontem desaparecido do nosso convívio físico, quando ele se reporta a um tema curioso: de que Gilberto Freyre começara a escrever “Casa Grande e Senzala”, ainda menino de calças curtas, quando o engenheiro São Severino dos Ramos, em Pernambuco, serviu-lhe de seu primeiro alumbamento. Expressão esta, de Manuel Bandeira, que escreveu seu poema de evocação de Recife a pedido do autor de “Sobrados e Mocambos”. E estivemos a reler, outro que já se foi, para a Outra Margem — que não nunca seja a terceira margem, do conto de Guimarães Rosa — o inesquecível Renato Carneiro Campos, autor de um dos ensaios únicos de compreensão de Gilberto, no prefácio ao livro “Vida, Forma, e Cor”. Recordamos Renato, vulcão adormecido, voz tonitroante, larga, sensibilidade de poeta, a nos falar, nas boêmias madrugadas do Recife, sobre o que existe de semelhante entre Joyce e Gilberto Freyre, comparação depois pesquisada por outros estudiosos.

Em todos os seminários realizados no Brasil, de que temos tomado conhecimento, em torno da vida e obra de Gilberto Freyre, parece que tem sido esquecido o jornalista, aquele que, aos 11 anos, já era redator-chefe de um episódico jornal de colégio e que, até hoje, com uma regularidade assombrosa — escrevendo e lendo ainda sem óculos — tem marcado e demarcado seu espaço, em contínua e brasileira presença, na grande e pequena imprensa nacional. O jornalista que escreve numa simplicidade virgiliana, de camponês que fala na naturalidade do gesto, e na função, até primitiva, da elocução. Despojado de ornatos, trazendo para a coluna do jornal uma frase coloquial, aguda pela percepção do fato analisado, mas virtualmente franciscana, pura até a decantação.

Quem primeiro no Brasil foi capaz de dizer da genialidade de um Augusto dos Anjos, numa época em que Bilac, perguntado por um amigo se tinha sabido da morte do poeta do “Eu”, respondia friamente: Não conheço e não perco nada por não conhecê-lo, senão Gilberto Freyre? Enfatizamos isso, que é menos um detalhe, e mais uma definição, para dizer que um homem capaz de tanta compreensão, merece ser compreendido, e não julgado em novo tribunal do Santo Ofício, fazendo-se ao menos como fez esse louco genial, que se chama Darcy Ribeiro. Outro exemplo: Fora Oto Maria Carpeux, quem nos Brasil nos falou de um Santayana, com entendimento empático e valorativo para enriquecimento de nossa cultura, senão Gilberto? De um Santayana que, ao começar uma aula numa universidade americana, do alto do que podia ser sua tribuna de filósofo, dispensa os alunos, afirmando: Hoje não vai haver aula. A primavera chegou.

Há poucos dias, Gilberto Freyre esteve em Natal para homenagear nosso Câmara Cascudo. Dois anos mais velho do que Gilberto, Cascudo recebeu, na solareira da avenida Junqueira Aires, no exílio de sua audição e de seu olhar, de efusão nordestino de alguém, que ao lado de Cascudo, fez a viagem definitiva de circunavegação espiritual. Cascudo, como Papini, quase cego, não recebia somente o dom da amizade: Gilberto lhe entregava, simbolicamente, um ramo de carvalho de Tasse, que Nabuco colocaria, através de Graça Aranha, nas mãos de Machado de Assis. Eram homens que já viam e entendiam quanto custa a síntese do que é o Absoluto, mas que valem todas as dores, todas as vésperas, todas as dúvidas, todas as incompreensões, exatamente quando, no coração do homem, o espírito tem mais voz e repercus-

são do que a matéria, estágio primitivo da energia, que segundo Einstein, move os universos conhecidos e paralelos e que Dante, na sua magnificência de vidente, definia como o Amor que move as estrelas.

E é tudo isso, Gilberto Freyre, que a Academia Norte-Riograndense de Letras, entrega-lhe de louvor e amizade nesta hora, principalmente nestas palavras, menos oficiosas, mas valorizadas por profunda simpatia espiritual e humana, e no instante em que Diógenes da Cunha Lima — um amigo a quem sempre se retorna — assume a presidência desta Casa, trazendo para ela uma presença cultural de grandes perspectivas de movimentação, de longo tirocínio e saber de experiência feito, de necessária novidade e prosseguimento da escola de mestre e amigo que foi para todos nós Onofre Lopes.

Meu caro Gilberto Freyre:

Câmara Cascudo não chegou a terminar o livro que seria o coroamento de sua milionária virgília anterior, e que se chamaria "Antes da Noite". Agora é noite, a inumerável e amorosa noite natalense. De um Natal do Padre Miguelinho, que, antes ser fuzilado como herói da revolução de 1817, vingou a morte, ressuscitando, diante do Conde dos Arcos, com acentos de beleza trágica, os diálogos finais de Sócrates. Não diremos como Monte Alverne: É tarde! É muito tarde! Ao contrário, empregando uma expressão sua, tipicamente gilbertiana, o que se adivinha é a surgência e ressurgência de novo dia, carregado de gratos amanheceres, para o que se pretende construir de permanente para o país e para nosso destino de povo. É só numa noite assim é que se pode gerar a verdadeira esperança no coração dos homens. No seu e no nosso coração, como diria Manuel Bandeira para Frederico Garcia Lorca.

(Discurso proferido pelo acadêmico Sanderson Negreiros e saudação ao sociólogo Gilberto Freyre, em sessão da Academia, na noite de 23 de novembro de 1984).

# **JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS**

## **INTELIGÊNCIA E AÇÃO A SERVIÇO DA DEMOCRACIA**

**JOÃO WILSON MENDES MELO**

O nome de José Augusto Bezerra de Medeiros estará presente, para sempre, na memória de todos os norte-riograndenses, toda vez que cogitarmos dos nossos homens públicos e dos grandes valores humanos do nosso Estado; sempre que pensarmos na política, na educação, na tribuna do Congresso Nacional ou das praças; toda vez, afinal, que pensarmos na inteligência e na ação com que a nossa pequena unidade contribuiu para a federação brasileira, para a democracia e para o governo do Brasil e do Rio Grande do Norte.

A política que nos domina mais e nos envolve permanentemente, projeta sua figura de maneira muito nítida. Suas posições na política nacional, sua intransigência em face de quaisquer desvios dos postulados de liberdade; do sistema tripatite de governo, da representação popular com o voto de todos, homens e mulheres; e suas lutas pelo Parlamentarismo, dentro da linha de igualdade e harmonia dos poderes, para impedir a hipertrofia do Executivo, foram na sua vida verdadeiras batalhas que lhe trouxeram, antes de tudo, a vitória de haver combatido o bom combate.

Sua atitude de ostracismo voluntário para distanciar-se da distorção de um Estado mais velho que Novo nas concepções de soberania do poder e de domínio absoluto sobre os governados; sua resistência aos convites para participar do banquete com que se exercia o poder, resistindo aos cânticos de sereia por força da convicção, sem necessidade de anarrar-se aos esteios de sua sólida barca, fazem dele um dos valores morais da política brasileira.

No exercício dessa vida pública, sua posição de sentinela constante, do alto de uma tribuna, foi decisiva para muitos temas fundamentais e é a imagem que os que assistiram não esquecem nem cansam de admirar.

Na tribuna das ruas e das praças, sabia fulgurar a sua inteligência e tinha recursos magníficos de encantar e convencer. Qualquer motivo, qualquer circunstância do ambiente ou do meio do povo, podia ser motivação para, de maneira clara e insofismável, expor suas idéias e defender seus propósitos.

“Fizestes bem em me esperar à sombra desta Igreja”. Assim começou o seu discurso para uma multidão que o esperava e aclamava no interior, ao lado do templo local, numa tarde, abrigada do sol pela enorme nave e altas torres. E o local, o templo e a sombra foram motivação e sugestão para que expressasse seu pensamento e sua posição religiosa, bem como a força que possuíam na direção de suas orientações políticas e na sua ação de parlamentar.

Foi José Augusto, sem favor, uma das grandes inteligências da política e do parlamento nacionais, marcado para a posteridade pela luta constante em pról da democracia e dos assuntos de interesse de todo o Brasil, como o regime parlamentar, o voto feminino, os planos de combate aos efeitos das secas periódicas no Nordeste e pelos direitos humanos em geral, ao tempo em que o coronelismo e o despotismo os desconheciam inteiramente ou tinham deles a noção limitada, como de uma coisa que se traduzia em benefício dos amigos e correligionários a quem unicamente se aplicavam.

No âmbito do seu Estado sua ação foi marcante de uma época e de um sistema de administrar a coisa pública com responsabilidade. Governou o Rio Grande do Norte de 1924 a 1927.

Colho de tudo que se escreveu sobre ele as opiniões de três intelectuais brasileiros sobre sua inteligência.

Eis o que disse em artigo na Gazeta de São Paulo o acadêmico Menotti Del Picchia sobre José Augusto quando estava este na presidência da Câmara dos Deputados: “Daí a sabedoria, o tato e a experiência com que, tantas vezes, dominou sessões tumultuosas quando a paixão política, do alto da tribuna, cruzava seu fogo cerrado com a veemência dos apartes que fuzilavam no recinto. Sábio e tranquilo, José Augusto foi sempre no Parlamento, o espírito apaziguador, arguto e cordato. A simpatia irradiante de sua personalidade amainou muitas tempestades. Diante da integridade do seu espírito e da serena diplomacia de suas maneiras, as ondas crespas da eloquência enfurecida morriam como num quebra-mar de bordas suaves. Para os espíritos impetuosos a sorridente impassibilidade deste político servia como exemplo de que, com doçura e sabedoria, todos os objetivos são alcançáveis”.

De Carlos Drumond de Andrade, o seguinte, em crônica memorável: “Foi dito que o algodão é uma das principais riquezas do Seridó, e isso porque a maior talvez seja mesmo o velho parlamentar José Augusto, democrata da melhor fibra. A longa tarimba da posição não o tomou nem menos fiel aos seus princípios políticos, nem, perante a vida e os homens, menos cordial”.

E do nosso imortal Edgar Barbosa, semelhante aos dois anteriores que acabamos de citar, pela beleza do estilo, recolho as seguintes sábias expressões: “Nem sempre é edificante para os moços a aproximação com os homens eminentes. A glória se compraz de quando em quando, em deformar seus favoritos e estragar o artista, tanto quanto o cientista ou o político, em uns instilando a vaidade, em outros a fome dantesca do poder. José Augusto era o contrário. Seus títulos morais e intelectuais, seu prestígio internacional, o poder que deteve por aclamação dos seus mérito, jamais desequilibraram sua naturalidade, seu modo de ser de gentil-homem cuja nobreza guardava apenas o braço da honradez”.

Nos Anais do Senado, da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte encontram-se documentados os sinais

maiores de sua capacidade de dizer, de expor, de argumentar e de agir.

A esta última Assembléia foi levado em 1913 e 1915, pelo voto dos seus admiradores. Na Câmara Federal de 1915 a 1923 e de 1935 a 1937 e, novamente, de 1946 a 1950, sendo seu 1.º vice-presidente de 1948 a 1950. No Senado, de 1928 a 1934.

No Ateneu Norte Riograndense, a instituição máxima de ensino do Estado, na época, foi professor de História Geral, de História do Brasil e de Geografia, tendo sido também seu diretor em 1910.

No campo da educação, foi vice-presidente da Conferência Inter-Estadual de Ensino Primário, e 1922, promovida pelo Governo Federal, no Rio de Janeiro, Membro da Comissão Permanente de Instrução Pública da Câmara dos Deputados entre 1915 e 1923 e da Comissão de Instrução Pública do Senado, quando lá serviu. Presidente do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, em Goiânia, em 1942. Presidente da Associação Brasileira de Educação, de 1943 a 1944. Presidente da Décima Conferência Nacional de Educação, no Rio, em 1950. Presidente da Associação Brasileira de Educação, em 1950.

Pertenceu às seguintes instituições culturais: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; Instituto Histórico e Geográfico do Ceará; Instituto Genealógico do Brasil; Associação Brasileira de Imprensa; Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro; Museu Social Argentino; Sociedade Brasileira de Economia Política; Sociedade dos Amigos de Alberto de Torres; Associação Brasileira de Escritores, tendo marcante atuação no Congresso realizado em 1945 como um dos autores da Declaração de Princípios, ao lado de Hermes Lima, Caio Prado Junior, Carlos de Lacerda e Astrogildo Pereira; Conselho Diretor da Academia Internacional de Science Politique e de Histoire Constitutionel, da França, bem como da Societé de Legislation Comparé, de Paris, em 1952 e do Instituto do Nordeste, em 1954.

Foi diretor das revistas "A Educação", Rio de Janeiro, de 1922 a 1924, "Revista Brasileira de Educação", Rio, de 1929 a 1930. Colaborou como redator de "O Diário de Notícias", "O Jornal", de "A Manhã", do Rio de Janeiro.

José Augusto foi membro da nossa Academia Norte Riograndense de Letras, ocupando a cadeira da qual é patrono Manoel Dantas.

Escreveu José Augusto os seguintes trabalhos, em livros e plaquetes:

Pela Educação Nacional – 1918

Eduquemo-nos – 1922

Aos Homens de Bem – 1926

A Representação Profissional nas Democracias – 1933

O Ante-Projeto de Constituição em Face da Democracia – 1934

Dois Discursos em Defesa do Rio Grande do Norte – 1936

Porque Sou Parlamentarista – 1936

Famílias Seridoense – 1940

O Sal e o Algodão na Economia Potiguar – 1948

A Federação Mundial – 1954

Seridó – 1954, com reedição em 1980

O Rio Grande do Norte no Senado da República – 1966, com reedição em 1980.

A demonstração inequívoca de inteligência e cultura, numa ação política

e intelectual concretizada na atuação de que falam as instituições em que militou, fizeram com que seu nome fosse conhecido de todos e a visão do homem ou o conhecimento pessoal fosse aspiração dos norte riograndenses.

Daí a afluência imensa aos comícios do seu Partido Popular quando tinham a glória de contar com a sua participação. A sua palavra, clara pelo esforço de superação de uma rouquidão congênita que conseguia vencer em parte, era ouvida com fascínio pelos que, correligionários políticos ou não, acorriam de longe até, para ouvi-lo.

Os que conviveram mais de perto com o líder atestam a autenticidade dessa qualidade inata de conduzir as consciências no campo partidário, indicando-lhes os caminhos mais condizentes com os propósitos que elegeram como os mais puros e benéficos para a sociedade e para a nação.

A imortalidade que já lhe foi conferida como intelectual pela Academia Norte Riograndense de Letras, o Estado do Rio Grande do Norte, pelas suas instituições maiores, está confirmando e trazendo ao campo político a que ele serviu sem que tenha sido ainda superado. As análises da História da nossa Província e do nosso Estado, assim atestam.

Louvando-o neste tempo do seu centenário, somos também propulsores de sua eterna lembrança.

Discurso de João Wilson Mendes Melo, representando a Academia Norte Riograndense de Letras, em solenidade de homenagem ao político potiguar na Sala dos Grandes Atos da Fundação José Augusto, em 4 de outubro de 1984.

# **O POETA ANTÔNIO ANTÍDIO DE AZEVEDO**

## **TAMBÉM PESQUISADOR E BIÓGRAFO**

### **DISCURSO DE GRÁCIO BARBALHO**

Escolhido pelo nosso Instituto Histórico e Geográfico para participar deste noite evocativa, aqui estou com a força e o domínio do meu contingente emocional, tentando reviver, em palavras que dignifiquem a sua memória, a presença, tantas vezes lembrada, do poeta Antônio Antídio de Azevedo, neste centenário de seu nascimento.

E porque defini-lo apenas como poeta? É certo que poderia partir desta Casa a análise específica de um dos ângulos de seu comportamento literário: o pesquisador da história, o biógrafo. O interesse na pesquisa histórica levou-o a recolher subsídios para situar a criação e o desenvolvimento do município em que nasceu. E foi, sem dúvida, o apego aos estudos históricos a razão fundamental do seu encontro e, por alguns anos, da permanente vivência com o Instituto do qual agora recebe esta relevante homenagem.

Antídio de Azevedo escreveu sua própria biografia onde, além de ressaltar a condição de autodidata, raiz essencial dos conhecimentos adquiridos na juventude, deixa entrever sua atração e permanente convívio com as motivações do seu mundo espiritual.

Em sessão solene realizada nesta Casa expôs, em dados biográficos, a figura do saudoso mestre Prof. Severino Bezerra. E no seu discurso de posse na Academia Potiguar de Letras analisa a multiforme atividade do seu patrono o jornalista, orador e poeta Vivaldo Pereira, como ele um vitorioso autodidata.

A biografia de Olavo Bilac, que considera "o maior dos parnasianos", foi escrita na ocasião do centenário de nascimento do poeta e o conteúdo emocional que vibra em cada página bem reflete a gratidão do nosso poeta

aquele que inspirou, nos primeiros arroubos, o modelo espiritual de seus versos.

Seria ainda enaltecida a destacada presença do jornalista que, levado por singular obstinação e verdadeiro culto às tarefas do espírito, fundou ao lado de amigos e dirigiu seguidamente em sua cidade Natal o semanário "O Município" e o "Jornal da Festa", este dedicado à padroeira de sua terra. Sem contar o semanário humorístico "O Parafuso" que nasceu e viveu sob seu próprio comando.

Com uma referência às crônicas, artigos que publicou em jornais, procurei agora transferir o prosador para poder situá-lo ante a definição apresentada no decurso das minhas primeiras palavras. Assim, daqui por diante, não importa que em singela conceituação, estará presente o poeta Antidio de Azevedo. Devo anunciar de início que, para expor o estilo poético do nosso homenageado, o poder de inspiração que existe em seus sonetos e trovas, nada mais teria a dizer além do que foi retratado na apreciação de seus livros e na voz daqueles que, em vários encontros solenes, o saudaram.

Se agora procuro trazer a minha palavra para reavivar o que merecidamente recebeu é talvez porque me vem à lembrança a filosofia do antigo mundo helenico ao rever o conceito de Heráclito: "Em um mesmo rio corrente não se pode repetir o banho porque a água já não é a mesma".

Quando, há poucos anos, a Academia Norte-riograndense de Letras permitiu-me evocar, em resumido esboço, a obra literária de Nísia Floresta e Henrique Castriciano ocorreu-me lembrar que, na longínqua adolescência, a sedução que me oferecia o soneto parnasiano fez da coletânea "Poetas do Rio Grande do Norte", de Ezequiel Wanderley, o meu breviário. Não imaginaria que algum dia pudesse reviver o mesmo tema, sentir a mesma emoção quando, nesta noite, volto a mergulhar no passado e ao longo da distância reencontrar, nas figuras daquele livro o poeta Antidio de Azevedo.

Tenho a recordação visual de sua presença nessa Antologia que, editada em 1922, transcrevia um dos belos sonetos feitos na juventude: a exaltação do amor materno onde se refugia e do qual ficou-me na lembrança apenas o primeiro verso:

"Mãe, imagem do bem, cofre azul da ternura"

Hoje para conceituar a inspiração poética que perdurou em toda a sua existência, procuro ainda uma vez retroceder no tempo até onde seja permitido entrever detalhes de sua biografia. Assim, nos anos da mocidade aquele rapaz que, na infância e na adolescência, vivendo em uma fazenda, aprendera as primeiras letras com o próprio pai passou, já na cidade, a receber aulas de português aprimorando seus conhecimentos.

Foi então que despontou o interesse do jovem pela poesia, conforme está em suas próprias palavras que aqui reproduzo: "Possuindo uma certa tendência para as letras, dediquei-me à leitura da poesia dos grandes poetas da época".

Nos últimos decênios do século passado e no alvorecer deste século, os artífices de nossa sensibilidade poética cultuavam, ao lado do simbolismo que, nascido na França, era vivido entre nós por poetas como Cruz e Souza e Alphonsus de Guimarães, o parnasianismo, movimento que sucedeu ao lirismo romântico e que se caracterizava sobretudo pelo esmero da forma. A métrica e a rima seriam então condições essenciais para a beleza do verso. Percorreram com brilhantismo esse novo caminho poetas consagrados, entre eles Raimundo

Correia, Guimarães Passos, Emilio de Menezes, Vicente de Carvalho e Olavo Bilac. Este era certamente o parnasiano mais convicto como demonstra sua “Profissão de Fé” no portico das POESIAS COMPLETAS, fortalecida pela definição de Victor Hugo: “O poeta é cinzelador. O cinzelador é poeta”.

O fascínio dessa estrutura poética modelou, na juventude de Antídio, inspiração contida em suas primeiras produções. Os traços biográficos desse período de sua vida mostra que, na busca incessante de aperfeiçoar, além da leitura dos poetas preferidos, brasileiros e portugueses, recebia de revistas como O MALHO as anotações poéticas necessárias ao seu estudo e deleite.

Quando adquiriu o TRATADO DE VERSIFICAÇÃO de Olavo Bilac e Guimarães Passos e com ele procurou rever a construção de seus primeiros sonetos, já poderia anteciper o que disse em nota explicativa quando foi editado o seu primeiro livro de versos, o “Zelações”: “Sou convencido de que a beleza do verso reside muito especialmente na métrica e na sonoridade cantante da rima”. O que reafirma em uma das sextilhas do seu livro CARTAS AO MALAQUIAS onde se pode ler:

Só gosto da arte simétrica  
Versos sem rima e sem métrica  
São pratos faltando o sal (...)

Foi assim que, com as normas da metrificação ao seu alcance decidiu enviar uma produção poética à seção “Caixa d’O Malho”, mantida nessa revista por Emilio de Menezes e que se caracterizava pela rigidez na escolha das publicações. Conforme revela, foi para ele um grande dia aquele em que recebeu O MALHO, trazendo na página especializada o seu soneto “Juazeiro”.

Seguiu-se então intensa colaboração em revistas, jornais e almanaques, incluindo jornais de Portugal, revistas brasileiras do sul do país e publicações em cidades do Rio Grande do Norte e de alguns Estados vizinhos.

Seu primeiro livro de versos, o “Zelações”, editado em 1953, reúne as pedras angulares do edifício que começou a construir nos anos da mocidade. Nas páginas iniciais vamos encontrar sonetos escritos entre 1913 e 1916, alguns retratando a paisagem ambiental, as árvores amigas, o canto dos pássaros, a condição climática, outros dirigidos à Alice, aquela que seria depois ao longo de toda sua vida, a eterna companheira e que já então recebia o enlevo poético contido no terceto final do soneto “Almas Irmãs”:

“E ainda vamos nós vivendo de ilusões  
Os meus olhos nos teus, azues, meditativos  
Sentindo em cada peito haver dois corações”.

Em 1963 foi lançado o seu segundo livro de versos, o “Pirilampos”, contendo poemas, sonetos e também trovas. No início dos anos setenta, já membro da Academia Norte-Riograndense de Letras, acompanhou a publicação de mais três livros: BORBOLETAS, onde vive o trovador, as sextilhas humorísticas intituladas CARTAS AO MALAQUIAS nas quais, curiosamente, encontra repetidas rimas para o “Sidrack Luna”, o pseudônimo que adota e

finalmente FAGULHAS, que engloba sonetos e outras composições poéticas. Neste livro, diz em nota explicativa: “aqui está, pois, FAGULHAS que nada mais é senão as fulgurações do meu cérebro octogenário que ainda vibra”. Sua leitura revela, por outro lado, que Antídio cultivava o soneto parnasiano ainda além da maturidade. Vale aqui registrar o que disse Alberto de Oliveira no prefácio de sua Antologia OS CEM MELHORES SONETOS BRASILEIROS, editada alguns anos após o movimento modernista de 1922: “O soneto vive ainda, entraja-se um dia ou outro com certo apuro como o aldeão que aos domingos põe a sua melhor roupa de ver a Deus mas o mais das vezes quando aparece é maltrapilho e vulgar”. Podemos dizer que nos sonetos de Antídio de Azevedo escritos na maturidade e na velhice está sempre presente o aldeão vestido para a missa dominical.

Como trovador, o conceito de seu nome transpôs as fronteiras do Estado onde chegou a receber prêmio em concurso de trovas. Como sucessor de Antídio de Azevedo na Academia Norte-Riograndense de Letras, invoca o acadêmico Antonio Soares Filho, em seu discurso de posse, a afirmativa de João Carlos de Vasconcelos que diz: “Foram as trovas que o tornaram o mais conhecido poeta norte-riograndense fora do estado”. Sua permanente colaboração na imprensa portuguesa era ainda uma razão para ser ele conhecido também fora do Brasil.

Devo agora despedir-me do poeta revendo o estro sentimental de seus versos na trova que aqui está:

“Em cada sonho que morre  
Eu guardo mais uma dor  
Assim a vida percorre  
Meu coração sonhador”

Antídio de Azevedo pertenceu a várias instituições culturais do seu Estado: Academia Potiguar de Letras como sócio fundador, Academia de Trovas do Rio Grande do Norte, também sócio fundador do Clube de Poesia de Natal, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, este que hoje o homenageia e Academia Norte-riograndense de Letras, na qual ingressou no vigor dos seus 82 anos. Pertenceu ainda, como sócio correspondente, a entidades culturais do Brasil e de Portugal.

Em sua cidade Natal, Jardim do Seridó, ocupou seguidamente as funções de agente de rendas federais, adjunto de promotor e tabelião público, cargo que exerceu durante alguns anos sendo transferido, em 1937, para esta Capital onde se aposentou em 1951. Por vontade própria cumpriu apenas um ano o mandato de prefeito municipal em sua terra para o qual foi eleito em 1952.

Em meio aos encargos da vida profissional, sua intensa produção literária pode ser justificada pelo que revela no preâmbulo de “Zelações”: “Já ao transpor a adolescência deixei a vida do campo para um modesto lugar de funcionário público e depois pelo de notário, funções estas a que dediquei todo o meu tempo e atividade. Mas, tendo o hábito, que trouxe da fazenda, de madrugar, era a essa hora que me dedicava às musas”. Esta explicação poderia ser complementada pelo sentido de dois pequenos versos em uma de suas trovas:

“Se canto como a cigarra  
Trabalho como a formiga”

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte cumpre, neste momento, o dever de reverenciar, com relevo e magnitude, a memória do nosso conterrâneo Antídio de Azevedo. Seu amor às letras e dedicação ao trabalho sempre foram ressaltados nas justas palavras daqueles que o saudaram no passado e que agora, nesta exposição, procuro reviver.

Ao encontro de sua figura humana viria ainda a ajustar o que disse seu filho Max Azevedo em discurso de agradecimento: “Ninguém mais do que seus familiares conhecia melhor a grandeza de sua alma, a sua bondade, o seu espírito humanitário. Ele era, realmente, um homem bom e humano”.

Concluo as minhas palavras lembrando que, no futuro, poderemos ter de volta a poesia parnasiana. É, talvez, uma hipótese fantasiosa mas, como já ocorreu com alguns movimentos literários e também musicais, poderá ressurgir o culto do soneto rimado e metrificado. É certo que reviverão os poetas da geração de Antídio e então teremos, como complemento da homenagem de hoje, a presença de seu nome nos tempos que hão de vir.

Discurso proferido pelo acadêmico Gracioso Barbalho em homenagem do Instituto Histórico e Geográfico do R.G. Norte ao acadêmico e confrade Antônio Antídio de Azevedo, no centenário de seu nascimento.

# ANTÔNIO PINTO DE MEDEIROS

## M. RODRIGUES DE MELO

Ex-Aluno de Seminário, Antônio Pinto de Medeiros não ocultava o traço inconfundível da cultura clássica que possuía, sem também deixar de ser polêmico quando necessário.

Conheci-o em Natal, e com ele convivi durante algum tempo.

Fomos adeptos da doutrina Integralista de Plínio Salgado.

Certa vez, em Papari, atual Nísia Floresta, participámos juntos de um comício, em que ele, usando expressão de Tobias Barreto iniciou o discurso dizendo que ia falar em “mangas de camisa”...

Eu, que então, já conhecia essa expressão do mulato sergipano, fiquei admirado. Inteligente, culto, conhecendo várias línguas, Antônio Pinto era, ao mesmo tempo, jornalista, professor e poeta.

Fundou e manteve durante vários meses a revista ZERO que não passou de uma pilhéria. “Nunca circulou.... Vivíamos o tempo de BANDO que durou dez anos ininterruptos.

Em compensação, mantinha n’A REPÚBLICA, uma secção denominada - **O SANTO OFÍCIO** - através da qual comentava as novidades literárias da Província.

Recordo-me de um fato que demonstra muito bem a argúcia e a perspicácia de Antônio Pinto no campo das letras.

Eu iniciei uma série de artigos no **DIÁRIO DE NATAL**, sobre figuras do Rio Grande do Norte, sob o pseudônimo de Athayde de Figueiredo.

Antônio Pinto tentou descobrir o autor dos artigos e como não conseguiu propôs a seguinte hipótese, por sinal verdadeira: Athayde de Figueiredo só pode ser gente ligada ao grupo de Tristão de Athayde e de Jackson de Figueiredo.

Em Natal, liderou o movimento literário dos novos, entre os quais se destacavam Newton Navarro, Zila Mamede, João Batista Pinto, Geraldo Carvalho e alguns outros.

De todo esse labor em prol das letras e das artes resultou um folheto sobre

a Rua 15 de Novembro e um livro de poemas sobre o qual publiquei um longo artigo. Sei que era amigo de muita gente importante na cidade como Luís da Câmara Cascudo, Sylvio Piza Pedroza, Lourenço Branco e vários outros.

Antônio Pinto não era homem de permanecer muito tempo perseguindo uma coisa só. Inquieto, inteligente, culto, queria sempre estar na liça lutando por alguma coisa. Escreveu também no **Diário de Natal**, caminho certo para chegar à redação de **O JORNAL**, de Assis Chateaubriand, no Rio de Janeiro, onde passou a escrever sobre futebol.

Sobre o problema de fixação em qualquer lugar era o contrário de Luís da Câmara Cascudo: enquanto este passou à história como Provinciano Incurável, ele poderia ser chamado Provinciano Desgarrado.

Nasceu em Manaus, viveu em Mossoró, morou em Natal e por fim fixou-se no Rio de Janeiro. Não sei se alimentava algum desejo de conhecer a Europa, Estados Unidos, etc. Dele guardo boa impressão e grande saudade. Há poucos dias, li num jornal da cidade, o depoimento de uma sua filha, defendendo-se de acusações que não me cabe entrar no mérito da questão. Lembrei-me, então, do seu Pai, meu amigo e companheiro de ideais que se estivesse vivo estaria batalhando ao lado da filha. Recordo, igualmente, o seu filho varão, que recebeu o nome de Plínio, em homenagem ao saudoso escritor e pensador católico Plínio Salgado. Onde estará Plínio Medeiros, filho de Antônio Pinto? Antônio Pinto participou ainda da série de conferências promovida por iniciativa de Alvamar Furtado, quando diretor do Atheneu Norte-Rio-Grandense, falando sobre Anatole France.

Era um grande espírito que honrava e dignificava a sua terra e sua gente. Brilhante, vivo, ninguém o excedia em cultura, bom gosto e talento.



# **III**

# **NOSSOS POETAS**



## SONETOS DE LUIZ RABELO

### SONETILHO DO DUPLO VIVER

Eu já me confundo tanto  
 neste amor que Deus me deu,  
 que eu nem sei, pra meu encanto,  
 se eu sou você ou sou eu!

E assim, para meu espanto,  
 tudo o que é meu não é meu.  
 E até o canto que eu canto  
 eu já sei que é todo seu.

Neste meu viver, portanto,  
 em que eu não sou e sou eu,  
 em que sou riso e sou pranto,

uma idéia em mim cresceu:  
 — Meu encanto é seu encanto,  
 porém o pranto é só meu!...



### NOTURNO EM PONTA NEGRA

Desertas praias, solidões marinhas,  
 Poídas pelos anos e os segredos  
 De mortas sombras de fatais penedos,  
 Cantando ao mar estranhas ladaínhas...

Desertas praias, de naufrágios tredos,  
 Túmulo de silentes adorinhas,

Jazendo além nas divisoras linhas,  
Onde hipocampos ressuscitam medos...

Orlas do mundo, pouso de sargaços,  
Grito de luas brancas nos espaços,  
Onde as noites são lívidas raíñas...

Dunas de bronze, choro das areias,  
Eterno soluçar de marés cheias,  
Desertas praias, solidões marinhas...



## **SONETO QUASE EVOCATIVO DO NATAL**

Branco pássaro que lunar se esgarça  
ao acalanto de um sonhar de infância.  
Alguém levanta mastros à distância,  
invade a tarde um calmo vôo de garça.

Imensamente um sino na lembrança,  
um sino sem resquício de desgraça.  
Sobre a face do tempo (a dor é escassa!)  
um Cristo amigo para mim avança.

Revejo arcas, antífonas brilhantes,  
Natal em que refaço os horizontes  
e mudo os tempos que surgiram dantes.

Âncora e lâmina cantarolando,  
naves recriam cântaros e fontes  
tão puras como barcos navegando...



## **AMOR VITAE**

Feliz quem não abriga uma esperança morta,  
Quem delira do amor nas chamas envolventes;  
Quem faz brilhar ao sol de todos os poentes  
O divino clarão de uma luz que conforta...

Feliz quem, como nós, os oceanos quentes  
Dos êxtases do amor, serenamente, corta:

— A quem ama abre Deus dos céus a excelsa porta,  
Que é o céu o único templo aos que do amor são crentes.

Feliz quem vê no amor a Vida; quem a essência  
Da Luz, do amor de Deus, nos astros revelada,  
É capaz de sentir na humílima existência...

Feliz quem vai assim pela noite estrelada  
E pode, como nós, ouvir, com reverência,  
A música dos sóis numa voz adorada...



## POESIA

Tudo, para ser poesia,  
precisa de sentimento,  
ser pensamento que cria,  
indo além do pensamento.

Ser força que se irradia,  
ser idéia e sofrimento,  
ser contrário à noite e ao dia,  
ser igual ao som do vento.

Ser o chão, ser a escalada,  
ser a essência do lamento,  
uma dor que do alto cai...

Ser tudo não sendo nada,  
nada mais que o desalento  
de um soluço que se esvai...



## O MEU FILHO MAIS NOVO

(Lendo o poema do mesmo título de Theodor Storm)

És a alegria encantada,  
a força do amanhecer.  
Sou a noite enevoadada,  
vieste me suceder.

Foi bem longa a caminhada  
 que eu tive para vencer.  
 Filho, tenho a alma cansada,  
 retoma a estrada, o dever.

Desta vida na escalada,  
 eu nada tive a temer,  
 a alma para Deus voltada.

Vou, agora, adormecer.  
 Sê tu a nova alvorada,  
 em ti eu vou renascer.

— ○ — ○ —

### **DA LEVEZA DO SER**

Tudo ilusão... A beleza  
 é apenas um sentimento  
 que nos surge lento, lento,  
 e em si nos traz a alma presa.

Mas a alma, após, se liberta  
 de sua fragilidade,  
 cresce na imortalidade  
 certa, quem sabe, ou incerta.

Incerta como a indefesa,  
 a inconcebível leveza  
 de uma flor, seu tênue aroma.

Ou decadência, ou loucura,  
 ou lucidez, a mais pura,  
 do nada que nos assoma.

— ○ — ○ —

### **SONETO DE RIMAS ITERADAS**

Os poemas de amor que te escrevi, amor,  
 foram palavras só, sutis palavras só,  
 versos, talvez, sem cor, reflexos de um sol-pôr,  
 cinzas, sombras e pó, não foram mais que pó.

Mais do que essa ilusão, porém, que o verso vão,  
 é o puro sentimento, a idéia, o pensamento  
 que os ditou, num momento, em propício momento,  
 coisas do coração, que instantes puros são.

Daí, dizer-te o quanto eu te desejo, o quanto  
 vivo em ti a pensar e, mais do que a pensar,  
 sentir-te dentro em mim e em ti sentir-me, enfim.

E, sendo eu o que canto, ouço-te, enfim, o canto  
 em teu peito a vibrar, e também a chorar,  
 que o amor é sempre assim. duplo sentir sem fim.



### **SONETO VINDO DO MAR**

Vem-me a surpresa que não vem do mar,  
 mas de minha alma na periferia,  
 esta surpresa simples, bem vulgar,  
 que nem eu próprio então perceberia,

não fosse essa loucura, essa mania  
 de sempre me querer ludibriar,  
 sem a razão de ser de proclamar  
 uma verdade que melhor seria.

não fosse dita para me enganar:  
 de que vencendo toda penedia,  
 mais doce que a brancura do luar,

e galopando toda espuma fria,  
 todo soneto é cheio de harmonia,  
 todo soneto pode vir do mar.



### **SONETILHO QUASE SEISCENTISTA**

O louco amor que vos tenho,  
 Este amor tão desgraçado,  
 Té se parece c'o lenho  
 Pelo Senhor carregado.

E a só isto é que me atenho:  
 A vos dizer, consternado,  
 Que este amor em que me empenho  
 É pobre amor malsinado.

Que o malsinais vós, ingrata.  
 Nesse desdém que me mata,  
 De que não sei mais que diga.

Pois se não sois minha amante,  
 Ao menos um breve instante,  
 deste amor sejais amiga.

————— ○ ————— ○ —————

### **SONETO DO DIA E DA NOITE**

Rolam do espaço as súplicas do vento  
 e do tempo desfaz-se a hora vã.  
 Debalde chora, num martírio lento,  
 em longínquas cavernas, a manhã.

É negra a noite e amargo é o seu lamento,  
 mas eis que, enfim, reponta uma luz sã,  
 iluminando todo o firmamento,  
 pé, ante pé, no seu andar de lâ.

E exsurge, então, o dia, no esplendor  
 de sua luz eterna, renovada,  
 até o instante etéreo do sol-pôr...

Mas, vai-se a luz... A face macerada,  
 tomba no ocaso, trêmula, cansada,  
 em delíquios de sombra, e treva, e dor!...

————— ○ ————— ○ —————

### **SONETO AZUL**

O mar é um pássaro é um vento  
 é uma rosa é uma espuma é um clarão  
 é um rumor de ondas é uma praia  
 é um sol é uma nuvem no ar.

O mar é um sinuoso navegar  
 é uma jovem deitada no chão  
 é o puro convite do olhar  
 é uma vela lá longe no mar.

O mar é uma certeza de ser esperança  
 é um sonho que nunca se cansa  
 de ser peixe e de ser ilusão.

É um modo azul de estar e de ser  
 é tudo isto que eu chamo viver  
 é tudo isto que eu chamo verão.

Com piedade mais do que sou múltiplo...

Com piedade mais do que sou múltiplo,  
 nas águas amando os barcos desatentos,  
 aplaco as ondas e recolho os ventos,  
 e torno lume tudo quanto é treva.  
 Entre símbolos puros vou vivendo,  
 sentindo em mim o tempo renovado.  
 Eternas são as minhas hastes mais antigas,  
 minhas raízes de que sou a seiva.  
 Exposto, embora, aqui, num mundo tão diverso,  
 sou mais sagrado do que um deus antigo,  
 um deus que sempre soube o seu destino.  
 Que vive erguido sobre puros mastros,  
 caminhando de um tempo para outro tempo  
 e de um espaço para outro espaço.



## **A QUIMERA**

Veste-me a roupagem de azul do infinito  
 Que a terra circunda ao curvo som do vento.  
 Em meu claro olhar de antigo encantamento  
 Brilha a alma de um deus eterno como um rito.

E a um só gesto meu, a um só meu pensamento,  
 Transformam-se em luz as trevas do granito;  
 Descerro da lenda as raízes do mito  
 Ou fixo nos céus os astros num momento.

A Utopia é a minha única realidade.  
 Vivo do meu dom irreal de amar sem fim  
 O essencial divino e frágil da verdade.

Os homens, a um meu olhar, morrem por mim,  
 E é mais nobre e eterno ser apetecida  
 Que ser encontrada morta numa vida.



**IV**  
**POSSE DE**  
**ACADÊMICOS**



## **DISCURSO DE POSSE DO ACADÊMICO MIGUEL SEABRA**

Jamais se inseriu entre as minhas aspirações a magnificência deste momento, até porque elas não têm sido muitas nem ousadas. Tanto que o que me tem vindo à vida intelectual, à vida profissional e à vida pública, apareceu sempre como algo nem pleiteado nem reivindicado, senão acontecido. Embora é certo, como reflexo do estudo e do trabalho, as miraculosas forças para o ir p'ra frente. Mas forças usadas sem a pré-intenção de alcançar objetivos eleitos.

E vá descrever das tramas do destino... Pois se a dois amigos inesquecíveis ocorreu simultaneamente, nos idos de não sei quando, trazer-me ao vosso convívio, um deles era Onofre Lopes. Ônus pela dimensão norte-riograndense e brasileira, que a sua modestia e o seu desinteresse pessoal de certo modo acanhavam, até que a obra universitária, por ele empreendida, fizesse a opinião unânime dos seus conterrâneos curvar-se respeitosa ante a força produtora e fecunda do obstinado fundador da Universidade do Rio Grande do Norte, e ainda seu condutor no difícil e largo período de consolidação.

O outro, nessa dupla que não lograria demover-me da recusa à academiização, era de nome Edgard Barbosa. Colega de turma na Faculdade de Direito do Recife. E companheiro de escritório de advocacia, quando, recém-formado, e por sugestão sua, nos associamos, ele, Heitor Lopes Varela e eu, para, audazmente, termos uma sala na Rua Dr. Barata, com placa e tudo, dizendo-nos advogados, numa Natal que então não conhecia um só causídico recebendo clientes e trabalhando fora da sua própria residência. A prosperidade não foi muita, mas o gesto valeu pela ousadia inovadora, na cidade muito pobre, hoje, afinal, próspera e conhecendo a advocacia a partir de escritórios instalados em prédios povoados, também, por médicos, engenheiros, dentistas, arquitetos, enfim, pelos titulados para as profissões liberais.

Edgard e eu iríamos pelo tempo afora. Eu, advogado principiante, instando em continuar a advocacia, até que circunstâncias inesperadas me

levassem à Magistratura; ele vocação de preceptor, muito cedo entregando um livro aos seus discípulos, e de jornalista, e escritor de estilo, senhor de todos os primores do escrever com elegância e finura.

Onofre Lopes e eu caminhamos **pari passu**, do **curso preparatório**, que na terminologia oficial sucedera ao de **madureza**, como tempos depois seria sucedido pelo **curso ginasial**, numa seqüência de nomes diversos para a mesma prática curricular, na vocação medíocre do fazer de conta de inovações, na verdade repetições ou remendos, do que foi antes, caminhamos **pari passu** até a ambicionada promoção acadêmica. Via única de acesso social e econômico dos que, como nós, vínhamos de modestos módulos da classe média, sem o bafejo alternativo, do parentesco ou do aulicismo, fatores, a bem dizer únicos, para galgar projeção, ainda que modesta, nos quadros da vida pública, ou mesmo da vida social, segundo o estilo e a dimensão do comportamento na época. Um tempo que a Revolução de 1930, tão mal aferida nos seus méritos pelo juízo superficial dos que só lhe divisam os defeitos, superou, com o voto secreto e a Justiça Eleitoral, tomando sério o regime representativo e abrindo as portas à participação de gente de todos os naipes no comando político e, por consequência, na capacidade de acesso social.

Não fomos discípulos dos mesmos mestres. Tinha-me de aluno do Colégio (Diocesano) Santo Antonio (época bem anterior à assunção da responsabilidade dele pelos irmãos maristas), onde fiz toda a trajetória do curso secundário, com prestação de exames, ao fim de cada ano, no Atheneu Norte-riograndense. Onofre era aluno do Professor João Batista, que na rua Santo Antônio mantinha curso muito freqüentado. E tal refere no seu depoimento à TV Universitária também o foi dos professores Ivo Filho e João Tibúrcio. Mas o certo é que já nos conhecíamos como colegas, talvez da Associação Livre de Estudantes (não sei bem), que aglutinava um grupo liderado por Chiquito Veras, à turras com a Associação Potiguar de Estudantes, nascida de dissidência que veio a tomar-se maioria, pois estimulado, ostensivamente, pelo então fiscal do Atheneu.

Mas, a tessitura dos fatos ainda seria presente noutras coincidências da caminhada. Colegas com aproximações eventuais, nos identificaríamos, ao final do ano letivo de 1926, no propósito de cursar Medicina, em Recife, única meta viável no campo do ensino médico, (apesar do precário da Faculdade, nessa altura ainda nem reconhecida pelo Governo Federal), para as nossas modestíssimas economias familiares. A manifestação do audacioso propósito comum ocorreu, lembra-se bem, numa noite de festa de Nossa Senhora da Apresentação, (ao tempo concentrando, em rodas de conversa, na praça da Catedral, o grosso da estudantada), enquanto conversávamos de pé, em frente ao prédio da Delegacia Fiscal da União, hoje o Memorial Câmara Cascudo. Havia, nesse encontro, um terceiro, Luiz Marcelino de Oliveira, com o mesmo propósito, e que seria nosso companheiro para diante e, a partir de certo momento, bom amigo meu, porém, sobretudo, fraternal amigo de Onofre.

Calouros de Medicina de 1927, a nossa convivência não foi assídua, mas já no ano seguinte, cursando eu Direito, pois mudara de rumo, esses dois amigos prosseguindo no Curso Médico, havíamos de nos aproximar pela moradia comum. Era uma "república", na rua de Santa Rita Velha, como então se chamava uma estreita rua de habitantes modestíssimos (costureiras, carvoeiros, comerciários, ambulantes, e também desempregados), no bairro

de São José. A **casa**, a bem dizer criada por Luiz Marcelino, e por ele mesmo impecavelmente supervisionada, acolhia-nos a este, Onofre, a Honor, irmão de Luiz, a Sérgio Guedes, todos alunos na Faculdade do Derby, e mais a mim e a José Chrysantho, meu irmão, quase ao final do curso na temida Escola de Engenharia do Recife. Porém, as ligas de amizade eram duas. Honor com Sérgio Guedes, em dupla, e nós outros, Onofre, Luiz, Chrysantho e eu, companheiros do dia a dia, fraterno companheiros, sem uma desinteligência sequer ao correr de todo um ano de convívio, ao fim do qual Onofre desgarrar-se-ia, rumo ao Rio de Janeiro para concluir o curso. Luiz o acompanharia, passados um ano ou dois. Mas de tal modo se solidificaria, dos **preparatórios à república** esse convívio de estudantes de formação moral coincidente, atores dos mesmos esforços e buscando meio de vida pela posse do diploma acadêmico, que o reencontro posterior com Onofre, médico cirurgião, do advogado principiante, posteriormente magistrado, ainda que sem muita presença de um para o outro, se processaria como se não houvesse interrupção no espaço. E nos acompanhávamos, mutuamente, ora permutando impressões, ora festejando com alegria os êxitos do companheiro, ex-habitantes da **república** da rua de Santa Rita, na qual — ocorre-me a evocação porque expressivo, o fato, de como habitávamos pobremente — um depósito de carvão em pó, num cais próximo, batido pelo vento, levava às nossas mesas, muitas das madrugadas, camada de poeira capaz de receber, pela manhã, qualquer desenho a dedo.

Com a transferência de Onofre para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, interromper-se-ia o convívio da **república** de Santa Rita Velha. Também Chrysantho, logo formado engenheiro civil, buscaria outras paráguas. Luiz Marcelino, Honor e eu, nos viraríamos no regime de pensões de estudantes, ou de quartos alugados em casas de família. Sérgio Guedes, creio, demandou o Rio de Janeiro. Porém a amizade com Onofre perduraria, até reatar-se a nossa convivência, em outros termos, já nesta cidade, cada um iniciando e nela prosseguindo a vida profissional, para cuja prática atravessara os anos árduos do estudo, sem conforto de vida, mas com determinação firme. Somente Chrysantho não tomaria a Natal, fixando-se no Rio de Janeiro, após andanças próprias da iniciação.

Onofre Lopes foi um criador de instituições e institutos. Sobravam-lhe a vocação do criar e a capacidade de aprimorar a criatura.

A sua ação criadora principiaria com a implantação, de certo não fácil, da Faculdade de Medicina. A dúvida sobre as nossas possibilidades e o comodismo excludente de esforços que se sabem penosos e de resultado incerto, estiveram presentes e muitos. A determinação da sua vontade vigorosa, a serviço do saber fazer, a tudo superou. O convite prévio a professores de fora, até mesmo do exterior, viria aplacar a objeção do órgão federal do ensino da dificuldade de recrutamento de corpo docente em Natal. Era medida que se impunha, não obstante já de ver — o que logo na prática seria constatado — que havia como, no Estado mesmo, selecionar mestres capacitados. E quando da Faculdade se houve de passar à Universidade, por sugestão do próprio Diretor do Ensino Superior, no Ministério da Educação, o notoriamente exigente, Dr. Jurandir Lodi, tal a confiança que o Professor Onofre Lopes já lhe inspirava com a sua seriedade e o seu devotamento, foi o jovem mestre potiguar que assumiu os ônus do lançamento público da idéia, do alcançar a adesão

do Governador Dinarte Mariz, e de todo o lermo e árduo processo e criação e inserção, no âmbito do Estado. A que tudo sucederia batalha tenaz pela federalização, passo indispensável para a sobrevivência, com vigor, da magnífica obra implantada.

Onofre Lopes aparece, assim, a bem dizer, como o real criador da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, credenciando-se, já agora na reverência dos que lhe sobrevivem, como agente da mais alta contribuição conhecida à vida cultural da nossa terra. E com o seu fazer, mudou o destino do nosso Estado, tal o disse, com propósito, o Acadêmico Diógenes da Cunha Lima.

A mim me entusiasma e comove o ver, hoje, comparando-o com o meu tempo de moradia aqui, o que é o nosso Estado nos setores cobertos pela presença da Universidade na formação da sua elite profissional. O Rio Grande do Norte passou a diplomar os seus profissionais em todos os ramos do ensino superior, e a aprimorá-los, e até projetá-los além fronteira, pela excelência cultural e técnica. E circunstância sempre utilizada por Onofre Lopes ao instar pela criação, a princípio da Faculdade Médica e, depois, da Universidade, a fim de convencer do imperioso da expansão local do ensino superior — somente diplomando profissionais autóctones o Estado reteria, no seu próprio âmbito territorial, a fecunda contribuição da inteligência dos seus naturais.

Há aspecto ainda a sublinhar, com ênfase, no significado da Universidade em nosso Estado. Tenho em pensamento a democratização do ensino de grau maior, ensejando, a jovens oriundos das classes mais modestas economicamente, a conquista dos títulos profissionais que, na vivência da sociedade brasileira, são os mais seguros instrumentos de acesso pessoal.

A criação das Universidades Estaduais, traduziu, conquanto tardiamente, política educacional exigida pela dimensão geográfica do país, aliada à precariedade de meios financeiros, que tornava o ensino superior, na maioria dos Estados, um privilégio dos filhos da gente abastada, ou exigência de extenuante sacrifício das famílias de poucos recursos, ou mesmo fechava a porta das Faculdades aos jovens de condição econômica ainda mais humildes. É certo ter havido os que lhe opuseram a idéia, teórica e elitista, dos núcleos universitários regionais; porém a realidade vitoriosa, em suas repercussões, das universidades por Estado, veio deixar patente que o subdesenvolvimento nacional tem uma de suas causas na concentração do ensino superior, durante mais de um século, em três ou quatro das unidades provinciais.

Dedicação, fadiga, e até peripécias inusitadas povoaram o caminhar do Professor Onofre Lopes pelo ideal da Universidade.

Com o amor próprio à ilor da pele — “Não sou de pedir desculpas”, replica ao apelo de Januário Cicco para uma carta explicativa, capaz de encerrar incidente com terceiro — tomava-se humilimo vivendo cena chapliniana, na Esplanada dos Ministérios, porque em jogo a implantação da Universidade. Papéis espalhados, à chuva e ao vento, dos 113 processos que conduzia do Palácio do Planalto ao Ministério da Educação, que um transeunte, dos raríssimos pedestres encontráveis na Capital, o ajudara a recolher para, por fim, levá-los todos à cabeça, em simplificação da tarefa materialíssima do transporte de autos burocráticos. Era mister que o fizesse, pois urgia alguma providência imprescindível para, no mesmo dia, conduzi-los ao Rio de Janeiro, à assinatura

do Presidente Kubitschek, na exigüidade da véspera da extinção do seu mandato. A cena é narrada pelo próprio protagonista, desinibido e veraz, no “Memória Viva”. Pelo que a refio sem o temor de incredulidade nos que me ouvem, como que aquela meia incredulidade que ele mesmo costumava externar, ainda à nossa época do Recife, frente a notícias do quase impossível: “Quem foram que disseram semelhantes isso?”

Dir-se-á, talvez, que este não é o teor formal adequado, no classicismo das coisas, ao rigor de uma assunção acadêmico, no classicismo das coisas, ao rigor de uma assunção acadêmica. Mas é certo, e a mim me parece próprio, até em consciência, ver o meu antecessor como gente, e, tanto quanto possível à insuficiência das minhas forças, nele divisar, não apenas sua Magnificência o Senhor Reitor, senão a pessoa sob diferentes ângulos, até mesmo o do companheiro de **república**, remontando assim à juventude que nos foi comum. E se uma autoridade for de convocar ao abono da ousadia, então dar-me-ei por amparado em Manuel Bandeira, pois o ouvi, ao receber Peregrino Júnior na Academia Brasileira, após arrolar, numa **catologação de pescoços**, os nortistas vitoriosos na migração para o Rio de Janeiro, situar o novo titular na categoria dos de **pescoço grosso**, a categoria dos que lutam obstinados até o êxito total. E, aliás, Onofre Lopes estaria nesta chave.

Do lavrador de enxada na mão e formigas pretas a lhe ferroarem os pés descalços, culminaria reitor de Universidade e presidente do Conselho de Cultura da sua terra.

Mas Onofre Lopes não seria apenas o Fundador da Universidade. O seu talento criador, a serviço do idealismo que sempre lhe informou o espírito, levá-lo-ia a projetar a instituição, já consolidada, como instrumento, não apenas de formação cultural, senão também de prestações úteis, no dia a dia da comunidade norte-riograndense, em seu todo. E fez surgir — é bem de ver em meio ao ceticismo dos duvidosos de todas as inovações e ao comodismo dos não dispostos aos ônus do trabalho incerto e gracioso — o “Centro Rural Universidade de Treinamento e Ação Comunitária”, cuja sigla — CRUTAC — ganharia notabilidade nacional, ante o êxito da idéia demonstrado em nossa província.

E de tal repercussão o CRUTAC, quando do mesmo passo que levava o estágio das várias unidades universitárias ao interior do Estado, sob a supervisão docente, servia às modestas populações das zonas do Agreste e do Sertão, que o Ministério da Educação houve por bem cometer, ao seu idealizador, o supervisionamento da sua implantação no âmbito geográfico de todo o país. Onofre Lopes assume, então, já aposentado no quadro do magistério, à função de “Coordenador Nacional do Programa CRUTAC”. Reconhecia-se-lhe o mérito também no setor da colocação da Universidade ao serviço do povo, ainda mais com a integração dos seus titulados na vida peculiar das populações dos modestos Municípios do interior brasileiro. A vitoriosa idéia, com o seu impressionante teor de objetividade, acabaria paradigma de programas educacionais em países outros, na América Latina e na África, de condições sociais assemelhadas às nossas.

A Universidade passa a ser mais do que um centro de formação profissional, convertendo-se num fator de “promoção global da condição humana”, útil à comunidade pela prestação a ela, sobretudo no âmbito das populações mais carentes de serviços vitais. E entre a gente rural se faz conhecida e

estimada, e no melhor sentido da palavra, se faz popularizada como serviço público, num país onde a indiferença das elites sempre se despreocupou de ir, com humildade, ao encontro do povo.

Sem nenhuma inclinação populista, a honradez dos princípios e a lucidez da visão levaram-no, ao Magnífico Reitor Onofre Lopes, a obstar, na mais escura fase do autoritarismo estatal, à incidência da repressão sobre a juventude acadêmica. Disso dá testemunho o Acadêmico Veríssimo de Melo, ao fazer-lhe o elogio **post-mortem**, no Conselho Estadual de Cultura.

Não faltava a Onofre Lopes a arte de dizer bem. Bastaria, de amostra, a descrição da morte de Januário Cicco, na dramaticidade de que a fez revestir-se o indômito temperamento do patriarca da Medicina potiguar. Ela é retratada, no “Memória Viva”, em página forte, à altura da sua chocante e comovedora significação para discípulos e amigos.

Retorno ao lado humano, já deixado atrás nas evocações do companheirismo estudantil. Retilíneo, inflexível no desempenho do dever, desinteressado, consagrando-se ao bem da Comunidade, Onofre Lopes é também o homem admirável de família, descrito por Onofre Júnior como rigoroso na formação do filho rapaz e afetuoso no trato das filhas, tudo resultando na estirpe rica de caráter do casal, Selva-Onofre.

A cadeira, que hoje passo a ocupar, tem por engrandecê-la, no meu espírito, muito particularmente, além da sucessão de um companheiro de trajetória e amigo de plena identificação, patrocínio do Padre João Maria. O patrocínio do taumaturgo do Rio Grande do Norte; o santo cura da devoção de toda a nossa gente, que entra dia e sai dia lhe testemunha, nos joelhos flectidos ante a sua imagem, a confiança nas suas intercessões perante Deus; o Deus de todas as criaturas, mas do qual a pureza d'alma, a caridade com que sempre serviu aos mais humildes, a simpleza de trato e de vida, hão certamente de aproximá-lo, em termos de ajudar, aos que, nas preces, lhe apelam para o intermédio. Pois, Srs. Acadêmicos, bem ciente de que esta cadeira homenagem e evoca o venerando vigário de Natal, nela presente desde os idos da pequena cidade em que lançou, com ajuda do povo crente, às primeiras colunas, ainda visíveis na minha infância, de uma catedral nova, e ainda hoje presente, e presente pelos tempos afora, como tudo deixa ver e faz crer no místico respeito e carinho que todos os da terra lhe votamos, bem ciente disso, tenho, na circunstância desse padroado, específica advertência para a humildade, neste instante.

Esta Casa das Letras do nosso Estado inscreve no ritual das posses acadêmicas referência específica em memória de Luiz da Câmara Cascudo. E eu cumpro numa dúplici evocação. A do menino de sítio da Cidade Nova que o via à distância, aristocrático, de polainas brancas, ostentação da moda de então, no **Page** majestoso do seu pai “Príncipe”, em suma, esbanjando pose na provincianíssima Natal da década dos 20, e a do vitorioso sobre a ruína econômica do Coronel Cascudo, afirmando-se, surpreendentemente, pela consagração ao estudo e pela pertinácia no trabalho das letras, até o reconhecimento nacional, e internacional também, da sua autoridade de erudito, mestre dos maiores da pesquisa e da interpretação do folclore, e mestre de tantos outros saberes.

Este momento de integração na pléiade acadêmica do Rio Grande do Norte me eala também sob o aspecto afetivo. E muito. Sim, porque externa

como que uma confirmação batismal. Trinta e tantos anos passam sobre a minha fixação numa outra terra, mui bela, mui acolhedora e generosa, a que estimo de coração e admiro pelo espírito nacional com que assimila quantos, varar-do-lhe as fronteiras escolhem participar da sua grei a título permanente; porém as raízes são as raízes, e deste meu pago não se me desvincula o coração. Natal, na beleza da paisagem emoldurada pelas dunas verde e branco, pelo Oceano, pelo Potengi, com a amenidade do clima, em que o ensolarado dos dias alterna com a brisa do entardecer, foi o chão de metade da minha vida, mas sobretudo se marcou pelas presenças sagradas, que perduram hoje na saudade, saudade diuturna que as faz redivivas sempre no meu espírito e sempre inspiradora do que nele possa haver de bom e de nobre. Quero-lhe bem, não sei se digo com acerto, um bem telúrico, que sempre fez encartar-me com o percorrer-lhe sozinho as ruas do Tirol, de Petrópolis, do Alecrim, da Cidade Alta, da Ribeira, com o contemplar mudo e quedo o Potengi, como que a vê-la e sentí-la. À tarde, nas noites enluaradas, nos dias de chuva com a água a formar correnteza ao longo do meio-fio das calçadas, a correnteza que na meninice recebia, para levá-los rua afora, barquinhos improvisados de papel.

Em era pretérita, quando menos construída e habitada, chegando a sentir alguma vez, de perto, nas noites silenciosas e desertas, “a solidão tristíssima dos morros”, da belíssima canção de Ferreira Itajubá. Mas essa em estranhada vinculação sentimental à terra, que não é minha apenas, senão de todos os Seabras e Fagundes-Peregrinos, todos guardando, ainda quando distantes, o gosto das evocações, alcança também o Agreste e o Sertão. É que o meu pai, de modestas posses, sabia dobrar de esforços para, todo os anos da nossa juventude, levar-nos, em junho ou dezembro, a uma cidade do interior, onde, em casa alugada, móveis emprestados, redes como leito, pudéssemos viver a vida rural, do leite ao pé da vaca, dos banhos de rio, de açude, de lagoa, e até de barreiro, se o clima avaro de água, caso de Lages, não oferecia conforto maior. O lazer enriquecido pela maravilhosa hospitalidade local, nos levava a participar das alegrias simples, das reuniões de lapinha, das festas de igreja, dos Natais nas praças, dos bailes familiares. E assim nós, gente litorânea, aprendemos a sentir e a amar o nosso Estado como um todo, que se enunciaria por uma vintena de cidades, próximas ou distantes da sede da família. Não é senão por isto que e a mim me empolga a visão singular do Cabugi, projetado na planície angicana, e me fazem saudoso do incomparável luar do Lages, bem o luar do Sertão de Catulo, da barra majestosa do Rio Cunhaú, do ar bucólico da praça principal de Goianinha, da beleza da lagoa de Groairas, vista de Arez, do alto, do bonde que na Penha (Canguaretama) ligava a cidade à estação da Great Western, do cheiro de saúde de S. José de Mipibu, de Macaíba ainda com a singularidade do serviço diário da lancha de Mestre Antônio — a Julita — e os botes à vela, fretados para toda a família, pois a economia da casa não permitia recorrer ao incipiente uso dos **fordes** de aluguel, das ruas bem traçadas de Vila Nova. (**Afinal** Pedro Velho), dos festivos jogos de prendas de Baixa Verde, também com um **afinal**, pois virou João Câmara, da vegetação sertaneja das cercanias de Jardim de Angicos.

A advocacia, no périplo da iniciação, ampliaria essa geografia sentimental. E de trem, de automóvel nas precárias trilhas abertas pelo **ford** de bigode,

a cavalo, em boléias de caminhão, antes mesmo da invenção sábia dos **mistos**, cujo papel a legislação gerada no Centro proibiria, ignorando a regionalidade, apareceria de advogado em Sant'Ana do Matos, Flores, S. Tomé, Santa Cruz, S. Gonçalo, Ceará-Mirim, Macaíba.

Perdoai-me a digressão afetiva, mas, é que esta minha terra está sempre nas reminiscências do seu filho fidelíssimo. E aliás por isso tenho feito questão de confessá-la sempre ao correr do meu roteiro, e, também por isso, nestes anos todos de fixação alhures, somente em um não vim revê-la, na realimentação periódica do ver e do sentir.

Hoje sou acadêmico.

Porém hoje sou, principalmente, mais norte-riograndense, por isto que integrado na Casa Maior das Letras do Rio Grande do Norte.

**Discurso pronunciado pelo Ministro M. Seabra Fagundes, ao tomar posse na cadeira n° 38, que tem como Patrono o Padre João Maria e anterior ocupante o acadêmico Onofre Lopes.**

# **SAUDAÇÃO DO ACADÊMICO**

## **MÁRIO MOACYR PORTO, NA POSSE**

### **DO ACADÊMICO SEABRA FAGUNDES**

Fazer o elogio de praxe de um novo acadêmico é fácil ou difícil. É fácil quando o chamado recipiendário se enquadra na fôrma da medianidade bem sucedida, qual seja: suficientemente inteligente para as despesas de uma atividade intelectual intermitente e amadorista, portador de um currículo extensíssimo de títulos de escasso relevo, simpático e maneiroso "comme il faut". Nesse caso, o acadêmico incumbido da saudação do novo confrade tem à mão os chavões costumeiros: Sarampo na infância, filho legítimo de fulano e sicrano, menino e adolescência felizes, juventude esperançosa e maturidade um tanto incoincidente com as esperanças da juventude, atribuída à maldade dos homens ou pirraça do destino.

Há, porém, o elogio difícil, justamente aquele que aparentemente seria o mais fácil. É, por exemplo, o que me cabe fazer agora, em nome da Academia Norteriograndense de Letras, a MIGUEL SEABRA FAGUNDES, cuja obra extensa e da maior qualificação intelectual, é um universo a desafiar um intérprete que se aproxime da culminância cultural do seu extraordinário artífice. Temo, sem falsa modéstia, que a tarefa sobreexceda a minha aptidão. Mas, aos audaciosos a fortuna ajuda, como aprendi em latim e repito em português. Começemos então como é de praxe começar: MIGUEL SEABRA FAGUNDES é norteriograndense de Natal. Dizer da sua vida e da sua obra requer, por comodidade de exposição, que a dividamos em três fases: a do estudante de Direito, a do político em sua juventude e, por fim, a do jurista de uma vida inteira. Infância e adolescência passou-as em Natal, com divertidas incursões no interior, nas épocas de férias. É membro de uma família que se distingue pela inteligência e amor às letras. Os seus irmãos, alguns deles, alcançaram notoriedade nacional, como Peregrino Júnior, que pertenceu à Academia Brasileira de Letras. Ao que parece, saíram ao seu pai, o professor João Peregrino da Rocha Fagundes, sem grande instrução, mas de acentuada inteligência.

Miguel — era assim que nós o chamávamos na Faculdade de Direito — não escolheu a carreira onde pontifica como um dos seus grandes expoentes, por vocação declarada ou irresistível. A princípio tentou Medicina. Mas não afinou com as suas disciplinas e menos ainda com os métodos pedagógicos de um professor decoreba e ranzinza. Em boa hora arrepiou caminho e ingressou na Faculdade de Direito do Recife. A partir daí, deixou de sentir-se um estranho no ninho, integrando-se no meio estudantil, assim como quem encontra, finalmente; a sua verdadeira casa e a atmosfera favorável ao desenvolvimento das suas potencialidades intelectuais.

No tempo de Seabra, que foi também o meu tempo, a Faculdade de Direito do Recife era mais uma Faculdade de Letras do que uma Escola de estudos jurídicos. Direito mesmo se estudava muito pouco. O que merecia as nossas preferências eram literatura, sociologia, filosofia, etc. A questão religiosa interessava, vivamente, a uma fração numerosa dos estudantes, notadamente os rapazes do Rio Grande do Norte. Nilo Pereira, Afonso Bezerra, Antônio Othon Filho, eram devotos de Jackson de Figueiredo, Tristão de Ataíde, padre Leonel Franca, Maritain, etc. Que saibamos, SEABRA FAGUNDES jamais se interessou pelos problemas metafísicos e religiosos que empolgavam a maioria dos seus conterrâneos. Revelou, entretanto, um interesse muito grande pela atividade política, não pela política partidária, mas pela vida política do País. Como costuma dizer, o poder não o fascina, mas política, no sentido aristotélico da expressão, é uma constante preocupação em sua vida. Jamais posou de bom moço e a neutralidade é incompatível com o seu temperamento. Éramos acadêmicos quando a campanha da Aliança Liberal, que tinha como candidato à presidência e vice-presidência da República, Getúlio Vargas e João Pessoa, empolgou o País, notadamente os Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, que formavam a vanguarda do movimento que se propunha renovar os costumes políticos e administrativos do Brasil. Inexplicavelmente, a maioria dos rapazes que cursava a Faculdade não se interessou e muito menos participou do movimento. Seabra foi, sem dúvida, uma exceção. Tomava parte nos comícios, não como um simples espectador, mas como orador vibrante, tanto em Recife como no interior do Estado. Estácio Coimbra governava Pernambuco e exercia uma enérgica repressão às manifestações populares favoráveis à Aliança Liberal, através do delegado de polícia, Ramos de Freitas, de temida intolerância. Aqui abro espaço para uma digressão: Até o fim da guerra de 1914, quando na verdade, terminou o século XIX, não existia, no Brasil, uma comunidade politicamente organizada, opinião pública politicamente atuante. A República, por exemplo, se processou à revelia do povo, que a recebeu indiferente ou perplexo. A libertação dos escravos, que hoje comemoramos, foi um movimento de intelectuais, do qual nem mesmo a Igreja participou. O povo, como força política relativamente esclarecida e independente, nasceu com a revolução de 30. Antes dominavam as oligarquias, as eleições a bico de pena, o voto de cabresto, o coronelismo, os currais de eleitores, etc. Tal realidade não pode ser levada a débito das lideranças ou chefias da época. Pagamos, apenas, o tributo que penaliza todo o povo em sua penosa ascensão política e aperfeiçoamento de suas instituições. A revolução de 30 foi um divisor de águas. Seabra, por intuição ou clarividente percepção da importância do movimento histórico

que então vivíamos, engajou-se ao movimento da Aliança Liberal, o que, repetimos, constituiu um comportamento singularíssimo entre os estudantes do Rio Grande do Norte, todos ou quase todos ligados ao situacionismo conservador e misonéista. Temos a impressão de que a sua experiência de estudante, participante do período agitado ou mesmo turbulento que precedeu à revolução de 30, marcou-o pelo resto da vida. Fiel à sua vocação de jurista e humanista, foi em frente, sem capitulações ou desvios. Conservou na mochila dos seus guardados de ex-militante político o breviário cívico da Aliança Liberal. Jamais arrepiou caminho para não cumprir os seus compromissos democráticos, e o galo pode cantar três ou mais vezes, sem que o Miguel dos dias trepidantes da sua juventude abjure a fé ou a confiança na perenidade do direito ou transija com os desatinos das satrapias autoritárias. Eu o conheço. Eu sei da sua vida. Jamais pagou o salário do medo e manteve, até hoje, a eminente dignidade de ser homem, como diz Descartes.

2. Nunca perdi de vista ou de notícia o meu amigo MIGUEL SEABRA FAGUNDES, por quem sempre nutri uma sincera amizade e crescente admiração. A sua nomeação para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de sua terra, quando ainda não completara 25 anos de idade, me trouxe muito mais alegria que surpresa. Miguel queimou etapas, não como um arrivista ou filhote do favoritismo oficial, mas a golpes de talento, estudo, competência, prestígio intelectual, credibilidade. Aliás, quero abrir um parêntese para uma breve apreciação sobre os rapazes do Rio Grande do Norte que, no meu tempo, freqüentavam a Faculdade de Direito do Recife. Eram eles: Seabra Fagundes, Edgar Barbosa, Nilo Pereira, Djalma Marinho, Afonso Bezerra, Otacílio Alecrim, Luiz Torres e vários outros. Era uma nata. Uma geração privilegiada que nunca mais o Rio Grande do Norte repetiu.

Uma das poucas virtudes que tenho, é o gosto em reverenciar, em homenagear os valores autênticos, os que na vida se distinguem pela inteligência, caráter e espírito público. Sempre tive Seabra na conta de um mestre de sua geração. Quando exercíamos o cargo de juiz de direito da Comarca de Campina Grande, na década de 40, a sub-seção da Ordem dos Advogados daquela cidade paraibana, resolveu comemorar solenemente o transcurso de mais um ano de fundação dos cursos jurídicos no Brasil, que, como se sabe, ocorreu em 11 de agosto de 1827. Os advogados campinenses sugeriram vários nomes de consagrados juristas para orador da solenidade. Apesar de juiz e não advogado, procurei o presidente da sub-seção da Ordem e lhe disse: Há no Rio Grande do Norte um jurista da nossa geração, que se inclui entre os maiores do Brasil: MIGUEL SEABRA FAGUNDES. Por que, então, convidar um jurista do sul, se a prata da casa é do melhor quilate? Aprovado o seu nome, feito e aceito o convite, passamos aos preparativos da solenidade. O Prefeito municipal de Campina Grande pôs à disposição o melhor automóvel da edilidade para trazer e conduzir de volta o orador Miguel Seabra. Aqui a história assume uma feição divertida, que me apraz narrá-la. Despachado o automóvel para Natal, eis que, poucas horas depois me procura o presidente da O. A. B., e me diz, um tanto assombrado! “O homem já chegou”. Que homem? indago. “Desembargador Seabra, o conferencista. Veio na boléia de um caminhão”. É assim Miguel Seabra Fagundes. Modesto, despretencioso, sem a empáfia característica das mediocridades bem sucedidas.

José Augusto Delgado, magistrado e professor de Direito, publicou, recentemente, um belo estudo sobre a obra de Miguel Seabra, um perfil admirável do grande jurista e homem público. Registro a publicação, com especial interesse, porque não se trata de um trabalho puramente encomiástico, laudatório, ao homenageado desta noite. É uma apreciação de um jurista sobre outro jurista, uma crítica equilibrada e percuciente, publicada na Revista de Direito Civil, de São Paulo.

E os seus títulos? As suas mercês? As suas medalhas? São numerosos, naturalmente, e valem, sobretudo, pela parcimônia com que são distribuídos e identificam, com a veracidade de uma impressão digital, o mérito do agraciado. Alguns deles:

1. Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil;
2. Doutor honoris causa da Faculdade de Direito de São Paulo;
3. Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros;
4. Desembargador honoris causa do Tribunal de Justiça de Minas Gerais;
5. Consultor Geral da República;
6. Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores;
7. Membro do Instituto Brasileiro de Direitos Administrativo;
8. Membro do Instituto de Direito Público e Ciência Política;
9. Membro do Conselho seccional da Ordem dos Advogados do Distrito Federal;

10. Membro nato do Conselho Federal da O. A. B. do Brasil.

No Rio Grande do Norte, sua terra, foi distinguido com os seguintes cargos e honrarias;

1. Desembargador (pelo quinto, na qualidade de advogado) do Tribunal de Justiça;
2. Presidente do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral;
3. Interventor Federal;
4. Desembargador honoris causa do nosso Tribunal Regional Eleitoral;
5. Doutor honoris causa da nossa Universidade Federal;
6. Medalha "Amaro Cavalcanti", conferida pelo Tribunal de Justiça do Estado;
7. Medalha do cinquentenário da Academia Norterriograndense de Letras e, hoje, membro da nossa Academia.

Poderia listar outros títulos, outras condecorações, numerosas medalhas, etc. Mas que acréscimo poderia resultar para o nosso acadêmico, mais 15 ou 20 galardões e mercês que eu enumerasse? O grande título que o distingue, projeta e consagra é a sua obra, e entre as várias obras que publicou, nomeio o seu livro de estréia "O Controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário", publicado em 1941, e que está, se não nos enganamos, em sua 5.ª edição. É um livro singular, por muitas razões. Não é difícil imaginar-se a paisagem intelectual do Rio Grande do Norte em 1941. Sem Universidade, sem bibliotecas especializadas, salvo a do Tribunal de Justiça, sem o estímulo de advogados e magistrados da época, em meio inteiramente adverso à elaboração de uma obra científica especializada, profunda, diferente, sem igual na bibliografia jurídica do País. Em seu depoimento a "Memória Viva", tão bem conduzido por Carlos Lira, Seabra Fagundes confessa que escreveu a sua obra de estréia em segredo. Não confidenciou a ninguém o trabalho que estava realizando. Temia, possivelmente, a incompreensão do meio provincia-

no. Adquiriu na França, Inglaterra, Estados Unidos, Itália e outros países, os livros mais recentes sobre direito administrativo e constitucional, e trabalhou com obstinado e silencioso esforço a obra fundamental, que é um milagre de senso exegetico, uma performance que lhe assegurou o consenso da crítica consagrada e a aprovação irrestrita de quantos militam na advocacia, na cátedra e na judicatura. Para quem nasceu com a centelha da genialidade criadora, não é difícil escrever uma obra de ficção no isolamento, em meio hostil, sem ajuda, estímulo ou mesmo compreensão. Augusto dos Anjos escreveu o seu único livro de versos "Eu", em 1912, no engenho Pau D'Arco, no interior da Paraíba, e pagou do seu bolso a edição. O livrinho distribuído, gratuitamente, entre os amigos, foi recebido como uma extravagância a mais do poeta soturno, estranho, com fama de doido. Somente depois da sua morte, vários anos depois, o povo — foi o povo e não a crítica chamada autorizada — que descobriu a genialidade do autor de "Eu", e o consagrou como um dos maiores poetas da língua portuguesa. Mas a obra científica requer toda uma infra-estrutura de apoio para que se desenvolva e alcance um nível de grandeza que efetivamente marque um avanço, um progresso, uma mudança.

Fleming, Einstein, Hegel não teriam realizado a obra extraordinária que legaram à humanidade se houvessem nascido e trabalhado em meio carente do essencial para o êxito da pesquisa e investigação corretamente conduzidas. Seabra Fagundes, desajudado pelas circunstâncias de tempo e espaço, pôs-se na ponta dos pés para ver mais distante, e viu, como um bom gajeiro em mares ignotos. Provou com o talento que Deus lhe deu, que o prodígio não está em ver de perto para ver melhor, mas ver próximo o que está distante, o que alcançou graças ao seu privilegiado apuro exegetico que lhe forneceu as coordenadas para encontrar e expor as soluções, até então irreveladas ou inéditas. A obra de estréia de Seabra Fagundes alcançou um sucesso rápido, graças ao seu excepcional merecimento e distribuição por todo o País. Quero aproveitar a oportunidade para uma apreciação do talento criador do riograndense do norte no plano da ciência e da ficção, uma opinião franca, afoita, possivelmente injusta, decididamente polêmica. O Rio Grande do Norte, ao nosso ver, não é terra de ficcionistas. Aqui ainda não nasceu um grande romancista e, talvez, nem mesmo um grande poeta. O Rio Grande do Norte é terra de juristas, historiadores, antropólogos, folcloristas, cientistas sociais. Basta ver esta constelação: Seabra Fagundes, Amaro Cavalcanti, Câmara Cascudo, Tobias Monteiro, Nilo Pereira e muitos outros. Parece que a inteligência, o gênio criador, tem caprichos geográficos. A Paraíba, por exemplo, tão próxima de nós, é uma terra em que a obra de ficção assumiu uma extraordinária importância nacional. José Lins do Rego, Augusto dos Anjos, José Américo, Ariano Suassuna, Ascendino Leite e outros mais. Mas não consigo recensear entre os meus conterrâneos uma figura exponencial, extraordinária, no campo do Direito, da História, da Economia, salvo Celso Furtado, do Jornalismo, salvo Assis Chateaubriand. Não há, aparentemente nada que explique essa caprichosa divisão de preferências no campo da criação científica e literária, mas a verdade é que as aves que aqui gorgem não gorgem como as de lá.

Fechando o parêntese dessas considerações, convém registrar que a obra jurídica de Seabra Fagundes não se limitou ao seu extraordinário livro de estréia. Outras obras publicou, entre as quais merece destacar, pela clareza

da exposição, segurança do método, louvor da crítica, as seguintes:

1. Da desapropriação no Direito brasileiro;
2. Dos recursos ordinários em matéria civil.

3. Vivemos o ano da Constituinte e da Constituição. Depois do sombrio período de autoritarismo militar, o povo impôs, através do movimento das "diretas já", o retorno ao estado democrático, para alcançar, através de uma Constituição, o estado de direito. Ao observador mais desatento ressalta, melancolicamente, a escassez de verdadeiras lideranças na Assembléia Nacional Constituinte. Em 1891, pontificou a figura extraordinária de Rui Barbosa, que elaborou uma Constituição de cunho liberal, segundo o modelo americano, tecnicamente irrepreensível, mas um tanto coincidente com a realidade nacional. Em 1946, grandes nomes concorreram para a fatura da Constituição, entre os quais Prado Kelly, Raul Pila, Gustavo Capanema, Ferreira de Souza, Aliomar Baleeiro, Agamenon Magalhães, Milton Campos, José Joffili e outros, sendo de registrar-se que, pela primeira vez, uma Constituição abriu um capítulo sobre a ordem social e econômica, dando-lhe um ordenamento racional e sistemático.

Mesmo correndo o risco de constringer o nosso homenageado, não resisto a tentação de exclamar: Que falta está fazendo o notável constitucionalista MIGUEL SEABRA FAGUNDES na Assembléia Nacional Constituinte! Como a palavra do mestre concorreria para a elaboração de uma carta Constitucional condizente ou afinada com as aquisições mais recentes do constitucionalismo contemporâneo, acomodadas, obviamente, à realidade nacional! Seabra levaria para a Assembléia Nacional Constituinte um saber de experiência feito, um lastro cultural e um conhecimento de causa haurido nas lições dos mais eminentes publicistas e, sobretudo, em sua extensa e intensa experiência pessoal de advogado militante e especialista acatado, consultado, consagrado em todo o Brasil. Como seria vantajoso para todos nós se participasse da Constituinte o autor dos seguintes trabalhos especializados:

1. Dívida externa e soberania nacional;
2. Assembléia Constituinte e as sugestões da experiência brasileira;
3. Uma visão do Poder Judiciário na futura Constituição;
4. Legitimidade do Poder e Assembléia Constituinte;
5. Das Forças Armadas na Constituição;
6. Reformas essenciais no aperfeiçoamento das Instituições Jurídicas;
7. O direito de greve em face da Constituição;
8. Poder econômico da União e as suas repercussões sobre a autonomia política dos Estados;
9. Evolução da idéia federalista no constitucionalismo brasileiro;
10. Da ordem econômica e social na Constituição de 1967;
11. As ampliações dos poderes da União no federalismo brasileiro;
12. A legalidade democrática;
13. Uma nova Constituição para o Brasil e muitos outros ensaios da maior categoria intelectual, voltados para a problemática do constitucionalismo nacional.

Há quem sustente, com desenvoltura e burrice, que o saber jurídico não é necessário à elaboração de uma Constituição, que o importante mesmo seria a intuição genial, a capacidade de invenção dos licurgos improvisados

nos corrilhos oligárquicos, o sexto sentido dos mequetrefes pinçados pelos arranjos partidários. Confesso que sou da escola antiga. É preciso estudar para aprender. É indispensável ter talento para criar. O único exemplo convincente do saber que não aprendeu, foi o que nos ofereceu Jesus, quando, aos 12 anos, discutiu com os doutores do Sinédrio, confundindo-os com a sua espantosa sapiência. É a chamada ciência infusa, isto é, o conhecimento que alguém tem da natureza sem haver estudado para adquiri-lo. Sucede que Jesus, por isso ou aquilo, não passou a receita a ninguém e o segredo morreu com ele. Quem é bom, é certo, já nasce feito, e eu diria que não sabe muito quem sabe apenas o que lhe ensinaram. Mas, repete-se, é preciso estudar e aprender para que se possa, depois, discernir, joeirar, concluir, enfim, criar com o talento inventivo que Deus concede aos seus eleitos. Não há dinheiro ou mágica do nepotismo capaz de transmutar satanás em ermitão. Calibem em Ariel. E é inútil esticar o pescoço de um ganso para transformá-lo em um cisne. Quem nasceu ganso de quintal jamais alcançará o refinamento e a beleza de um cisne do lago.

Meu caro mestre MIGUEL SEABRA FAGUNDES: O tempo é o maior inimigo do homem. Amesquinha-o nas desconfortadoras humilhações da decadência irreversível. Mas para quem Deus concede a graça da superioridade de espírito, as injúrias de durar jamais se sobrepõem à importância e dignidade de viver. Por força de uma generosa disposição estatutária, nós acadêmicos somos imortais. Vaidade, nada mais que vaidade, como diz o Eclesiaste. Para muitos de nós, a precária imortalidade que nos atribuímos não ultrapassará a missa de sétimo dia. As Academias de Letras não dão e não tiram a glória de ninguém. Mas para o novo acadêmico MIGUEL SEABRA FAGUNDES a imortalidade não é apenas uma adulação estatutária, o doce engodo de uma convenção caridosa e ingênua. Seabra Fagundes construiu uma obra imortal, acima e além da efêmera memória dos homens. Viverá na admiração dos pósteros, tanto quanto se consagrou na reverência dos contemporâneos. Hoje, a Academia Norteriograndense de Letras recebeu um imortal. De verdade, sem lisonjas, consagrado.

*Saudação feita por MÁRIO MOACYR PORTO ao Min. MIGUEL SEABRA FAGUNDES, quando da sua posse como membro da Academia Norteriograndense de Letras, na noite do dia 13 de maio de 1987.*

## **DISCURSO DE POSSE DE OLAVO DE MEDEIROS FILHO**

Exm°. e Revm°. D. Nivaldo Monte, Presidente em exercício da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras

Exmas. Autoridades que compõem a Mesa

Exm°s. Senhores Acadêmicos

Digníssimos familiares de João Medeiros Filho

Minha Senhoras e Meus Senhores:

Nesta noite memorável, vivo um dos momentos culminantes da minha existência! Compareço a esta Sessão Solene, para ser investido na Cadeira nº 36 da nossa Academia de Letras, eleito que fui para o preenchimento da vaga ocorrida com o desaparecimento do saudoso escritor João Medeiros Filho. Minhas primeiras palavras são de agradecimento aos componentes desta Casa de Cultura, pela confiança e acolhida que me têm dispensado.

Trago comigo a responsabilidade de representar a terra caicoense, que me viu nascer. Incidentalmente, sou o segundo filho do Caicó a ter assento nesta Academia de Letras. E sou também no único seridoense a fazer parte desta mesma Academia, nos dias atuais.

É excelente o conceito desfrutado por esta instituição, junto à Cultura Nacional. A Academia, no transcorrer dos seus 52 anos de existência, soube manter-se fiel aos ideais que presidiram a sua fundação. Aqui, cultiva-se e preserva-se o patrimônio literário da Província, nos seus mais significativos aspectos. Figuras devotadas às Letras dedicam os seus melhores esforços, visando o repasse às gerações vindouras do valioso acervo, fruto da criatividade intelectual potiguar.

Assumir a condição de ocupante de uma cadeira na Academia de Letras é dedicar-se à tarefa grandiosa de somar seus esforços aos das figuras que aqui se irmanam na consecução daquele magnífico ideal. Serei um desses batalhadores, contribuindo com a minha parcela de devotamento à digna causa que abraçei.

Àqueles que compõem esta Casa de Cultura, expresso a minha certeza de que procurarei honrar as tradições dos que nela me antecederam.

Inspirado nas normas regimentais da Academia, passo a evocar a figura ímpar do patrono da instituição, o inolvidável Mestre Luís da Câmara Cascudo. Toma-se óbvio que o tempo desponível somente me permitirá dedicar um rápido enfoque, incidente sobre a pessoa e a obra daquele insigne norte-riograndense. Escolhi, para tema deste momento, as provas de apreço manifestadas por Cascudo para com a terra seridoense.

Na pessoa daquele escritor, o Seridó sempre encontrou um dedicadíssimo amigo e admirador. Alguns anos antes do nascimento do Mestre, os seus genitores - o alferes Francisco Justino de Oliveira Cascudo e Da. Ana Maria da Câmara Cascudo - fixaram residência no Caicó. A família Cascudo desfrutou, no seio da sociedade local, de um vasto círculo de amizades que, inclusive, levou o seu conforto moral ao casal, quando o mesmo foi atingido pelos falecimentos de seus tenros rebentos - Antônio Haroldo e Maria Otávia. É possível que a evocação, por parte do casal, daqueles tempos vividos no Caicó, tenha influenciado o seu filho Luís, no amor àquele rincão sertanejo...

Compulsando-se os artigos escritos por Cascudo, principalmente aqueles publicados nos Jornais A REPÚBLICA e DIÁRIO DE NATAL, constata-se a presença de dezenas de trabalhos do Mestre, versado sobre temas seridoenses. Encontraremos notícias das milenares e misteriosas inscrições rupestres, empiricamente estudadas por José de Azevêdo Dantas, e que hoje são objeto de acuradas reproduções e análises, procedidas pela arqueóloga Gabriela Martin Souto Maior.

Cascudo também estudou a toponímia seridoense, na qual ainda figuram designações provindas do desaparecido idioma dos Janduí, Canindés e seus aparentados, tapuias que combateram ao lado dos Holandeses, tomando-se depois os principais protagonistas da Guerra dos Bárbaros, ou Levante do Gentio Tapuia.

O Mestre Cascudo descreveu os rústicos currais, as sesmarias e as primeiras fazendas da região. Relembra os longevos e prolíferos patriarcas, troncos da família históricas do Seridó. Dá-nos notícia de velhos coronéis, que no período colonial comandaram o Regimento de Cavalaria das Ordenanças da Ribeira do Seridó...

Fala-nos das primitivas capelas e igrejas, e de desaparecidos cemitérios. Cascudo debruça-se também sobre as antigas freguesias seridoenses e seus reverendos vigários colados, sem esquecer os visitantes apostólicos, as festas e as irmandades religiosas.

Nas **Actas Diurnas** de Câmara Cascudo, são mencionadas as primeiras povoações, vilas e cidades do Seridó, todas elas originadas de uma capela, edificada em terras de uma fazenda.

Foram também objeto de crônicas do Mestre, diversos coronéis e comandantes-superiores da Guarda Nacional, sucessora dos corpos de milícias e ordenanças. Cascudo relembra os abnegados e eruditos mestres de latim do Seridó, responsáveis pela formação de uma plêiade de jovens estudantes, que viriam a formar a elite cultural, religiosa e política da região.

Através de suas **Actas Diurnas**, Câmara Cascudo revive os velhos Senadores, Deputados Gerais e Deputados Provinciais do tempo do Império, e os políticos seridoenses do período republicano.

Os ímpetuosos acadêmicos seridoenses, estudantes da Faculdade de Direito do Recife, propagandistas dos ideais republicanos naquele sertão.

Povoam também as crônicas do Mestre, destacados juízes e desembargadores nascidos na região do Seridó. Através das **Actas Diurnas** de Luís da Câmara Cascudo, ressurgem e revive aquele tradicional Seridó, tão rico de episódios pitorescos, protagonizados pelas vigorosas figuras humanas, que ali viveram.

Disseminados através das dezenas de livros de Câmara Cascudo, encontram-se profusas referências à região. Em **História do Rio Grande do Norte, Nomes da Terra** e tantos outros trabalhos do Mestre, delinea-se a imagem histórica, geográfica, econômica, sociológica e folclórica do Seridó. Luís da Câmara Cascudo merece, no coração de cada seridoense, um preito de gratidão e reverência, em retribuição ao grande amor por ele devotado à região, que tanto ele promoveu através dos seus valiosos escritos!

O patrono da cadeira nº 36 desta Academia de Letras é o Desembargador MANUEL BENÍCIO DE MELO FILHO, Mossoroense, nascido a 4 de outubro de 1886, descendia ele pela linha varonil, de uma tradicional família de fazendeiros criadores de gado, radicadas nas ribeiras de Mossoró e Upanema desde os meados do século XVIII, o século em que se processou o povoamento do sertão da Capitania. Refiro-me à família Guilherme de Melo, cujos membros participaram ativamente da evolução histórica, social e econômica daquela região norte-rio-grandense.

Pela sua linha genealógica materna, Manuel Benício provinha de famílias históricas do seridó, como os Cunha, os Azevedo, os Dantas e os Araújo Pereira. Uma bisavó de Benício Filho, Dona Úrsula Leite de Oliveira, natural do vale do Jaguaribe, no Ceará, desfrutava, à época da mocidade, da merecida fama de ser a mais bela mulher moradora no Seridó... Antonio de Azevedo Maia, o segundo do nome, trisavô de Manuel Benício, teve a iniciativa de edificar uma capela na sua fazenda da Conceição, dando de tal modo origem à atual cidade de Jardim do Seridó, ex-Conceição do Azevedo.

A carreira pública de Benício Filho foi uma honrosa sequência de sucessos, frutos conquistados através de sua integridade de caráter, de sua inteligência e de sua força de vontade. Iniciou Benício Filho os seus estudos de humanidades no Colégio 7 de Setembro, em Mossoró, vindo a concluí-lo no nosso tradicional Ateneu Norte-Riograndense, em Natal.

Em 1905, o jovem Manuel Benício ingressou na carreira de telegrafista, tendo exercido o seu mister profissional em diversas agências telegráficas do Ceará. Em 1908, achando-se lotado em Fortaleza, ingressou na tradicional Faculdade de Direito do Ceará. Ainda acadêmico, Benício Filho já desfrutava da justa fama de bom orador, tendo, inclusive, discursado em uma comemoração dos cursos jurídicos, em memorável solenidade marcada pela presença do Governador do Ceará, Nogueira Accioly. A notável inteligência de Benício Filho levou-o a concluir o seu curso jurídico, em apenas três anos de estudo.

Obtido o diploma de bacharel, Benício retornou à sua terra mossoroense, onde deu os primeiros passos na carreira advocatícia, sem todavia abandonar a profissão de funcionário dos Telégrafos. Em 1914, já então considerado um empedernido solteirão, Manuel Benício convolveu núpcias, naquela cidade, com a srta. Adélia de Couto e Melo.

Quatro anos mais tarde, em 1918, quando servia em Natal, Benício Filho exonerou-se da atividade de telegrafista, ingressando em seguida na

magistratura estadual. Governava o Rio Grande do Norte, então, o Dr. Joaquim Ferreira Chaves. Benício foi nomeado para o cargo de Juiz Distrital de Jardim do Seridó, justamente a terra dos ancestrais de sua genitora, Da. Maria Ericina da Cunha Melo. Em 1920, Benício Filho, nomeado Juiz de Direito, reinstalou a Comarca de Jardim do Seridó, anteriormente suprimida. No mesmo ano, Benício Filho, então viuvo, contraiu segunda núpcias, com a sua prima legítima Ana Teresa da Cunha Melo.

No período de 1926 a 27, sendo governador do Estado, o Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, Benício Filho foi alçado ao cargo de Diretor Geral do Departamento de Segurança Pública, em cuja direção dedicou-se ele, com proficiência, ao projeto que regulamentava os serviços daquele Departamento. Simultaneamente, elaborou a codificação da legislação penal no Estado, sendo ambos os projetos convertidos em lei.

Em 1928, Benício Filho foi nomeado Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, do qual seria presidente em 1943. O Desembargador Benício Filho faleceu aos 16 de julho de 1949, poucos meses após a sua aposentadoria.

Os biógrafos de Manuel Benício, entre os quais se incluem Nestor Lima, Câmara Cascudo, Veríssimo de Melo e João Medeiros Filho, são unânimes no reconhecimento aos méritos morais e culturais do grande vulto mosso-roense. Todos destacam as suas qualidades de magistrado íntegro, austero e justo, homem de uma conduta ilibada, detentor de uma sólida cultura jurídica.

A escolha do nome do Desembargador Manuel Benício Filho, para patrono da Cadeira n.º 36 da Academia, decorreu de uma decisão pessoal do Dr. João Medeiros Filho, quando de sua eleição para o preenchimento de uma nova cadeira criada na Academia. Com tal escolha, o Advogado prestava um justo preito de reconhecimento às qualidades morais e intelectuais, tão bem sintetizadas na pessoa de um íntegro Magistrado!

Volto agora a atenção para o meu antecessor na Cadeira n.º 36 desta Academia de Letras, o Escritor João Medeiros Filho. Ele viveu intensamente os seus dias, impondo-se na vida profissional como membro do Ministério Público e advogado criminalista e civil. Nos círculos intelectuais, destacou-se como jornalista, articulista, memorialista, ensaísta. Notável orador, também deu alguns passos no terreno moveção da política partidária.

Veríssimo de Melo, ao sintetizar a personalidade de João Medeiros, assim se exprimiu: “Pessoalmente, é homem otimista, jovial, excelente conversador, amando as coisas simples e sabendo desfrutar as pequenas alegrias da vida — o que nunca lhe afeta o caráter forte e decidido, quando se faz necessário”.

Paraibano de Campina Grande, João Medeiros nasceu aos 30 de julho de 1904, tendo sido seus pais, João Medeiros Santiago, comerciante, e da. Clara Sampaio de Medeiros. Formou-se ele em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1927, pela Faculdade de Direito do Recife, participando da turma diplomada no ano em que era comemorado o 1.º Centenário da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil. Achava-se ele apto a iniciar um novo capítulo da sua vida.

#### — NO MINISTÉRIO PÚBLICO —

Em 1927, recém-formado, o Bacharel João Medeiros Filho veio para o Rio Grande do Norte, logo ingressando no Ministério Público. Nomeado

Promotor Público da Comarca de Jardim do Seridó, ali permaneceu até 1930. Por ter ele pronunciado um exaltado discurso na capital paraibana, em protesto contra a morte de João Pessoa, foi demitido daquela promotória. Era então governador do Estado, o Dr. Juvenal Lamartine de Faria.

Merece uma ligeira referência, aquele período de quase três anos, em que João Medeiros viveu no Jardim do Seridó. Como recordam os seus antigos moradores, a cidade de Jardim era uma das localidades de aspecto mais agradável, no interior do Estado. Primava pela limpeza das ruas e das casas. Anualmente, as fachadas dos prédios urbanos eram reparadas e pintadas, em cumprimento às posturas municipais. A vegetação opulenta, constituída de coqueiros, e o verde encontrado às margens dos rios Seridó e Cobra, conduziam com o nome ostentado pela cidade, àquele tempo em que João Medeiros foi o seu promotor público.

Jardim do Seridó, àquela época, era composta de 14 ruas principais, dois largos, uma praça e cinco travessas. Existiam na cidade duas igrejas e 350 casas. Aos sábados, realizava-se a feira, que ostentava intenso movimento.

Recém-chegado ao Jardim, João Medeiros resolveu fazer algumas compras na feira. Dirigindo-se a um pequeno comerciante que vendia frutas, perguntou-lhe o preço do produto desejado, ao que o comerciante respondeu-lhe: "É tanto Coronel..." Tal tratamento de coronel foi dado pelo matuto ao Dr. João Medeiros, em sinal de respeito ao jovem freguês, que trajava linho branco, ostentando também no dedo o seu cintilante anel de rubi... Um tanto contrariado, João Medeiros fez ver ao pequeno comerciante, que não era um coronel, e sim um bacharel em direito, titular da promotória pública da comarca... Sem se impressionar, o matuto replicou: "É, seu doutor... o senhor não é coronel, mas ainda poderá ser!..." No Seridó, o mais alto tratamento que se podia dispensar a um cidadão, era o de coronel...

A época em que João Medeiros foi promotor público no Jardim do Seridó, era prefeito municipal o Dr. Heráclio Pires Fernandes, figura que primava, às vezes, pela excentricidade... Conduzia o rebanho de fiéis jardinenses, o Pe. Luís Wanderley, destacado pregador e orador sacro. No cartório jardinense, funcionava o tabelião Antônio Antídio de Azevedo, futuro imortal da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Ensinava à mocidade jardinense, a professora Maria Alexandrina Sampaio. Na política local, distinguia-se a figura patriarcal do Cel. Felinto Elísio de Oliveira Azevedo.

Pouco tempo depois do afastamento de João Medeiros da promotória pública de Jardim do Seridó, eclodiu a Revolução de 30. João Medeiros foi nomeado Promotor Público da Comarca de Cajazeiras, na Paraíba, onde pouco permaneceu, pois retornou ao Rio Grande do Norte, ao tempo da interventoria do paraibano Irineu Joffily. Foi, então, nomeado para a 2.ª Promotória Pública de Natal, cargo que exerceu até 1934, quando foi demitido pelo Interventor Mário Câmara, em virtude de não ter atendido João Medeiros a uma pretensão daquela autoridade.

João Medeiros Filho retomou ao Ministério Público, em 1961, nomeado Promotor Público da Comarca de Mossoró, em cujo exercício permaneceu até 1964. No governo Aluísio Alves, João Medeiros assumiu o alto cargo de Procurador Geral da Justiça, em que permaneceu de 1964 a 66.

João Medeiros não considerava o exercício do Ministério Público, uma atividade distinta daquela representada pelo exercício da Advocacia. Sobre essa unidade profissional, afirmava João Medeiros:

“De acordo com os princípios e as regras das leis jurídicas, procuro exercer a minha função de advogado, sendo promotor e sendo advogado, que o promotor não é outra coisa senão o advogado do povo, da administração pública, porque ele representa, justamente, a administração pública, nessa relação processual entre juiz, promotor e advogado”.

### — O ADVOGADO —

Quais teriam sido os fatores determinantes na opção, feita por João Medeiros, de abraçar a carreira jurídica, na qual ele tanto viria a se destacar, chegando a desfrutar de um renome de âmbito nacional? O próprio João Medeiros é quem esclarece:

“Escolhemos a profissão de advogado, não somente porque, na época, o curso jurídico oferecia maior facilidade a um estudante pobre, como também pela impressão que nos causou um discurso de Antônio Boto de Menezes, já falecido, em sessão do júri, na cidade de Guarabira, Paraíba”.

“Conquistado o diploma de bacharel, abraçamos a profissão de advogado sem outra intenção que não a de vir a ser um bom orador de júri”.

Como se auto-definiria João Medeiros, na sua qualidade de profissional da advocacia? Ouçamos o seu próprio parecer:

“Sou conhecido como ‘criminalista’, porque tenho algum desembaraço na Tribuna do Júri, estudante que sou da Criminologia, da Antropologia, do Direito Penal, da Psiquiatria. Além disso, fui Promotor quase toda a minha vida (...) Não me considero nem melhor nem pior advogado. Sou apenas um homem que procura ser um bom advogado”.

“Eu sou um homem que apenas faz diálogos como advogado. Sou um homem que apenas defende a liberdade de defesa. O que eu sou é isso, unicamente isso, advogado e sempre advogado”.

João Medeiros foi um grande orador de júri, tendo marcado época nesta Capital. Em revistas especializadas de Direito, colaborou com frequência, expondo teses jurídicas, reconhecidas nacionalmente.

### — CONSULTORIAS JURÍDICAS —

No governo José Varela, João Medeiros foi nomeado Consultor Geral do Estado do Rio Grande do Norte, em cujo exercício permaneceu de 1949 a 50.

No Rio de Janeiro, João Medeiros exerceu o cargo de Consultor Jurídico da Confederação Nacional do Comércio, a convite do Deputado Jessé Pinto Freire, em 1957.

Nos últimos anos de sua existência, João Medeiros recolheu-se ao seu tugúrio predileto, a praia da Redinha, em Natal, onde dedicou-se à atividade de consultoria jurídica, tendo abandonado a advocacia de cartório.

### — O LÍDER CLASSISTA —

Na qualidade de advogado, João Medeiros foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — Conselho Seccional do Rio Grande do Norte, durante dois biênios (1941-45). Inscrevera-se ele na O.A.B., desde 1934. Foi também presidente do Instituto da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Norte, durante seis biênios. Membro nato do Conselho da O.A.B. — Secção do Rio Grande do Norte e Representante do Conselho Federal da mesma entidade.

Qual o conceito pessoal de João Medeiros sobre o papel que cabe a esses órgãos de defesa e representação da classe de advogados? Sobre esse assunto, assim se exprimiu João Medeiros:

“Os advogados devem ter os instrumentos contra a força, na honra, na dignidade e na clareza dos dirigentes dos seus órgãos de classe, sob pena de se anularem perante a sociedade”.

### ATIVIDADES JUNTO A ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Na biografia de João Medeiros Filho, constata-se a sua marcante presença junto a órgãos públicos de natureza policial. O então jovem bacharel foi Delegado Auxiliar do Departamento de Segurança Pública do Rio Grande do Norte, no pleno exercício das funções de Diretor-Geral, de cujo cargo afastou-se em 1934. foi, em seguida, Delegado de Ordem Política na Paraíba, em 1935, a convite do Interventor Federal Gratuliano Brito.

Ainda naquele Estado, durante o governo de Argemiro de Figueiredo, João Medeiros foi Secretário de Segurança Pública (Chefe de Polícia). Logo depois, veio ocupar o mesmo cargo no Rio Grande do Norte, à época do governo de Rafael Fernandes, tendo-o exercido até 1936.

Anos volvidos, João Medeiros seria Superintendente de Coordenação do Departamento Federal de Segurança Pública e Diretor da Polícia Federal, cargo que exerceu em Brasília.

### — ATIVIDADES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS —

João Medeiros Filho teve uma certa participação nas lides político-partidárias, na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Entusiasmou-se pela Revolução de 30, gesto muito natural, principalmente para um paraibano da época. Aliás, o seu prestígio junto ao governo de Argemiro de Figueiredo, valeu-lhe a nomeação para a chefia executiva de Guarabira, na Paraíba, em 1935. João Medeiros fora muito ligado àquela cidade, nela tendo morado na sua infância.

No Rio Grande do Norte, João Medeiros engajou-se no Partido Popular, de âmbito apenas estadual, do qual foi José Augusto um dos seus grandes líderes. Depois, pertenceu à União Democrática Nacional (U.D.N.) e participou em 1946, como orador, da campanha política do Desembargador Floriano Cavalcanti de Albuquerque, que disputava o governo do Estado. Em 1960,

João Medeiros Filho emprestou os seus dotes oratórios à candidatura Djalma Marinho, que pleiteava a chefia do Executivo potiguar.

### — O ESCRITOR —

João Medeiros pertenceu à Academia Potiguar de Letras e à Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Como se harmonizavam o profissional do Direito e o Escritor? Com a palavra, o próprio João Medeiros:

“Pelo fato de o Direito ser reflexo do meio social, sujeito aos fluxos e refluxos da sociedade, pode o jurista ser filósofo, ou poeta, ou escritor. A diferença está em que o poeta faz arte pela arte, enquanto o médico, o engenheiro, o jurista fazem poesia, literatura, por comunicação estética. Na obra de Rui Barbosa e de Joaquim Nabuco, só para citar estes, encontra-se um cabedal riquíssimo de literatura”.

“Assim, o homem de toga que reúna à cultura jurídica, uma combinação de cor, de música e de imaginação, não será um intruso nas Academias de Letras”.

João Medeiros Filho publicou nada menos de dezoito obras, versando sobre teses de natureza jurídica, no período de 1933 a 1979:

- NOTAS DE UM PROMOTOR PÚBLICO, Natal, 1933;
- ELOGIO DE UM JURISTA, Natal, 1936;
- MORTE POR ELECTROPLESSÃO, Natal, 1937;
- DEBATE JUDICIÁRIO EM TORNO DO PROBLEMA DA LEPROSA, Natal, 1941;
- DICURSOS E CRÔNICAS, Natal, 1941;
- TERRAS DEVOLUTAS, Natal, 1942;
- O DEVER DO ADVOGADO EM MATÉRIA CRIMINAL, Rio, 1943;
- AÇÃO DE RECISÃO DE CONTRATO, Rio, 1943;
- LIQUIDAÇÃO DAS DÍVIDAS DOS PECUARISTAS, Natal, 1950;
- ANULAÇÃO DE CASAMENTO POR DOENÇA MENTAL, Natal, 1951;
- APOSENTADORIA COMPULSÓRIA DO MAGISTRADO, Natal, 1952;
- REAJUSTE PECUÁRIO, Rio, 1953;
- ERRO ESSENCIAL DE PESSOA, Rio, 1954;
- O DIREITO E AS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, Recife, 1958;
- CADERNOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, Natal, 1966;
- PRESUNÇÕES E INDÍCIOS EM MATÉRIA PENAL, Natal, 1977;
- EM DEFESA DA FACULDADE DE DIREITO, Natal, 1978;
- IMPEACHMENT E CRIME DE RESPONSABILIDADE DOS PREFEITOS, São Paulo, 1979;

Foi ele também o autor de três outros consagrados livros: MEU DEPOIMENTO (SOBRE A REVOLUÇÃO COMUNISTA DE 35 EM NATAL); 82 HORAS DE SUBVERSÃO (INTENTONA COMUNISTA DE 1935 NO RIO GRANDE DO NORTE); e CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA INTELECTUAL DO RIO GRANDE DO NORTE.

MEU DEPOIMENTO, editado em 1937, é um relato criterioso dos acontecimentos relacionados com a Intentona Comunista em Natal, ocorrida no ano de 1935. À época, o Dr. João Medeiros Filho era o Chefe de Polícia do Estado e teve participação pessoal nos acontecimentos por ele relatados. O livro MEU DEPOIMENTO é uma obra indispensável àqueles que se interessam pela história política brasileira.

Em 82 HORAS DE SUBVERSÃO, João Medeiros reedita vários trechos do seu livro anterior, MEU DEPOIMENTO, e acrescenta algumas observações justificadas por acontecimentos posteriores. Dois dos capítulos da obra representam a defesa do autor contra os libelos apresentados nos livros HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL, de Nelson Wemeck Sodré, e VERTENTES, de João Maria Furtado. Tais libelos haviam sido formulados, em contestação a fatos narrados no livro MEU DEPOIMENTO.

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA INTELECTUAL DO RIO GRANDE DO NORTE, editado em 1983, ficou limitado apenas ao seu Iº volume. A ocorrência de certos fatos intervenientes não permitiu ao autor a consecução do seu ambicioso projeto inicial. Alicerçado na sua vasta cultura humanística, João Medeiros desenvolve no seu trabalho, além de biografias de intelectuais conterrâneos, também diversos ensaios sobre temas culturais de relevante interesse. Finalizando a obra, João Medeiros inclui diversos artigos de sua autoria, publicados na imprensa local.

### — O JORNALISTA —

João Medeiros Filho dedicou grande parcela de sua atividade, às lides jornalísticas. Foi ele diretor do jornal oficial **A UNIÃO**, da Capital paraibana, em 1935. No governo Rafael Fernandes, dirigiu o nosso jornal **A REPÚBLICA**, em 1939.

João Medeiros contribuiu, na qualidade de jornalista efetivo, com cerca de oitenta crônicas, publicadas muitas delas no jornal TRIBUNA DO NORTE, desta Capital. Foi ele um dos fundadores da Associação Norte-Rio-Grandense de Imprensa, da qual foi o primeiro presidente.

Ouçamos os comentários do próprio João Medeiros, sobre a atividade jornalística e seus mais destacados profissionais do passado:

“Diz-se que não há atividade mais complexa do que a da imprensa. Há jornalistas que fazem arte e poesia; há os que fazem ciência e os que, sem os reflexos literários, são aristocratas das letras”.

“Na minha desvaliosa opinião, os três maiores jornalistas norte-rio-grandenses, já desaparecidos, são: EDGAR BARBOSA, BRUNO PEREIRA e ELOY DE SOUZA, sem embargo da admiração que tenho por muitos outros”.

### — NO MAGISTÉRIO —

O Professor João Medeiros Filho atuou como mestre de Cadeira de Português, durante quatro anos, no velho Atheneu Norte-Rio-Grandense. Foi também Inspetor Federal do Ensino Secundário, tendo desempenhado tal atividade junto ao Colégio Santo Antônio, nesta Capital.

Qual o parecer do Mestre João Medeiros Filho, no tocante ao ensino do Português, nos nossos estabelecimentos de ensino? Ouçamos a sua própria opinião:

“O estudo da linguagem interessa a quantos exercem atividades intelectivas, sendo como é a lingüística uma das mais avançadas das ciências sociais. Não temos no Estado cientistas lingüísticos. Nossos professores, na maioria, seguem a tradição do nível secundário, de acordo com o sistema normativo. Limitam geralmente suas aulas à gramática, ao mesmo tipo de análise de orações dos primeiros anos de Colégio. O ensino da língua portuguesa enfrenta dificuldades de toda ordem. Isso desestimula os professores, amesquinhando-os”.

### — NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO —

O Dr. João Medeiros Filho honrou, com a sua presença, o quadro de sócios-efetivos do nosso Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Quais seriam, na opinião de João Medeiros, as premissas a serem seguidas na elaboração de um trabalho intelectual de cunho histórico? Com a palavra, o próprio João Medeiros:

“Neste assunto temos que recorrer aos velhos manuscritos na procura de relatos que esclareçam o que se contém nos arquivos para uma completa elucidação histórica. É que a história real não se inventa. Se nos referimos a fatos do passado, temos que ir ao início, aos investigadores, aos pesquisadores desses acontecimentos que nos antecederam. Se pretendemos conhecer as teorias, os atos, os aspectos, os estágios da civilização e sua influência sobre os homens, devemos encontrar a interpretação das ocorrências entre os historiadores eruditos, através dos seus relatos e observações”.

A contribuição de João Medeiros, à historiografia da Província, acha-se representada pelos seus livros **Meu Depoimento, 82 Horas de Subversão e Contribuição à História Intelectual do Rio Grande do Norte**, no último dos quais o autor desenvolve, inclusive, um estudo sobre a pessoa de Nísia Floresta, a notável escritora potiguar.

### — O CHEFE DE FAMÍLIA —

João Medeiros Filho era reconhecido como um homem emotivamente dedicado ao seu papel de **Pater Familias**. Qual o seu conceito sobre a instituição da família? Quem falará é o próprio João Medeiros:

“Sei que a civilização vai matando as coisas mais belas da vida em nome do progresso, especialmente no que diz respeito à vida social e à família”.

“Diz-se que os mais antigos documentários sobre a moral e a ética lembram que uma sociedade perde o seu vigor quando as pessoas deixam de cumprir com as suas obrigações familiares”.

O Dr. João Medeiros, ao tempo em que residiu na cidade de Jardim do Seridó, contraíu núpcias com a srta. Maria de Lourdes Fernandes, descendente de várias famílias históricas do Seridó, como os Fernandes, Araújo Pereira, Bezerra, Galvão, Medeiros, Azevedo e Cunha. Daquele primeiro matrimônio de João Medeiros, nasceram 2 filhos: Jomar Fernandes de Medeiros, casado com Danusa Alvarenga Medeiros, e Maria de Lurdes Medeiros Guimarães, esposa de Roberto Guimarães. Em segundas núpcias, João Medeiros desposou a professora de francês, Etelvina Cortez Emerenciano (depois, Etelvina Emerenciano de Medeiros), representante de tradicionais famílias norte-riograndenses. Do segundo matrimônio de João Medeiros, nasceram 6 filhos: Zélia Medeiros de Lucena, casada com Edson Lemos de Lucena; João Medeiros Neto, consorciado com Luciene Medeiros; Thelma Lúcia de Medeiros Lira, esposa de Modrack Lira; Fernando Luís Emerenciano de Medeiros, casado com Vilma Carvalho de Medeiros; Carlos Alfredo Emerenciano de Medeiros, casado com Vilma Carvalho de Medeiros; Carlos Alfredo Emerenciano de Medeiros, consorciado com Gildete Bezerril de Medeiros, e Tânia de Medeiros Phillips, divorciada.

Hoje, esses 8 filhos se multiplicam em netos e bisnetos do patriarca.

Dona Etelvina, cujo matrimônio com João Medeiros perdurou por mais de meio século, encarna a figura da **Mulher Virtuosa**, cuja descrição é feita pelo autor bíblico do LIVRO DOS PROVÉRBIOS:

“Uma mulher virtuosa, quem pode encontrá-la? Superior é o seu valor ao das pérolas. Confia nela o coração de seu marido, e não precisa jamais de coisa alguma. Ela lhe proporciona o bem, nunca o mal, em todos os dias de sua vida”. (Prov. 31: 10-12).

Finalizando esta tentativa de reconstituição da trajetória humana e intelectual de João Medeiros — em que me utilizei, inclusive, de um processo de garimpagem dos conceitos por ele próprio emitidos —, julgo que se poderá resumir a personalidade e a filosofia de vida daquele Imortal, através de um aforismo de sua própria autoria:

— **É PRECISO, ACIMA DE TUDO, ENFRENTAR O MUNDO QUE NOS RODEIA** —

Minhas Senhoras e Meus Senhores: Esse foi o Homem que ocupou a Cadeira n° 36 desta Academia de Letras e que nos deixou, no dia 21 de fevereiro de 1987, quando viajou para a Eternidade!

REQUIESCAT IN PACE!

Natal, 11-09-89

# SAUDAÇÃO AO ACADÊMICO

## OLAVO DE MEDEIROS FILHO

POR ENÉLIO LIMA PETROVICH

Vivemos, na magnitude desta hora noturna e solene, instantes de confraternização cultural. Passa hoje a integrar o quadro dos Imortais da Academia Norte-rio-grandense de Letras, cumprindo a rigor as normas estatutárias, mais um dignitário do saber — legítimo escritor, para, conosco, prosseguir valorizando a literatura potiguar e brasileira, no campo sobretudo da pesquisa histórica, geográfico e genealógica.

Queremos nos referir a OLAVO DE MEDEIROS FILHO, a quem, desde já, agradecemos a honra do convite para saudá-lo, em nome dos ilustres pares, com assento nesta instituição respeitável. Vem, assim, Olavo de Medeiros Filho dignificar esta Academia, sem dela jamais servir-se como suporte ou credencial do sucesso de suas lucubrações, criteriosas e constantes, em bibliotecas, museus, cartórios, arquivos paroquiais e entidades diversas, preocupando-se, dessa forma, com a nossa historiografia.

Ao receber, portanto, o galardão da imortalidade acadêmica, faz-nos lembrar até a sua própria consagração, quando, na assembléia de 14 de setembro de 1988, obteve a unânime acolhida de seus confrades. E tem, agora, com a sessão magna de sua posse, o grande mérito — eis a verdade — de arrancar este templo do marasmo e da indiferença em que se encontrava, ressuscitando-o, para felicidade de todos os partícipes desta romaria literária e do bem-querer.

Daí — permitam-nos — o momento também de reverência à memória — apesar de um tanto extemporânea — dos saudosos imortais Virgílio Trindade, Antônio Antídio de Azevedo, Nestor Lima e Clementino Câmara, ainda pelo transcurso de seus centenários de nascimento, em 1987 e 1988, comemorando aquelas datas evocativas. E o mestre Câmara Cascudo, genial e humilde, fundador e patrono, a nos perdoar, da morada celestial, pela omissão cometida.

Mas o certo é que podemos respirar, hoje, um clima de alegria e de conagração, como que numa retomada de atitudes, soerguendo, acima das divergências e dos temperamentos multiformes, a importância deste “ninho de intelectuais”, no conceito de Jayme dos Guimarães Wanderley, um dos nossos, já na eternidade, cuja cadeira ainda não foi preenchida.

Congrega-se, aqui, a elite cultural do Estado, com repercussões nacionais.

Oportuno se nos parece, desta mesma tribuna, também proclamar:

— Se nós, em dezembro de 1973, saudados pelo insubstituível Luís da Câmara Cascudo, tomamos posse na vaga do poeta e escritor Virgílio Trindade (cadeira n.º 4), não menor é a nossa emoção, 16 anos depois, de ser o intérprete das boas vindas ao novo acadêmico. Tão somente com uma diferença. Fomos nós trazidos para este cenáculo da cultura literária, mais pelo estímulo — provas de solidariedade e de simpatia — à frente o acadêmico Manoel Rodrigues de Melo — arquiteto e guardião maior desta Casa.

Olavo, não. O seu ingresso deve-se a muito mais. Além do incentivo e da convocação de quantos enobrecem a Academia, personifica um autêntico historiador, erudito, enveredando, com seriedade e argúcia, pelos difíceis caminhos da pesquisa histórica, sem paradas, sem recuos, nem desânimos nas dubiedades.

Eis as razões pelas quais se credencia à imortalidade acadêmica e nesta noite de luz e de emoção, **assume a cadeira n.º 36, sucedendo o insigne escritor e jurista consagrado João Medeiros Filho**, que também se filiava ao nosso Instituto Histórico e Geográfico. Somos, na verdade, gregários por natureza. Nascemos para viver em família, na sociedade. Uma contingência filosófica e universal. Do próprio homem.

Teria, assim, Olavo de Medeiros Filho, algum dia, de participar da Casa dos Imortais Potiguaras. Engrandecê-la, ao nosso lado, sugerindo, trazendo idéias novas, debatendo, divergindo, criticando, aplaudindo, graças ao seu trabalho fecundo, que planeja e concretiza. Uma entidade como esta, necessitava de sua presença, para valorizar-se cada vez mais.

As Academias de Letras, aglutinando os amantes da Cultura, obstinados mensageiros da sabedoria e da sensibilidade, não devem constituir organismos estáticos, estagnados, sem vida. Exercem um papel preponderante na própria comunidade, aprimorando o **modus vivendi e faciendi** do homem. Este, que nas expressões de Pascal, é um caniço pensante.

Por estes motivos, válidas se nos afiguram as considerações do Acadêmico Embaixador José Carlos de Macedo Soares, ao proferir discurso na sessão solene, comemorativa do cinquentenário da Academia de Letras, em 1959. Diz ele:

“Sabemos o que representam as Academias na evolução do pensamento humano.

Elas se tornam necessárias por um imperativo histórico que não se pode impedir. Tem sido assim, em todas as civilizações, em todos os continentes, em todos os povos.

A formação, portanto, das academias é uma decorrência inevitável do desenvolvimento orgânico das ciências, das letras e das artes.

É a resultante de certos fatores da atividade cultural, tanto que se refere à experiência como à criação”.

Por isso, convém ainda seguir-lhe o raciocínio:

“Há um momento em que a atuação intelectual tende a passar do individual para o coletivo. Surge a necessidade de uma associação entre os elementos congêneres para a troca de impressões e de idéias.

A experiência histórica mostra a vantagem da atuação em conjunto, em equipe, porque os homens, por mais sábios que sejam, têm sempre o que aprender com os outros homens.

Não basta apenas a convivência com os livros, o encerramento num gabinete ou num laboratório. E este contato torna-se mais produtivo quando se efetua entre pessoas que estão ligadas entre si pelo mesmo ramo de especialização, de atividade, do gosto e do impulso criador.

Enfim, as academias refletem, num grau superior, a necessidade de ação, de uma convivência constante, de um pensamento comum, para melhor esclarecimento e produtividade do espírito.

A literatura brasileira — ninguém desconhece — é marcada desde o período colonial, pela formação de academias. Tivemos a Academia dos Esquecidos e a Academia dos Renascidos, na Bahia. A Academia dos Felizes, dos Seletos e a Arcádia Ultramarina, no Rio de Janeiro.

Essas academias, no dizer de Silvio Romero, 'são denunciadoras de muita vivacidade intelectual, muito desejo de aprender e trabalhar' (In Rev. das Academias de Letras — n.º 74 — Ano XXI, págs. 37/39).

“Sem dúvida, ‘o essencial na união das academias é o espírito de compreensão’, como assim bem definiu Joaquim Nabuco, aludindo à própria Academia Brasileira de Letras, da qual fora secretário-geral. E arremata o grande Nabuco: ‘Se percorreres a nossa lista, vereis nela a reunião de todos os temperamentos literários conhecidos. Em qualquer gênero de cultura somos um México intelectual: temos a **tierra caliente**, a **tierra templada** e a **tierra fria**’.

Como já houve, no Brasil — e aqui vai um enfoque pitoresco — aquela Academia dos Felizes, não seremos nós a dos Incompatíveis. Às vezes, é certo, devemos sentir todo o prazer de concordar em discordar. Essa desinteligência essencial é a condição de nossa utilidade, o que nos preservará da ‘uniformidade acadêmica’. Daí, a melhor garantia da liberdade e independência intelectual é estarmos unidos no mesmo espírito de tolerância.

A tolerância que parece ser um dos fatores principais no progresso humano, pois nela é que se baseia o ideal democrático” (Idem, págs. 39/40).

Explicitados, assim, esses prolegômenos, de sentido ilustrativo, a nosso ver úteis e despretensiosos, cabe-nos, a seguir, o cumprimento precípuo do dever maior. Que nossas palavras nos conduzam ao âmago e à essência da saudação, aflorando alguns aspectos da vida e da obra do amigo escritor, recém-empossado.

Diremos, pois, Olavo de Medeiros Filho, que a nossa aproximação foi paulatina e ascensional, com a marca de uma amizade desinteressada a fraterna.

O seu labor intelectual a todos imprime respeito, pela veracidade com que faz, pedra sobre pedra, à imagem bíblica, suas pesquisas e as divulga, fugindo mesmo às repetições de outros historiadores. Com a lucidez de sua mente e a obstinação do ideal, projeta e alcança ilações convincentes. Faz emergir, raciocínio lógico, na amplitude de seus trabalhos. Quase sempre um tema inexplorado. Uma história ainda desconhecida. um fato novo na historiografia brasileira.

Conhecemos Olavo de Medeiros Filho há bastante tempo. O suficiente para considerá-lo o nosso maior pesquisador da história regional, conforme nos confessou, também, o acadêmico Vingt-Un Rosado, esse lídimo baluarte da cultura mossoroense.

Mas é no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte que Olavo está diariamente. Ali, vasculha, descobre, manuseia, examina, anota, conclui, à vista dos documentos raros e originais que remontam ao século XVII.

Caicoense, nasceu a 13 de fevereiro de 1934 (mais velho do que eu apenas 4 meses). Curiosamente, sem apreciar as festas momescas, em uma terça-feira de carnaval.

Filho de Olavo Silva de Medeiros, médico, e Severina Dantas de Medeiros, que descendem dos Medeiros, Dantas, Garcia, Araújo Pereira, Batista — famílias históricas do Seridó. Sesmeiros e donos de fazenda eram os seus antepassados. A geração do velho e saudoso pai fora a primeira a partir, deixando a terra-berço, em busca de novos horizontes.

Com apenas 10 anos, já sentia Olavo de Medeiros Filho fascínio pela pesquisa, captando dos mais idosos, amantes da genealogia e das tradições seridoenses, os conhecimentos básicos e até eruditos, os quais, consolidados hoje, ornamentam a sua personalidade e a sua formação moral e cultural.

Disse-nos que costumava transcrever, para um caderno, as narrativas ouvidas dos preceptores que, apesar de sua tenra idade, tanta atenção lhe dedicavam.

Leu Felipe Guerra, José Augusto, Juvenal Lamartine, Manoel Dantas, Nestor Lima e outras expressões das letras provincianas. O mestre Cascudo também se sobressai.

Aprovado em concurso, aos 18 anos de idade, integra o quadro de servidores do Banco do Brasil, ali permanente até aposentar-se, em 1982. Exerceu funções de nível superior.

Ainda em 1952, contraiu núpcias com Maria Iriá Nóbrega de Medeiros. Olavo, Ângela, George, Jáder e Suzana, são os seus filhos queridos. Dois netos — Henrique e Raquel, ornam ainda a sua família.

Evidencia-se que, de 1952 a 1978, Olavo de Medeiros Filho recrudescer o interesse pelos temas históricos e genealógicos, embora os seus misteres de bancário o absorvessem tanto.

Porém, em 1978, ampliando os estudos sobre a região do Seridó, voltou a pesquisar naquela antiga freguesia, através dos livros paroquiais e dos cartórios, anotando batizados, casamentos e óbitos. E em seu poder, cerca de 3.000 assentamentos, desde o século XVIII, organizou um arquivo particular e precioso para a continuidade de sua nobre tarefa de pesquisador, toda ela concentrada em bases clássicas e científicas.

Eis que desperta a atenção de Dom José Adelino Dantas (também integrante emérito e inesquecível desta Academia), à época residindo em Carnaúba dos Dantas, sobre cuja figura apostolar o consócio Aluízio Azevedo escreveu um livro, que está sendo editado pela Gráfica do Senado, graças ao Senador Lavoisier Maia Sobrinho.

Conversa então o sacerdote insigne com o amigo e humanista Senador Dinarte de Medeiros Mariz, parlamentar dos mais valorosos do Rio Grande

do Norte, sempre ávido por tudo que tinha origem em terras do Seridó.

Parece que fora mesmo o ponto vital da trajetória triunfante do Acadêmico Olavo de Medeiros Filho, para conhecimento do público. O estalo de Padre Vieira, no dizer vulgar.

Dessa forma, com o estímulo e o prestígio do Velho Senador, surge o 1.º livro — “Velhas Famílias do Seridó”, 500 páginas. A edição é oferecida à Paróquia de Sant’Ana do Caicó, num gesto de gratidão ao Padre Antenor Salvino de Araújo, que lhe confiara o exame dos papéis do arquivo paroquial.

Com essa publicação auspiciosa e consagradora, cresceu, ainda mais, o interesse de Olavo de Medeiros Filho pela História. Estudou a realidade sócio-econômica da região seridoense, reunindo, em 1983, inventários de bens (período de 1754 a 1875) e ainda, por iniciativa do grande espírito público do Senador Dinarte Mariz, foi editado o livro “Velhos Inventários do Seridó”. Apenas um ano depois, em 1984, traz a lume “Índios do Açú e Seridó”. São estudos sobre os **Tarairiús**, os mesmos tapuias aliados ao holandês, que travaram uma guerra de 40 anos, contra os primeiros povoadores do sertão nordestino. A chamada **Guerra dos Bárbaros** ou **Levante do Gentio Tapuia**, nas ribeiras do Açú e do Seridó.

Mister ressaltar que, para isso, à procura dos fatos narrados, utilizou-se, inclusive, de manuscritos pertencentes ao acervo do nosso Instituto Histórico e Geográfico, desde 1659, manancial inesgotável de informações fidedignas.

E foi também à vista dos manuscritos e documentos raros da tradicional Casa da Memória Norte-rio-grandense — a mais antiga instituição cultural do Rio Grande do Norte — que Olavo de Medeiros Filho conheceu os autos de naufrágios na costa de nossa Capitania. Lendo e relendo os alfarrábios da quase secular entidade, escreveu, em 1988, e nós publicamos pelo Instituto Histórico, “Naufrágios no Litoral Potiguar”, que está sendo alvo da melhor crítica em nível nacional. Todos os sinistros registrados eram até então desconhecidos da história marítima brasileira.

Nesse mesmo ano (1988), publica “Caicó, Cem Anos Atrás”, livro que se deve a patrocínio de outro Senador da República — Lavoisier Maia Sobrinho. Serviu de base a coleção do periódico “O Povo”, de Caicó (1889 a 1892). Mas Olavo de Medeiros Filho não para.

Este ano, tudo indica, será publicado o 6º livro — “No Rastro dos Flamengos”. Trata-se da reconstituição dos roteiros percorridos pelos holandeses no interior do Rio Grande do Norte, em busca de possíveis minas de ouro e de prata.

Coube à Fundação “José Augusto”, à frente o jornalista Woden Madruga, assumir esse compromisso. Uma louvável iniciativa.

Quanto a outros trabalhos, alguns continuam inéditos, já datilografados, entre os quais: “Cronologia Seridoense (1670-1850)” — em 3 volumes; “O Engenho Cunhaú à luz de um inventário”; “Aconteceu na Capitania do Rio Grande” e “Terra Natalense”.

Fixando-se nesse último — “Terra Natalense”, o próprio Olavo considera o melhor de todos. Escrito com base em informações existentes nos milhares de documentos e originais também do nosso Instituto Histórico e Geográfico, enfoca, com profundo conhecimento, a expansão urbana de Natal, constantes nos atos de doações de terras feitas pelos antigos capitães-mores e pelo Senado da Câmara do Natal, desde a época da fundação desta cidade, até 1829.

Todavia, a produção literária e histórica do novo acadêmico vai mais além. Através da “Coleção Mossoroense”, sob a direção firme de Vingt-Un Rosado, já escreveu 7 estudos, valendo destacar: “Os Antigos Cronistas e os Rios Upanema, Apodi e Mossoró”; “Os Holandeses e a Serra de João do Vale”; “Ribeira do Açú, Subsídios para a sua História”; e “O Terço dos Paulistas do Mestre-de-Campo Manoel Álvares de Moraes Navarro e a Guerra dos Bárbaros”, que, em resumo, fora o discurso de posse no venerando Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — a Casa da Memória Nacional, em outubro de 1987, a cuja solenidade assistimos, no Rio de Janeiro, sob a presidência do Historiador Américo Jacobina Lacambe.

Sem dúvida aflora, aqui, um registro: para honra do Rio Grande do Norte Olavo de Medeiros Filho é o 3º homem de letras, vivo, a ter assento naquele secular e conspícuo Instituto. O primeiro nos alegra e nos prestigia com a sua presença nesta magna reunião. O Acadêmico, amigo e confrade, sem limites, General Umberto Peregrino.

Olavo de Medeiros Filho faz parte, ainda, de várias instituições de cultura do país, a saber:

- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, do qual é sócio efetivo e membro de sua Diretoria. E adianta-nos: é o seu 2º lar; Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano; o Instituto do Ceará e a Sociedade Cearense de Geografia e História; o Colégio Brasileiro de Genealogia e o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Da Fundação “Hélio Galvão”, entidade que já desfruta de excelente conceito, é de seu Conselho Diretor. Da Fundação “José Augusto”, a partir de hoje pela manhã, idem.

Num gesto de grandeza d’alma, não se esquece dos conhecimentos que lhe foram transmitidos, quando menino, nos bancos escolares, pelos professores Alvarar Furtado de Mendonça, Nestor dos Santos Lima e José Melquiades de Macedo, os quais, imaginem a emoção rediviva, também desta nobre Casa da Literatura potiguar.

Este, autoridades, colegas acadêmicos, minhas senhoras e meus senhores, o recipiendário. Dispensaremos outros enfoques acerca do ilustre imortal. É que o seu nome e a sua imagem, por si sós, conhecidos sobejamente, já transpõem fronteiras, projetando-se Brasil afora, numa constante valorização da cultura poliforme e do espírito empreendedor.

Fascinante tarefa a sua! Jamais teve a veleidade do egocentrismo, o afã do elogio fácil e vulgar e a ânsia do aplausolouvaminheiro. Excelsa e nobre conduta!

Olavo de Medeiros Filho, ainda queremos dizer-lhe algo. Com os desígnios da mente, agora fala mais o coração, sublimado e agradecido. Você aprendeu, no passar dos anos, grandes lições dos antepassados e dos contemporâneos. E entre tantas, segue você também a do mestre Câmara Cascudo. Ei-la:

“Cada homem tem uma missão... Recebe um recado para dar à vida. Alguns vivem dando recados errados e confusos porque não deram tempo aos ouvidos na audição misteriosa do comando invisível”.

Escritor, humanista, pesquisador nato, criatura humana das melhores, chefe de família modelar, exemplo para os jovens, protótipo de persistência e erudição para os mais idosos, entra você nesta Casa de Cultura Literária, engrandecendo-a, no respeito e reconhecimento de todos. .

E se **tudo passa sobre a terra**, para evocar a última frase em **Iracema**, romance e musa inspiradora de Alencar, esta entidade porém, lépida e já cinquentenária, não morre. Eterniza-se.

Quanto a nós, algum dia, haveremos de partir, pela inexorabilidade do tempo. Mesmo nos cognominando de **Imortais**. Todavia, nosso testemunho continuará, vivo e perene, entre as paredes desta Casa, no simbolismo da imortalidade acadêmica.

Eis a saudação protocolar, telúrica e emocional. A chama sempre acesa do bem-querer sobe, altiva, nesta noite luminosa e gratificante, com o prestígio das fisionomias que emolduram este salão multicolor e dourado. Estamos todos eufóricos, Olavo de Medeiros Filho. Sua família se congrega e se abraça. Esposa, filhos e netos o saudam também.

Sua genitora, neste momento solene e votivo, extravasa alegria e emoção. As lágrimas, às vezes, sublimam a própria existência fugaz. E lá do alto, seu velho e saudoso pai, invisível, entre os sábios e santos, olha-o sorridente e feliz, em agradecimento ao filho, que vitorioso e humilde, preserva, ostenta e glorifica o seu próprio nome.

Afinal, os seus amigos, de perto e de longe, confraternizam-se jubilosamente. Sede bem-vindo, Olavo de Medeiros Filho. Esta Academia lhe pertence, de fato e de direito. Promovê-la e dignificá-la é dever de todos nós. Continui sempre ao nosso lado e na fila inicial, enobrecendo a Cultura e a Inteligência do Rio Grande do Norte e do Brasil, sob as bênçãos de Deus.

Em 11-9-90.



# V

## **NECROLÓGIOS E DECLARAÇÃO DE VAGAS**



## **DISCURSO DO ACADÊMICO JURANDY NAVARRO, NO NECROLÓGICO DO ACADÊMICO ESMERALDO SIQUEIRA**

Nesta noite, esta Academia abre as suas portas para tributar homenagem póstuma, em Sessão Magna, à memória de Esmeraldo Homem de Siqueira, um dos seus acadêmicos mais eminentes, falecido recentemente.

Pertencia o homenageado a ilustre e tradicional família pernambucano-potiguar. O seu genitor, Desembargador Joaquim Homem de Siqueira, casado em segunda núpcias com Maria Joaquina de Siqueira Cavalcanti, além de magistrado, foi, também, homem de letras, brilhando a sua inspiração de alma sensível, na arte poética. Dele é o soneto intitulado “Ao Cristo”, em que eleva o pensamento místico. Ei-lo:

“Humilde, e manso, e doce, e meigo Nazareno!  
 Incarnação do Bem, do Amor e da Virtude!  
 Ainda perdura a luz que o teu olhar sereno  
 Espalhou sobre a terra — este negro palude!

Ainda, no Verbo teu, o timbre claro e ameno  
 Como os sons divinais de um estranho alaúde,  
 Enche de melodia este mundo repleto  
 das torpezas no vício apodrecido e rude!

O quadro magistral da tua vida pura,  
 Vencendo a pequenez da ingratidão humana  
 Jamais apagará, enquanto houver criatura

Capaz de compreender a bondade sublime  
 Que esta tua doutrina impoluta dimana  
 E a grandeza sem par que o teu exemplo exprime!”

Este **Soneto** de Homem de Siqueira foi publicado no Diário de Natal, da Diocese, aos 05 de abril de 1928.

Além de Esmeraldo, foram alguns seus filhos do sexo masculino: Carlos, dramaturgo e funcionário público federal; Oscar e Edgar, magistrados, e Milton, poeta. Todos eles inteligentes e honrados, tal o genitor.

Enquanto Edgar e Oscar abraçaram a causa sagrada da Justiça, imitando o pai, no estudo do Direito, imitaram-no, também, Milton e Esmeraldo, na elevação sentimental da poesia, assim como Carlos, na inteligência das conversações.

Esmeraldo foi admirável, outrossim, como prosador, escrevendo com correção, de estilo claro e conciso. E abundante foi a sua lavra intelectual.

Imensa foi a sua contribuição literária para a província potiguar. E várias de suas obras foram editadas no sudeste brasileiro, a nível nacional, tanto em prosa como em verso.

Ao seu último livro publicado, intitulou-o **POEMAS do BEM e do MAL**, editado pela Gráfica do Senado Federal, em reconhecimento à sua vida de escritor emérito.

Os jornais de Natal, "A República" e a "Tribuna do Norte", inicialmente aquela, na década de trinta e depois esta última, em fins dos anos quarenta e no decênio de cinquenta, receberam a sua colaboração valiosa, ora em dias intermitentes, ora diariamente, muitas vezes, em matéria de rodapé, sobre assuntos múltiplos, como Biologia, Antropologia, Religião e Literatura.

Colaborou, ainda, nos matutinos o "Democrata" e o "Correio do Povo", porém, mais esparsamente, abordando temas político-partidários, justificando a assertiva do filósofo de Estagira, quando afirmou que o homem, em qualquer atividade não deixa de ser um animal político.

O homenageado também escreveu em revistas especializadas e em periódicos literários.

Foi ele, a um tempo, homem de letras e da imprensa.

Não pretendo analisar o seu estilo literário ou tecer comentários acerca da sua grandiosa obra, tanto na prosódia como na poesia, pois ela será objeto de apreciação pelo acadêmico que for assumir a sua cadeira.

Foi ele um intelectual na mais expressiva acepção da palavra. O seu cérebro não se quedava contemplativo; mas, em ebulição, no pensamento febril e exaltado, como é natural aos grandes pensadores.

Deixou muitos escritos inéditos, que certamente serão divulgados no futuro, para alegria dos seus numerosos leitores.

Não quis ele conservar a sua seleta biblioteca, sendo os seus livros dispersados às quantas mãos ávidas e mentes curiosas, como disperso é o pó do invólucro corporal dos filósofos indús, espalhado ao vento ou no rio sagrado, para nutrir as roseiras de suas margens floridas.

Foi Esmeraldo um autêntico intelectual! Dí-lo a consciência coletiva desta Academia que ele honrou com o seu saber múltiplo de médico, de filósofo, de poeta, de escritor, de jornalista e de professor.

Ao lado da sua atividade intelectual, através da palavra e da escrita, não descurou de outro mister que fez parte integrativa da sua vida: o magistério-secundário e superior.

Iniciou-se com as chamadas aulas particulares. Lembro-me, que ainda pequeno, nos meus doze anos de idade, ouvia na sala de refeição da minha

tia Aracy, esposa de Carlos Siqueira, irmão de Esmeraldo, ouvia eu as suas aulas lecionadas aos meus primos, seus sobrinhos, Cleantho, Araceli, Déa e Pensilvânia, na primavera dos anos quarenta. E, na postura dos seus trinta anos, e com elegância didática, mestre Esmeraldo dava aulas de Francês, de pé, andando em volta, como Aristóteles peripatético ensinava a seus discípulos, nos jardins do seu Liceu, em Atenas.

Depois, mestre Esmeraldo lecionou na Escola Normal de Natal, de lá saindo para o Atheneu, e em seguida para a Universidade, ensinando Botânica na Faculdade de Farmácia.

Encaminhou, primeiramente, o seu alunado, pela estrada árdua da Gramática Francesa, e, depois, perlustrando a sua rica literatura. Fui seu aluno desta última disciplina, no vetusto templo do Atheneu da Junqueira Ayres, e sufraguei o seu nome para paraninfo da minha turma de 1950, cuja eleita foi a Professora Berta Guilherme, de saudosa memória.

Recordo-me um pouco das suas aulas magníficas em que abordava a gênese histórica da literatura francesa, dando ênfase à **Cantilena de Santa Eulália**, poema dos mais antigos das letras gaulesas, escrito em Latim, vez que o tesouro cultural da época era guardado como precioso relicário pelos religiosos abades e monges, do período medieval.

Estendia Esmeraldo considerações sobre a **chanson de geste**. É que, da exaltação da vida dos santos, passou-se à celebração da vida dos heróis. E os eruditos e jograis entoavam poemas marciais, acompanhados de música, nos mosteiros e praças. E acrescentava mestre Esmeraldo que tais canções poderiam ser anteriores às noites lendárias, sendo cantadas em santuários, em homenagem às façanhas épicas: tais às imagens da literatura nórdica, fascinada pela morte; a grega, exaltada pelo heroísmo, com Sócrates se imolando pelo ideal de Pólis e Antígona, de Sófocles, pelo poder invisível das leis divinas de Júpiter. E narrava, ainda, mestre Esmeraldo, **O Ciclo do Rei**, a mais antiga das Canções de Gesta - à Canção de Rolando, composta de quatro mil e dois versos, onde Rolando, atraído, morre como mártir. E a bela Aude, sua formosa noiva, imersa em tamanha dor, acompanha-o, adormecendo, também, no sono da morte. E dissertava os romances do **Ciclo Bretão**, do lendário **Rei Arthur** e a **Távola Redonda**. E, finalmente, falava da poesia lírica, musical como os versos de Verlaine, falava das fábulas, dos contos, da prosa, do teatro... revisando, assim, o exórdio da cronologia histórica da opulenta literatura da pátria de Voltaire.

Tinha, Esmeraldo, a veia satírica, ironizando os governos inescrupulosos e o pedantismo vasio dos homens de letras, grafando-os, com as expressões mais ácidas do idioma pátrio.

Formado em medicina, foi clinicar em Jardim do Seridó, município deste Estado, como médico da Prefeitura. Não tendo o espírito afeito àquela rotina dos facultativos da Ciência de Hipócrates, pediu demissão do cargo, retornando à Natal. Segundo testemunho do Acadêmico Raul Fernandes, seu amigo, quando o Prefeito viera reclamar ao então Interventor Federal Rafael Fernandes, que o Dr. Esmeraldo não deixara substituto, o próprio Esmeraldo respondeu ao Edil que havia arranjado um veterinário para a sua Prefeitura!

Era assim de temperamento neurastênico, jamais levando desafôro para casa. Entretanto, na intimidade era um homem compreensível e de grande coração. Às vezes, escrevia epigramas mordazes contra desafetos, rasgando-os,

depois, ao saber de algum gesto nobre por eles praticado.

Se ele tinha defeitos? Todos os homens os tem, e quantos! Disse o grande Goethe, que os defeitos de um homem são tomados de sua época, e que suas virtudes e grandezas deve-as a si próprio.

A sua existência foi toda ela dedicada ao estudo e ao magistério, sendo respeitado na cidade, que o tinha como pedagogo de numerosas gerações, em cuja vida não teve um arranhão na sua moral de bom pai de família e de esposo devotado.

Herdou-lhe o nome três filhos educados e inteligentes: Juliano, Justiniano e Júnior Graciano. O nome deste último, depoimento do Desembargador João Meira Lima, foi em homenagem ao pai de Veríssimo de Melo, batisado com esse prenome.

A amorosa mãe desses varões, chama-se Íris Meira Lima Siqueira, da tradicional família Meira Lima, que o ajudou a educá-los, no caminho dos estudos e da civilidade.

Inteligente e bom conversador, em qualquer roda que participasse Esmeraldo centralizava as atenções dos circunstantes.

Foi Esmeraldo Siqueira um dos intelectuais de maior cultura do Rio Grande do Norte. Era-lhe familiar a literatura universal, preferencialmente a literatura francesa, em que era autoridade reconhecida e proclamada, como o é a do nobre Acadêmico Américo de Oliveira Costa, estrela de primeira grandeza do firmamento cultural do nosso Estado.

Passou a vida inteira descrente dos mistérios da Religião divergindo dos conceitos emitidos pelos teólogos. No entanto, se não acreditava no dógma católico, nutria amizade com alguns sacerdotes, dentre outros, os cônegos Luiz Wanderley e Jorge O'Grady. Este último seu colega de bancos ginásianos. Amizade nutrida desde esse afastado tempo, até a noite da sua existência, e que ele, Jorge O'Grady, lhe ministrara o Sacramento da Comunhão, e que reconhecia-lhe o mérito intelectual, mormente na poesia, cujos versos receberam a sua crítica elogiosa.

Esmeraldo foi um homem cético, mas, o sofrimento da longa e insidiosa doença preparou a sua alma, de homem bom, para a eternidade.

E ele adormeceu na Paz do Senhor.

(Proferido em sessão da Academia, de 20 de maio de 1988).

# **VI**

## **O PENSAMENTO DE AMIGOS DA ACADEMIA**



# O BRASIL VISTO POR DOIS PRUSSIANOS

**JOÃO BATISTA PINHEIRO CABRAL**

Este desprezencioso trabalho, de natureza eminentemente informativa, procura apresentar ao leitor os escritos de dois viajantes prussianos sobre o Brasil, mais precisamente sobre o Rio de Janeiro, produzidos entre 1819 e 1820. Aqui se tenta oferecer uma amostra do volume intitulado **o Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819**, de autoria de Theodor Von Leithold e Ludwig Von Rango (São Paulo: Companhia Editora Nacional 1966), Coleção Brasileira, volume 328, tradução e notas de Joaquim de Souza Leão Filho.

Em realidade esse volume representa uma fusão de dois trabalhos escritos por autores distintos que, embora fossem parentes - eram tio e sobrinho, respectivamente - sendo originários da mesma região da Europa, a Prússia, e tenham estado no País na mesma época, 1819-1820, referem-se ao Brasil cada um a seu modo e em estilos bastante diferentes.

O primeiro trabalho, de autoria de Theodor Von Leithold, tem os seguintes títulos e subtítulos: **Minha excursão ao Brasil ou viagem ao Rio de Janeiro e volta acompanhada de minuciosa descrição dessa capital, da vida na corte e seus habitantes, bem como de alguns conselhos para os que buscam melhorar sua sorte no Brasil**. Foi publicado originalmente em Berlim, no ano de 1820, pela livraria MAURER.

O segundo trabalho, de autoria de Ludwig Von Rango, veio a lume primeiro em Bruxelas, em 1820, e depois em Leipzig, no ano de 1821, com o título de **Diário de minha viagem até o Rio de Janeiro no Brasil e volta, nos anos de 1819 e 1820, em Cartas**.

O que teria trazido esses dois viajantes prussianos ao Brasil? Que visão tiveram eles de nosso País e de sua capital à época em que o visitaram?

Antes de procurar encontrar respostas para essas perguntas achamos conveniente traçar um esboço do perfil do Brasil, no contexto do império português

de então, tecendo também alguns breves comentários acerca do período histórico mundial que vai desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, até às vésperas de seu regresso à Europa, em 1821.

Quando as tropas francesas comandadas pelo General Junot alcançaram os arredores de Lisboa, em fins de novembro de 1807, a família real apressadamente embarcou para o Brasil, sob a escolta e proteção da marinha inglesa. Isto foi apenas mais uma evidência de que Portugal, já há mais de um século havia se transformado, em realidade, numa espécie de protetorado econômico da Inglaterra. Quando as guerras napoleônicas agitaram toda a Europa, Portugal teve que escolher entre o imperialismo econômico da Grã-Bretanha e o imperialismo militar do Imperador dos franceses. Havia na Corte Portuguesa partidários dos dois lados, mas acabou prevalecendo a opinião do grupo anglófico e, assim, a Rainha-Mãe, incapacitada por doença mental, o Príncipe Regente, futuro D. João VI e um grande número de funcionários, nobres, membros da corte zarparam para o Brasil, sob a proteção da marinha britânica, como já referido.

Após uma breve escala na Bahia, os soberanos e demais exilados dirigiram-se para o Rio de Janeiro. Deste modo, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro tornou-se a capital temporária de todo o vasto império português. De acordo com Oliveira Lima, em sua obra **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira**, este feito notável tem características ímpares na história mundial. Subitamente o trono de um dos grandes impérios do velho mundo transfere-se para o Rio de Janeiro. Esse império era tão vasto que incluía, além do Brasil, as ilhas de Cabo Verde, Açores, Madeira, os vastos e inexplorados territórios de Angola e Moçambique, na África, e, ainda, feitorias ou estabelecimentos na Índia e China, na Ásia, e na Oceania.

Esta mudança trouxe, naturalmente, grandes transformações e algum progresso para o Brasil. José da Silva Lisboa, um dedicado discípulo de Adam Smith, juntamente com o Conde da Ponte, então governador da Bahia, logo obtêm do Regente a abertura dos portos, com as vantagens especiais concedidas à Inglaterra.

Muitas outras mudanças se seguiram à abertura dos portos, as quais modificaram profundamente a vida da outrora sossegada colônia, especialmente no que diz respeito ao Rio de Janeiro. Esta cidade foi forçada a se adaptar à condição de anfitriã da corte européia. Assim, experimentou uma avassaladora onda de progresso, de desenvolvimento e cresceu rapidamente. Nessa época, muitos estrangeiros foram atraídos para o Brasil. Eram cientistas, técnicos, homens de saber, artistas e aventureiros que, não raras vezes, a convite da Coroa vinham para o Brasil. Em 1816, por exemplo, aqui chegou uma missão de artistas franceses, a vinda por sugestão do Conde da Barca, ministro de D. João VI, a qual era composta de pintores, escultores, arquitetos e músicos. Essa missão viria a se constituir no núcleo em torno do qual se formaria depois a Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro.

Entre os estrangeiros notáveis que visitaram o País naquela época encontram-se, para citar apenas alguns, Karl Friedrich Philipp Martius, Johann Baptist Von Spix, membro da missão científica bávara que chegou em 1817, com a Arquiduquesa Maria Leopoldina, filha do Imperador Francisco I da Áustria, então noiva e depois esposa de D. Pedro de Alcântara — futuro Pedro I. Veio também o artista vienense Thomas Ender, autor de desenhos maravilho-

sos e coloridos sobre o Brasil; e mais Auguste de St. Hilaire, Eschwege, Príncipe Max de Wied-Neuweid e outros. Essas presenças ilustres na corte do Rio de Janeiro parecem indicar, claramente, que o Brasil deixara de ser uma simples colônia de exploração e tornara-se um ponto de convergência de ilustres representantes da cultura européia.

Mas há outro tipo de viajantes que vêm também nessa época ao Brasil. São aqueles que para cá se dirigem, como disse o próprio Theodor Von Leithold "em busca de melhora da sorte no Brasil". E foi precisamente por esse motivo que os dois prussianos, autores do volume que aqui se resenha, empreenderam a então ainda desconfortável travessia do Atlântico em direção ao Brasil.

Theodor Von Leithold foi um capitão de cavalaria, reformado, de um ex-Regimento Real de Hussardos Prussianos, veterano da campanha da Rússia, que foi atraído ao Rio de Janeiro pela transferência da Corte Portuguesa, tendo chegado aqui em outubro de 1819. Era cunhado de Silvestre Pinheiro Ferreira, um eminente estadista português, conselheiro e ministro de D. João VI. Tinha esse ex-oficial prussiano a intenção de se estabelecer nos arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro, onde pretendia tomar-se cafeicultor, contando para tal com os bons ofícios do parente e amigo influente. Graças às boas amizades do cunhado, pretendia o nosso intemorato cavalariano hussardo conseguir uma subvenção do Rei da ordem de oito contos de réis.

A aventura no Brasil, da qual participaram o sobrinho e a filha, não teve um início muito auspicioso. Logo ao desembarcarem do navio que os trouxera ao Rio de Janeiro, após uma viagem de dois meses e oito dias (68 dias), cansados e famintos, descobriram não ser possível àquela hora, pouco depois das oito da noite, encontrar veículo disponível para o transporte até o local onde se hospedariam. Com a ajuda de um guia, porém, conseguiram chegar, após caminharem por duas horas, à residência do parente que procuravam. Infelizmente, ao chegarem à casa do bom cunhado Silvestre Pinheiro Ferreira não encontraram ninguém da família. Deparam-se tão somente com uns escravos, que se recusaram terminantemente a abrir as portas aos estranhos. A solução foi hospedarem-se, momentaneamente, na casa do ministro dinamarquês, que morava nas proximidades. O ministro chamava-se Dal Borgo di Primo, mas o autor equivocadamente o chama de Dal Borgo D'Olinda. Na casa do dinamarquês permaneceram até a chegada de Silvestre Pinheiro Ferreira.

Após o reencontro familiar, rapidamente descrito, Leithold passa a relatar aspectos dos bairros do Rio de então. Os ministros, os cônsules estrangeiros e muitos ingleses residiam no Catete. Os chafarizes, conta-nos o prussiano, são supridos pelo soberbo aqueduto da cidade, e elegantemente construídos em pedra. Tão sofisticados e bem acabados são que logo o nosso visitante os compara aos existentes em Paris! Já as touradas, oferecidas ao público por ocasião do aniversário da princesa real, não o impressionam favoravelmente, pois o touro e os toureiros não se comparavam aos espanhóis. O progresso urbano do Rio era bastante desnivelado. Em contraste com a beleza e suntuosidade dos chafarizes, o comércio, especialmente o varejista, chamou a atenção de Leithold pela desorganização. "Não há uma travessa, mesmo num raio de cinco ou seis horas em torno da cidade, que não tenha a sua venda a pouca distância uma das outras", informa o prussiano. Para ele, esse modo de comércio "era fruto do comodismo e da imprevidência com que os portugueses praticam sua economia doméstica, comprando só o que

pode ser levado em pequenas quantidades". As condições de higiene desses estabelecimentos eram péssimas. "O mau cheiro que se exala dessas vendas é insuportável e estão sempre repletas de escravos bêbados", diz-nos o ex-hussardo. Os produtos vendidos nesses estabelecimentos e mercados vinham de fora: farinha de trigo (dos Estados Unidos), manteiga e batatas (da Inglaterra), cebolas (de Portugal), vinho (da França, Espanha, Portugal e Ilha da Madeira) e cerveja — tipo Porter (da Suécia).

Os aluguéis, prossegue Leithold, são extravagantemente altos; o aluguel de uma casa modesta custava entre 14 e 16 mil réis por mês, sem móveis. E era difícil alugar-se uma, afirma. Os carros de aluguel eram de dois tipos: fiacre, para mais de um passageiro, e sege, um tipo de coche de duas rodas e lugar, para um só passageiro. Esses antecessores dos táxis custavam altos preços e eram alugados por corrida, por hora ou pelo dia inteiro, especialmente se o freguês era estrangeiro.

Leithold impressionou-se com a quantidade de negros no Rio. Para ele a proporção era de 5 negros para cada branco na Cidade, "isto devido à grande quantidade de escravos já existentes e da enorme quantidade que continuava a ser importada". Sobre os escravos ele nos diz: "não se pode negar que grande número de escravos, na letargia em que caem, precisam ser tratados com severidade, mas também encontrei muito negro talentoso e de sentimentos mais delicados do que os dos brancos, que os tratam ao capricho do momento, como se fossem cães".

A descrição do beija-mão real, que hoje lembraria as homenagens que periodicamente se prestam aos chefes e patrões neste país, eram cansativos e repetitivos. "Contei", diz-nos Leithold, "numa noite dessas, trezentas pessoas, de modo que o rei teve a mão beijada seiscentas vezes!" Leithold testemunhou a chegada dos primeiros imigrantes suíços vindos para o Brasil, que se fixaram em Cantagalo, na então, província do Rio de Janeiro, onde fundaram a cidade de Nova Friburgo. Eles partiram do porto de Roterdan. Mas não eram somente suíços que imigravam para o Brasil. O país tornara-se um centro de absorção de emigrados, atraindo imigrantes de várias partes da Europa.

Por se dedicar muito à descrição da vida na cidade, pouco espaço, apenas um curto capítulo sobrou no livro para descrever as atividades agrícolas desenvolvidas à época no País. Assim, o ex-capitão de hussardos, que ao sair da Prússia pensava em transformar-se, com a ajuda do influente cunhado, num próspero fazendeiro de café, chega à conclusão de que não lhe será possível materializar suas aspirações, pois a empresa requeria um investimento muito alto em tempo e dinheiro. "Uma fazenda de café pode assegurar a existência de um estrangeiro se ele dispuser no mínimo de um capital de 6.000 a 8.000 tálers, como base, e se dispuser a esperar, dependendo da natureza do solo e esmero do plantador, entre três e cinco anos pela primeira colheita", escreve o prussiano.

Mas não foi somente seu desencanto com a cafeicultura que o levou a retomar à sua terra natal. O fato de haver sido vítima de uma "instituição" — hoje vulgarizada nos grandes centros urbanos — o assalto — também deve ter influído nesta decisão. Nas palavras do autor, eis o que se deu. "O destino perseguiu-me também no Rio de Janeiro por todos os modos, tomando esta terra, em que o europeu em vez de leite e mel só encontra amarguras,

ainda mais odiosa”. Tinha saído da Ópera e dirigia-se para casa, por volta da meia-noite, quando um desconhecido armado com um cacete começou a segui-lo. O nosso prussiano tenta desviar-se, procurando abrigo atrás de um muro onde, por azar seu, estavam mais três comparsas do assaltante. Em suas palavras, eis o que se passou: “teria andado um quarto de hora quando, detrás de um muro em ruína, assaltou-me o diabo do negro com seu cacete, pelo lado esquerdo da rua, a gritar: vinténs! Respondi-lhe logo: nü vinténs! Três outros saíram ao meu encontro detrás do muro, meio escondidos pela vegetação, brandindo punhais... Pus-me a gritar com toda força: Polícia! Polícia!... passei a gritar em Francês, Latim e Português etc. para que me abrissem a porta, fiz tinar o dinheiro na minha bolsa e gritei. Fidalgo! Tudo em vão. Ninguém me abria a porta em frente da qual me achava e de onde vinha uma luz. Tampouco as vizinhas. Corri para outras casas e fiz o mesmo barulho, sem êxito. Em toda a vizinhança silêncio de morte, e eu, sozinho na noite, banhado de suor, à espera, cada momento, da reaparição dos diabos com suas facas”. Oito dias depois desse assalto, foi vítima de um furto em sua residência, ficando com pouca coisa mais do que a roupa do corpo. Essa sucessão de desastres faz com que o nosso visitante tomasse a decisão de deixar o Rio de Janeiro pelo primeiro navio, o que veio a acontecer. Retornou à Europa em companhia da filha, a bordo do navio “Fortuna”. O sobrinho com quem havia viajado ao Brasil, Ludwig Von Rango, decidira permanecer no País por mais algum tempo. O trabalho produzido por Ludwig Von Rango constitui-se em uma série de cartas a um pretenso amigo, Egmont.

Rango não demonstra, ao longo dessas cartas, muito entusiasmo pelo que encontra no Rio. Ao referir-se ao Palácio Real, por exemplo, assim o descreve. “O Palácio Real, lindamente situado e habitado mais pela família do que pelo rei propriamente, está longe de ser majestoso. Pode apenas ser comparado a uma casa grande das nossas”. Como seu tio, Rango impressiona-se com o aqueduto que abastece a cidade e os chafarizes para uso do público. Nota que, entre os estrangeiros, predominam ingleses e franceses, mas ha habitantes oriundos de inúmeros outros países. Isto lhe é incompreensível, pois não imaginava encontrar tantos estrangeiros em paragens tão distantes. Admira-se que tantos milhares de europeus possam permanecer tanto tempo no país, movidos, acha ele, uns pela ganância, outros pelo desejo de cultivar a terra e, pelo trabalho, conseguirem fortuna. As chances destes últimos, achava Rango, seriam mínimas, pois as condições climáticas não eram favoráveis. As igrejas, a religião e a nobreza são objetos de atenção e de crítica deste visitante prussiano. Entretanto, como seu tio, impressiona-se com a qualidade da música de Marcos Portugal, mestre da Capela Real. É duro com os religiosos. Em parte alguma do mundo, diz ele, “existem mais padres e vi menos religião do que o Brasil”. O clero e a nobreza gozam de privilégios neste País como nenhuma classe na Europa pode gabar-se de possuí-las. O beija-mão real, como o seu tio, compatriota e companheiro de viagem já se referira, também lhe causa impressão desfavorável, pela excessiva bajulação.

Uma boa parte da estada no Rio é gasta por Von Rango reunindo tudo o que diz respeito à história e geografia do Brasil, com o objetivo de elaborar um trabalho sobre o País, quando do seu regresso à Europa. De fato, em algumas das cartas refere-se com detalhes ao tipo de costas, terras cultiváveis, ao solo, às plantas, às frutas e discorre, à semelhança do que fizera o seu

tio, sobre o comércio e os artigos importados e exportados da Europa e para a Europa pelos comerciantes do Rio de Janeiro, alongando-se, naturalmente, nas considerações sobre o café, o açúcar e o algodão, produtos brasileiros de grande importância na época. É, em muitas ocasiões, mais minucioso do que o tio. Menciona as relações comerciais do Rio de Janeiro com as Índias Orientais, com as ex-colônias espanholas Inglaterra, França, Holanda, Portugal e com as cidades alemãs de Hamburgo e Bremen, "de onde vinham toda sorte de panos de linho".

Durante suas últimas semanas no Brasil o tempo é gasto em viagens. Juntamente com alguns companheiros estrangeiros, Rango vai a São Lourenço e a Cabo Frio. Avidamente toma notas durante a viagem. Descreve os caminhos, os meios de transporte, especialmente os carros de bois, que odiava por causa do barulho que ele descreve como sendo "música intolerável, capaz de enlouquecer". Observa a prática das queimadas, "bosques incendiados, dos quais ficaram os troncos, parecendo ruínas". Admirava-se com as plantações escondidas entre morros, com os brejos e pastagens, com tudo que desfilava ante os seus curiosos olhos durante o dia. Pouco depois, desiludido como o tio, regressava à Europa a 7 de fevereiro de 1820.

De volta à Europa, esses dois viajantes prussianos preocupam-se em encontrar editores para seus trabalhos, frutos das anotações e das experiências vividas no Brasil que, no decorrer do tempo, desde suas visitas até nossos dias, tem mudado tanto em alguns aspectos e em outros não. Graças aos diligentes cuidados em guardar detalhes e ao poder de observação da dupla prussiana, Von Leithold e Von Rango, podemos hoje olhar retrospectivamente para o Rio de Janeiro e para o nosso País de 1819 e 1820 e contemplar pela janela do tempo interessantes aspectos do Brasil de então.

A última observação pertinente, neste breve trabalho, talvez seja a total omissão dos dois preclaros visitantes quanto a qualquer possibilidade de êxito ou mesmo da própria existência de um movimento pró-independência política do Brasil, fato que viria a acontecer logo após o retorno deles à Europa. Isto denota a visão etnocêntrica européia e profunda identidade de interesses entre os autores e nossos colonizadores lusitanos.

No contexto geral da chamada "literatura dos viajantes", obras sobre o Brasil escritas por pessoas que aqui viveram por algum tempo, o volume aqui resenhado representa uma preciosa contribuição, podendo servir como ponto de partida de inspiração ou de ilustração tanto para leigos como para neófitos ou iniciados nos estudos de nossa História.

(João Batista Pinheiro Cabral é norte-rio-grandense, professor da Universidade de Brasília).



COMPOSTO E IMPRESSO NA COMPANHIA EDITORA  
DO RIO GRANDE DO NORTE-CERN — AV. JUNQUEIRA  
AYRES, 355 — NATAL-RN — FONES: 221-2240 — 221-2241





Impresso na CERN - Fone: (084)221.2240

CAPA: I

Reg

Vol